



G20 pelo Impacto
JUNTOS PARA MUDAR O MUNDO

RECOMENDAÇÕES:

Sustainable Finance Working Group

JUNHO, 2024



ENIMPACTO
Estratégia Nacional de
Economia de Impacto
Políticas públicas para uma nova economia



ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	3
II. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
III. PRIORIDADES SUSTAINABLE FINANCE WORKING GROUP, 2024	6
1. Otimizar as operações dos Fundos Internacionais Ambientais e Climáticos para fornecer financiamento sustentável	6
2. Avançar em planos de transição justos, robustos e confiáveis	7
3. Analisar os desafios de implementação relacionados aos padrões de relatórios de sustentabilidade, incluindo a Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) e Mercados Emergentes de Economias em Desenvolvimento (EMDEs)	11
4. Financiar Soluções baseadas na Natureza	14
IV. CONCLUSÃO	16
V. MEMBROS COALIZÃO	17
VI. APÊNDICE - POLICY BRIEFS	18
1. Go! Blended, uma iniciativa da Din4mo Lab	18
2. Instituto Ethos	20
3. The Wellbeing Economy Alliance	20
4. The Schwab Foundation for Social Entrepreneurship	21
5. Catalyst 2030	23
6. GSG Impact I	25
7. Purpose Foundation	30
8. Aliança Empreendedora	33
9. Preta Hub	34
10. Healthcare Without Harm	37
11. Global Mental Health Action Network et al	41
12. GSG Impact II	44
13. Nossa Terra Firme	48
14. B Lab e Sistema B	52
15. The B Team	55
16. Instituto AYA et al	58
17. Grupo de Trabalho 9 do C20 - Filantropia e Desenvolvimento Sustentável	61
VII. EXPEDIENTE E AGRADECIMENTOS	63

I. INTRODUÇÃO

Apesar do número crescente de iniciativas no mercado que procuram oferecer soluções socioambientais para os problemas mais urgentes da humanidade atual, as mudanças culturais e econômicas não acontecem na velocidade necessária. Reforçado inclusive pelos últimos desastres climáticos, há cada vez mais um senso de urgência para que negócios, investidores, organizações da sociedade civil, governos e consumidores migrem para um novo modelo econômico mais inclusivo, equitativo e regenerativo.

Para alcançá-lo, é imperativo mudar as regras do jogo, criando um ambiente institucional e normativo que possa influenciar e guiar políticas públicas e arcabouço regulatório a fim de que agentes de mercado público-privado, com e sem fins lucrativos, incorporem boas práticas para maior mobilização de capital, sólida governança e cumprimento planos de ação claros e objetivos para uma nova economia que harmoniza progresso socioeconômico com equilíbrio ecológico com a escala e urgência exigidas.

Desde julho de 2023, a **Din4mo Lab** tem orquestrado uma coalizão global para promover uma economia inclusiva, equitativa e regenerativa no G20 sob a presidência do Brasil.

Entendemos que o G20 se destaca como o principal espaço multilateral do planeta, representando atualmente 85% do PIB Mundial, 75% do Comércio Internacional, 80% das emissões de gases de efeito estufa e 2/3 da população mundial. A incidência efetiva neste fórum é fundamental para o sucesso da transição acelerada e escalável para novos modelos econômicos mundiais necessários para o enfrentamento da polícrise atual gerada pela desigualdade socioeconômica e pela crise climática.

O G20 pelo Impacto é composto por mais de 40 organizações nacionais e internacionais reconhecidas globalmente, que, juntas, alcançam mais de 1 bilhão de pessoas em todo o mundo. Os objetivos da iniciativa incluem:

- construir capital social e qualificar o debate em torno do G20 e da transição para um novo paradigma econômico;
- incorporar tais recomendações concretas nos Grupos de Trabalho do G20 e na Declaração dos Líderes; e
- construir pontes em direção à continuidade com foco no G20 sob a Presidência da África do Sul em 2025.

Por meio desta iniciativa, oferecemos aos Grupos de Trabalho do G20, em especial ao Sustainable Finance Working Group (SFWG) da Trilha Financeira, recomendações robustas e objetivas, elaboradas por especialistas de impacto socioambiental sistêmico, membros da coalizão G20 pelo Impacto, para servir de referência aos debates e compromissos realizados pelos países membros do G20 durante a Cúpula de Líderes no Rio de Janeiro em novembro de 2024.

Os últimos eventos extremos climáticos no Brasil, Canadá, Emirados Árabes, Estados Unidos, demonstram que estamos diante de desafios sem precedentes na história da humanidade.

Grandes transformações exigem a ação de grandes líderes. Os países membros do G20 têm uma oportunidade singular de fazer história e mudar a rota de colisão, ao garantir um ambiente seguro, digno e justo para todos os povos enquanto protegem os sistemas planetários que sustentam a vida.



SUMÁRIO EXECUTIVO

Este documento tem por objetivo oferecer aos Grupos de Trabalho do G20 em especial ao Sustainable Finance Working Group SFWG recomendações concretas e pragmáticas que dialogam com cada prioridade estabelecida em seu respectivo *issue note*¹ que podem ser incorporadas ao Sustainable Finance Roadmap.

As recomendações foram elaboradas por especialistas reconhecidos globalmente na área de finanças climáticas e impacto socioambiental e trazem um arcabouço técnico, objetivo e robusto para a aplicação de diretrizes e normas a serem implementadas em políticas públicas globais e nacionais.

Para a **Prioridade 1 - Otimizar as operações dos Fundos Internacionais Ambientais e Climáticos para fornecer financiamento sustentável**, a **Din4mo Lab**, por meio da iniciativa **Go! Blended** em parceria com a **Convergence Blended Finance**, principal rede de **Blended Finance** do planeta, propõe a criação de um Fundo Catalítico Blended Rotativo Global como estratégia de *de-risking* de forma a atrair capital comercial enquanto o **Instituto Ethos**, propõe a criação de Fundo Global com recursos provenientes da taxação sobre gastos militares dos países membros do G20.

Nove membros da coalizão trazem 10 recomendações à **Prioridade 2 - Avançar em planos de transição justos, robustos e confiáveis**, demonstrando a relevância deste tema para a transição justa para uma nova economia e à adaptabilidade climática.

A **The Wellbeing Economy Alliance** propõe a incorporação de indicadores de bem-estar holístico nos sistemas de contas nacionais, **Catalyst 2030** e a **The Schwab Foundation for Social Entrepreneurship**, organização irmã do Fórum Econômico Mundial, o reconhecimento da relevância da economia de impacto socioambiental e dos inovadores sistêmicos às economias globais, o **GSG Impact** a implantação de estratégias para mobilizar capital privado por meio dos MDBs e DFIs e a implantação de parcerias baseadas em resultados, a **Aliança Empreendedora** e a **Preta Hub** o fomento de ecossistemas de empreendedorismo inclusivos com acesso a oportunidades de crescimento, geração de renda e trabalho para populações historicamente vulnerabilizadas, a **Purpose Foundation** o modelo de propriedade corporativa de *steward-ownership* e a **Healthcare Without Harm** o desenvolvimento de sistemas de saúde de baixo carbono e resilientes ao clima **Global Mental Health Action Network et al**² a priorização de investimentos em saúde mental nos planos de transição para aliviar o fardo psicológico e aumentar a resiliência em decorrência das questões de adaptabilidade às mudanças climáticas

1. G20 Sustainable Finance Working Group - Presidency and Co-chairs Note on Agenda Priorities. Available at: <https://g20sfwg.org>.

2. Global Mental Health Action Network Working Group also represented by, Soulbeegood and Vertentes Ecossistema de Saúde Mental (Mental Health Ecosystem)

em decorrência das questões de adaptabilidade às mudanças climáticas

No contexto da **Prioridade 3 - Analisar os desafios de implementação relacionados aos padrões de relatórios de sustentabilidade, incluindo a Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) e Mercados Emergentes de Economias em Desenvolvimento (EMDEs)**, o **GSG Impact** propõe o desenvolvimento de padrões de divulgação de sustentabilidade mais inclusivos, por ativamente promover um maior engajamento das partes interessadas de EMDEs nos esforços de definição de padrões e endereçar às necessidades e limitações de recursos dos atores do mercado local em EMDEs com iniciativas de capacitação personalizadas, ferramentas práticas e orientações adicionais de implementação, a **Nossa Terra Firme**, o endosso do blockchain como prática de prevenção à fraude e promoção da interoperabilidade, transparência, imutabilidade e descentralidade e o **B Lab** e o **Sistema B** a adoção estrutura legal de Benefit Corporation com vínculo de dever fiduciário ao impacto.

Para atender a **Prioridade 4 - Financiar Soluções baseadas na Natureza**, o **The B Team** propõe uma reproposição do dinheiro no sistema por meio da redefinição e do redirecionamento dos incentivos fiscais e o fim da dívida paralisante nos Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento, enquanto o **Instituto AYA et al**³ propõem replicar as boas práticas e o fortalecimento de iniciativas existentes como os Certificados de Recebidos do Agro (CRA) e contratos adaptados para agricultores familiares, em territórios com potencial de conservação ambiental e geração de emprego. Os **co-presidentes do GT9 do C20 - Filantropia e Desenvolvimento Sustentável**⁴ incitam o G20 a investir no estabelecimento de novas parcerias Público-Privadas-Filantropias-Populares (PPPPs) que incentivem a participação significativa organizações filantrópicas, incluindo fundações comunitárias locais e corporativas, para aumentar o financiamento misto e mobilizar

capital catalítico privado para ação em SbN, ação climática e desigualdades sociais.

Apresentamos o policy brief de cada recomendação na íntegra no Apêndice deste documento para consulta e aprofundamento do tema.

Por fim, concluímos que essas recomendações oferecem caminhos concretos para a transição para nova economia mais inclusiva, equitativa e regenerativa de maneira consistente, transparente e viável promovendo a convergência de interesses para endereçar a mudança que precisamos, servindo de referência propositiva aos Grupos de Trabalho do G20 e às lideranças de nosso planeta.

3. Instituto Arapyau, Instituto Clima e Sociedade (iCS), Instituto Igarapé, Instituto Itaúsa, Open Society Foundations (OSF) e Uma Concertação pela Amazônia

4. Os presidentes do Grupo de Trabalho 9 do C20 são o GiFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas); o IIED International Institute for Environment and Development; e o WINGS rede global de filantropia



PRIORIDADES SUSTAINABLE FINANCE WORKING GROUP, 2024

01.

Otimizar as operações dos Fundos Internacionais Ambientais e Climáticos para fornecer financiamento sustentável

A coalizão G20 pelo Impacto propõe duas recomendações complementares, elaboradas pelos especialistas em capital catalítico⁵ e finanças sustentáveis: **Instituto Ethos** e pela iniciativa **Go! Blended** realizada pela **Din4mo Lab** à Prioridade 1 definida pelo Sustainable Finance Working Group que poderão ser implementadas pelos países membro do G20 para otimizar a operacionalização dos Fundos Climáticos e Ambientais como instrumentos de capital financeiro sustentável de forma a reduzir a complexidade e a fragmentação de recursos e atrair mais capital comercial para alcançar metas ambiciosas relacionadas ao clima, biodiversidade e proteção ambiental e social.

1.1. Constituição de Fundo Catalítico Blended Rotativo Global, com capital inicial e único de 5% dos recursos de DFIs - Development Finance Institutions dos países membros do G20, com o mandato de fornecer capital catalítico em larga escala, por meio de estruturas de investimento subordinadas e mezzanine, garantias, seguro e hedge, dentre as possibilidades de *de-risking*, com objetivo de alavancar ao menos 3 a 4 vezes seu valor em capital comercial a iniciativas de financiamento climático e impacto socioambiental positivo. Com o sucesso das operações, o fundo será retroalimentado, garantindo sua perenidade. [**Go! Blended**, iniciativa da **Din4mo Lab**]

1.2. Criação de Fundo sobre a taxação das despesas militares de cada país - 20% dos gastos anuais - destinado ao combate à mudança climática e o impacto social decorrente, operacionalizado pela ONU e administrado em parceria entre governos e organizações da sociedade civil. [**Instituto Ethos**]

A mobilização de investimentos comerciais para iniciativas com impacto socioambiental positivo muitas vezes encontra entraves devido a imaturidade e risco das iniciativas e soluções propostas.

É imperativo, portanto, a implementação de estruturas financeiras, que mitiguem o risco inerente nestas iniciativas, como o *Blended Finance*, que é composto de capital catalítico fornecido inicialmente, essencial para tornar os projetos mais atrativos aos investidores tradicionais e alavancar o capital comercial fundamental para garantir a escalabilidade necessária para endereçar os desafios múltiplos da atualidade.

Estima-se que sejam necessários USD 6.4 trilhões ao ano para financiar os 17 ODS, totalizando quase USD 52 trilhões nos próximos anos.⁶

Em termos da potencial oferta de capital, a riqueza global total foi estimada em USD 473 trilhões (com previsão para atingir USD

5. Catalytic Capital: Unlocking More Investment and Impact, Catalytic Capital Consortium

6. World Investment Report 2023 - UNCTAD

629 trilhões em 2027.) Deste volume, aproximadamente USD 350 trilhões são ativos financeiros e USD 270 trilhões estão sob gestão privada.⁷

Portanto, a demanda para se atingir todos os ODS equivale a aproximadamente 1% a.a. do estoque total e 1,3% do estoque privado. Porém, apesar do baixo percentual demandado, no ritmo de financiamento atual as metas da Agenda 2030 serão cumpridas apenas em 2100.

Os recursos advindos da tributação de 20% sobre despesas militares também podem se somar ao Fundo Catalítico Blended Rotativo Global garantindo aumento anual na ordem de USD 440 bilhões/ano, considerando que em 2023 as despesas militares somaram USD 2,2 trilhões⁸ a iniciativas que promovam a transição justa para nova economia mais equitativa e regenerativa.

A governança do Fundo poderá ser composta por 1 representante de cada um dos DFIs delimitados, que definirão as regras de gestão e operação.

Em função do capital mobilizado, o mandato do Fundo será de realizar financiamentos

catalíticos por meio de, prioritariamente, mas não exclusivamente, 4 estruturas financeiras possíveis: (i) **estrutura de investimento subordinadas e mezanino (Equity ou Dívida):** estruturas de investimento através de contratos de dívida, sob acordos de taxa de juros abaixo dos padrões do mercado, ou, contratos de *equity*; (ii) **estrutura de garantia:** permite mais projetos se qualifiquem aos formatos e exigências de investimentos comerciais, oferecendo um instrumento de proteção e redução do risco financeiro; (iii) **estrutura de seguro:** financiamento via seguros a projetos de risco mais elevado poderá viabilizar a entrada de novos investidores comerciais, com direitos assegurados, estrutura com liquidez confortável e baixo risco; (iv) **estrutura de hedge:** “colchão cambial” a ser utilizado tanto para operações de *equity*, quanto para mitigar riscos envolvendo o *spread* cambial nas transações, o que poderá desbloquear novas oportunidades de investimento internacionais aos projetos.

Com o êxito das operações, os retornos obtidos com os financiamentos aos projetos irão retroalimentar o próprio Fundo, garantido sua perenidade sem novos desembolsos dos próprios DFIs.

7. Global Wealth Report 2023 - UBS

8. The Military Balance 2024 - International Institute for Strategic Studies

02.

Avançar em planos de transição justos, robustos e confiáveis

A construção de planos de transição justos, robustos e confiáveis em um contexto de desigualdades estruturais em escala global, requer a utilização de uma perspectiva sistêmica. É fundamental a coordenação e articulação de múltiplos atores que conformam e definem o desenho do sistema econômico ao redor de uma visão comum: acelerar a transição rumo a uma economia mais inclusiva, equitativa e regenerativa.

Para isso, é necessário envolver o setor público, setor privado e sociedade civil organizada de forma coordenada, aproveitando essa diversidade de racionalidades a favor da resolução dos desafios impostos.

Com base nesse entendimento, o G20 pelo Impacto reuniu organizações especializadas e consideradas referências em suas áreas de atuação, com legitimidade pública na entrega de soluções sistêmicas para oferecer recomendações à **Prioridade 2 definida pelo SFWG**, que viabilizem a transição justa e es-

trutural com a velocidade exigida pela crise global, nos seguintes campos: (i) inovação social e econômica; (ii) mobilização, estruturação de capitais e financiamentos para transição justa; (iii) criação de ecossistemas de empreendedorismo social e inclusivo; (iv) acesso a oportunidades de crescimento, geração de renda e trabalho para populações historicamente vulnerabilizadas; (v) readequação das estruturas legais e societárias das empresas; (vi) adequação do modelo e das políticas dos sistemas nacionais de saúde; (vii) desenho de políticas públicas para uma economia de bem-estar social e (viii) implantação de diretrizes de políticas públicas de fomento à economia de impacto socioambiental.

2.1. Incorporar indicadores de bem-estar holístico nos sistemas de contas nacionais, para além do PIB, por todos os países do G20 -- a fim de priorizar em todas as políticas públicas o bem-estar humano e ecológico, para além da bus-

ca pelo crescimento econômico como um fim em si mesmo. Planos de transição justa falharam porque a lógica subjacente, os objetivos e os incentivos das economias permaneceram os mesmos, recompensando a exploração das pessoas e do planeta. Efetivamente, a transição para economias materialmente mais leves, nas quais as necessidades de todas as pessoas sejam atendidas, requer uma visão diferente de progresso que coloque o bem-estar humano e ecológico no centro de todas as atividades econômicas. [The Wellbeing Economy Alliance]

2.2. Reconhecer a contribuição da economia social para o desenvolvimento sustentável e (i) construir um ambiente regulatório de apoio; (ii) criar incentivos ao investimento público e privado e tributação favorável; (iii) expandir e melhorar a educação e a investigação sobre economia social nas escolas e universidades; (iv) tornar os canais de compras públicas e privadas mais inclusivos para negócios e organizações de impacto social; (v) coletar e medir dados sobre o impacto social e ambiental da economia social, incluindo métricas econômicas para além do PIB. [The Schwab Foundation for Social Entrepreneurship]

2.3. Reconhecer o setor de inovação social, que é composto por especialistas que trabalham na linha de frente, armados com soluções sistêmicas para problemas sociais e ambientais complexos, que abordam os desequilíbrios em nossas abordagens globais atuais de desenvolvimento e da economia em geral. A participação desses inovadores sociais na formulação e no debate de políticas públicas é crucial para melhores resultados tanto para as pessoas quanto para o planeta. Os inovadores sociais devem ter garantida a representação nos diversos grupos de trabalho do G20 e um grupo de engajamento transversal dedicado aos inovadores sociais, o Social Innovation 20 (SI20). [Catalyst 2030]

2.4. Como acionistas de muitos dos maiores MDBs e DFI do mundo, os pa-

íses do G20 têm o potencial de desbloquear a mobilização de capital privado ao (i) tornar a mobilização de capital uma meta central das instituições de financiamento do desenvolvimento, reformando os mandatos dessas instituições para que a mobilização de capital privado tenha o mesmo peso que os investimentos no balanço patrimonial; (ii) aumentar a oferta e a eficácia do capital catalítico, incluindo garantias, estruturas de financiamento misto, subsídios catalíticos, subsídios, capital concessionário, contratos de seguro e pagamentos por resultados, para alavancar investimentos de capital privado e aumentar o número, o tamanho e a qualidade das oportunidades de investimento alinhadas com os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) nos EMDEs (Economias de Mercados Emergentes e em Desenvolvimento); (iii) criar instalações regionais e/ou temáticas de capital catalítico, ou ampliar as já existentes bem-sucedidas, para impulsionar estruturas de financiamento e iniciativas lideradas e desenvolvidas por partes interessadas locais nos EMDEs para avançar nos planos de Transição Justa, especialmente em PMEs (Pequenas e Médias Empresas) geradoras de empregos; (iv) melhorar a colaboração e desenvolver um melhor entendimento compartilhado do que funciona em termos de uso de financiamento catalítico e concessional em um amplo espectro para ajustar perfis de risco e, assim, mobilizar capital privado em grande escala em áreas de alto impacto. [GSG Impact]

2.5. Reconhecer o potencial das parcerias baseadas em resultados como um modelo comprovado de colaboração público-privada para mobilizar mais capital privado em áreas de alto impacto e para uma Transição Justa (incluindo educação e requalificação) e tomar medidas promovendo ambientes institucionais e regulatórios que permitam estruturas de financiamento baseadas em resultados e estabelecendo fundos de resultados para catalisar mudanças. [GSG Impact]

2.6. Promover e fortalecer o modelo

de propriedade corporativa de **steward-ownership** (controlados por stewards fiduciários), por facilitar e incentivar a educação pública e a defesa deste modelo em estruturas legais e regulatórias para empresas que desejam fazer a transição para esse modelo. Como modelo de propriedade que legalmente garante que as empresas permaneçam orientadas por propósitos e independentes a longo prazo, o *steward-ownership* desafia o paradigma da primazia dos acionistas de forma adequada, viável e robusta para iniciativas corporativas de impacto social e climático. **[Purpose Foundation]**

2.7. Promover a criação de ecossistemas de empreendedorismo socialmente inclusivos, incluindo políticas que integrem programas de assistência social com iniciativas de desenvolvimento econômico, especialmente focadas em grupos vulneráveis. **[Aliança Empreendedora]**

2.8. Promover caminhos de transição confiável, robustos e justos, e avançar em políticas que fomentem a inclusão de afrodescendentes e/ou povos indígenas (e seus descendentes) que enfrentam desafios comuns no acesso ao sistema financeiro: acesso ao crédito, acesso a mercados incentivados por leis e compras públicas, acesso a ecossistemas fortalecidos e o estabelecimento de um ecossistema seguro e inclusivo. **[Preta Hub]**

2.9. Implementar o compromisso da Declaração de Líderes de Nova Delhi para apoiar o desenvolvimento de sistemas de saúde de baixo carbono e resilientes ao clima, que compõem a estratégia de alcance das metas globais de saúde e clima e são componente central de uma Transição Justa, reforçando a mobilização de bilhões, inclusive de investimento privado, em financiamento de iniciativas para saúde e clima a fim de transformar as operações e a cadeia de suprimentos da saúde e construir uma economia mais inclusiva e regenerativa que promova pessoas saudáveis em um planeta saudável. **[Healthcare without Harm (HCWH)]**

2.10. Priorizar o investimento em saúde mental nos planos de transição globais para aliviar o fardo psicológico, aumentar a resiliência, a produtividade e facilitar transições ambientalmente sustentáveis e socialmente justas. **[Global Mental Health Action Network et al⁹]**

As 10 recomendações mencionadas acima são complementares e abordam sistematicamente diferentes pontos de alavancagem, que se forem tocados de forma coordenada, são capazes de articular mudanças estruturais para a transição justa.

O desenvolvimento econômico de comunidades vulneráveis está atrelado à criação de políticas públicas de fomento ao empreendedorismo aliados à programas de assistência social, uma vez que a vulnerabilidade multidimensional e sistêmica que marca essas populações só será superada por meio de uma abordagem que associa o desenvolvimento econômico ao acesso a direitos e necessidades fundamentais.

Nesse sentido, a assistência social deve caminhar de forma vinculada com políticas públicas de desenvolvimento social e econômico, acelerando a transição para uma economia mais equitativa. É isso que a policy brief elaborada pela **Aliança Empreendedora** propõe (p.33).

Não há crescimento econômico justo sem políticas orientadas a gerar inclusão de populações historicamente marginalizadas e excluídas, buscando equalizar o acesso às oportunidades de acesso à conhecimento, qualificação e crédito.

É imperativo integrar a diversidade racial e cultural dos povos originários e afrodescendentes como marcadores irrenunciáveis de políticas econômicas comprometidas com a inclusão e redução de desigualdades estruturais. A **Preta Hub** (p.34) aprofunda e fundamenta essa afirmação tornando evidente a necessidade de acolher sua recomendação.

A atuação das organizações da sociedade civil deve ser articulada com políticas públicas orientadas a redesenhar o funcionamento dos mercados. As empresas são a principal instituição do sistema econômico e são responsáveis pelo maior volume de decisões que o informam, orientando a definição de políticas econômicas.

9. Global Mental Health Action Network Working Group also represented by, Soulbeegood and Vertentes Ecossistema de Saúde Mental (Mental Health Ecosystem)

Não é mais possível promover prosperidade econômica equitativa com as principais instituições do sistema econômico orientadas e fundamentadas nos interesses de um número limitado e pequeno de pessoas movidas apenas pela finalidade de lucro.

Para esse fim, de acordo com a **Purpose Foundation** (p.30), é imperativo promover novas estruturas legais para as empresas, comprometidas com a promoção de uma transição justa, redesenhando seu modelo de propriedade e governança a fim de combinar impacto econômico com a necessidade de gerar impactos sociais e ambientais positivos, com base no compromisso com o bem-estar das pessoas, comunidades e do planeta.

O setor público também possui papel e responsabilidade fundamentais para o êxito da transição justa: reformular as categorias centrais da economia atual é urgente: políticas públicas devem ser concebidas a partir de um design que considere o crescimento econômico em toda sua complexidade, integrando métricas e indicadores comprometidos com o aumento de bem-estar social. A **Wellbeing Economy Alliance** (p.21) apresenta sua recomendação fundamentada em evidências de sucesso, geradas a partir do uso de suas matrizes de indicadores e estruturas.

Ao mesmo tempo, os vastos recursos dos mercados de capitais e suas estruturas operacionais devem ser aproveitados e mobilizados efetivamente para alcançar uma Transição Justa. De acordo com **GSG Impact** (p.25) os DFIs e os MDBs continuam sendo as organizações mais bem posicionadas para mobilizar capital privado no ritmo e na escala necessários, particularmente para os mercados emergentes e economias em desenvolvimento.

Para desbloquear a economia de impacto socioambiental necessárias à transição justa, robusta e confiável, **Schwab Foundation** (p.21) demonstra que é fundamental renovação cultural e regulatória das bases econômicas atuais oferecendo incentivos reais ao financiamento público e privado a soluções (com e sem fins lucrativos) que promovam o impacto positivo em larga escala com políticas públicas que promovam a educação e pesquisa desta nova economia e favoreçam métricas claras, consistentes e confiáveis de mensuração.

A fim de robustecer, sustentar e viabilizar mudanças sistêmicas desse porte, é neces-

sário conhecimentos e abordagens inovadoras, multifacetadas e compatíveis com a complexidade de sistemas globais. Conforme apresentado pelo **Catalyst 2030** (p.23) a incorporação dos inovadores sociais - culturalmente habituados e treinados a construir soluções ágeis, eficientes, inovadoras e com baixo custo, por operar em ambientes com diversos desafios institucionais - nas esferas de decisão de alto nível, permitirão que se faça a Transição Justa e eficaz com a agilidade necessárias aos desafios atuais.

Além disso, **GSG Impact** (p.25) afirma que a implementação de soluções financeiras inovadoras, onde os pagamentos estão vinculados à obtenção de resultados mensuráveis pré-definidos - particularmente em áreas-chave como educação e desenvolvimento de habilidades -, pode maximizar significativamente o valor do dinheiro, especialmente para os governos, e proporcionar resultados mais eficazes em áreas de alto impacto para a Transição Justa.

Entretanto, a transição somente será considerada justa quando for reestruturado o funcionamento dos sistemas nacionais de saúde, que demandam 10% do PIB global, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), e, paradoxalmente, representam 4,4% e 5,2% das emissões líquidas globais de gases de efeito estufa. A **Healthcare without Harm** (p.37) apresenta o seu policy brief ancorado em dados que confirmam que é necessário e possível redefinir a lógica e redesenhar o modelo dos sistemas de saúde, em um esforço coletivo e articulado entre estado, mercados e sociedade civil organizada por uma questão de saúde pública global.

Finalmente, os investimentos em saúde mental devem ser um aspecto crucial do plano global de Transição Justa, pois irão melhorar a adaptabilidade às mudanças climáticas, garantir a resiliência e a preparação da população e aliviar o fardo econômico, uma vez que os transtornos mentais representam 10% do fardo global de doenças. Eles levam a perdas econômicas significativas, com um aumento estimado do custo de 2,5 trilhões em 2010 para 6 trilhões de dólares globalmente até 2030, alcançando até 8% do PIB global até 2030, como apresentado pela **Global Mental Health Action Network et al** (p.41)¹⁰.

10. Global Mental Health Action Network Working Group also represented by, Soulbeegood and Vertentes Ecossistema de Saúde Mental (Mental Health Ecosystem)

03.

Analisar os desafios de implementação relacionados aos padrões de relatórios de sustentabilidade, incluindo a Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) e Mercados Emergentes de Economias em Desenvolvimento (EMDEs)

Para a **Prioridade 3** determinada pelo SFWG, os membros da coalizão G20 pelo Impacto, **GSG Impact**, a **Nossa Terra Firme** e o **B Lab** e **Sistema B**, propõem recomendações que abordam três desafios distintos, mas interconectados. Esses desafios são: **(i)** o desenvolvimento e a implementação de métricas padronizadas que levem em consideração as necessidades e capacidades únicas das partes interessadas locais; **(ii)** a segurança e confiabilidade dos dados reportados; **(iii)** e a criação de mecanismos legais que reconheçam uma nova forma de responsabilidade e gestão entre as empresas.

Combinadas, essas recomendações traçam caminhos para atingir um nível avançado de gestão global de sustentabilidade. Apresentamos a seguir as recomendações:

3.1. Reconhecer a necessidade urgente de desenvolver padrões de divulgação de sustentabilidade que proporcionem mais transparência de impacto de maneira abrangente e inclusiva, apelamos aos governos do G20 para que **(i)** adotem a base global de relatórios desenvolvida pelo IFRS-ISSB, seguindo caminhos que levem em consideração as realidades dos atores locais do mercado, especialmente micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), que podem ser desproporcionalmente afetadas devido aos seus recursos e capacidades limitados para cumprir com os crescentes requisitos de divulgação; **(ii)** promovam uma maior participação dos principais atores locais do mercado no desenvolvimento de padrões de divulgação de sustentabilidade, aproveitando a influência e o poder de amplificação das redes setoriais nacionais, regionais e globais existentes (por exemplo, associações industriais, câmaras de comércio, entre outros), para garantir que os futuros padrões reflitam uma diversidade maior de vozes e realidades; **(iii)** assistam os atores

locais do mercado fornecendo orientação técnica para a implementação de padrões de divulgação de sustentabilidade; e **(iv)** desenvolvam ferramentas práticas para reduzir a carga de medição e relatório para as MPMEs, incluindo a incorporação de soluções tecnológicas, como calculadoras de GEE (Gases de Efeito Estufa), mapas de risco ambiental, entre outros. **[GSG Impact]**

3.2. Endossar o uso da tecnologia blockchain como melhor prática em relatórios de sustentabilidade, prevenção à fraude e estratégias de interoperabilidade, aproveitando os atributos inerentes do blockchain de transparência, imutabilidade e descentralização, e estabelecendo estruturas padronizadas para capturar, verificar e compartilhar dados de sustentabilidade de maneira segura e eficiente. A adoção da tecnologia blockchain representa uma melhoria significativa em comparação com a divulgação de dados autodeclarados de sustentabilidade, pois os dados nela inseridos estão protegidos com o que há de mais avançado na tecnologia de segurança de dados. Uma vez na blockchain, os dados dos relatórios de sustentabilidade tornam-se imutáveis e protegidos por criptografia avançada. Isto não só aumentará a credibilidade e comparabilidade das divulgações de sustentabilidade, mas também promoverá maior colaboração e interoperabilidade entre as partes interessadas - governo, reguladores, empresas e organizações da sociedade civil em escala global, que devem ser apropriadamente capacitadas. A agenda de incentivo à adoção da tecnologia pelo G20 pode incluir **(i)** integração de métricas padronizadas para o reporte de sustentabilidade em redes de contratos inteligentes que preparem a sua inserção na blockchain **(ii)** fomento à assistência técnica e construção de capaci-

dades tecnológicas nos países membros, com especial foco em populações vulneráveis e/ou sub-representadas, e (iii) programas de incentivo à adoção do relatório em blockchain e da promoção de análises dos dados reportados em indústrias-chave, como o setor de commodities, produção automotiva e outras indústrias carbono-intensivas. [Nossa Terra Firme]

3.3. Adotar a estrutura legal de *Benefit Corporation* como um instrumento para diversos modelos e tamanhos de negócios, incentivando as empresas a operar com (i) um foco central no impacto material positivo; (ii) responsabilidade perante as partes interessadas, (iii) medição, gestão e reporte transparente do impacto; e **Vincular o dever fiduciário dos administradores de negócios e investidores** para promover mudanças estruturais, comportamentais e culturais na maneira como os negócios são conduzidos, por meio de (i) criação, como parte dos interesses dos negócios, de um impacto socioambiental positivo e material como um todo; (ii) consideração dos interesses das partes interessadas para tomar decisões mais bem informadas e qualificadas; (iii) promoção do uso de uma ferramenta de terceiros para medir, gerenciar e relatar o impacto. [B Lab e Sistema B]

Para impulsionar a mobilização de capital de impacto, é necessário disponibilizar mais e melhores informações globalmente comparáveis sobre sustentabilidade e riscos e oportunidades relacionados ao impacto para investidores e outros atores-chave do mercado. Apesar dos esforços de diferentes definidores de padrões globais nas últimas décadas, essas informações não têm sido medidas nem relatadas de forma consistente, e, portanto, são mal geridas e pouco valorizadas pelos mercados.

Há uma necessidade urgente de transformar a qualidade e a utilidade das informações

sobre impacto disponíveis para os tomadores de decisões de investimento, bem como para aqueles que os responsabilizam. Aproveitar o poder da “transparência de impacto” é fundamental para alcançar essa mudança comportamental e trabalhar em direção a um futuro onde as decisões de investimento, por empresas e investidores institucionais, sejam tomadas através da tripla perspectiva de risco, retorno e impacto.

Entretanto, apesar de organizações líderes como a IFRS Foundation terem feito progressos consistentes para criar uma base global para relatórios de sustentabilidade com divulgações comparáveis globalmente é fundamental que os esforços de inclusão, especialmente em (EMDEs), levem em consideração as realidades das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) – a espinha dorsal das economias emergentes, contribuindo para pelo menos 40% da renda nacional e entre 70% e 95% das novas oportunidades de emprego – que carecem de capacitação e, portanto, correm o risco de ficar para trás.

A complexidade percebida desses padrões, juntamente com os custos extras antecipados (sistemas de dados, treinamento, equipe), impõe desafios adicionais para entidades que carecem de expertise ou recursos. Enquanto a capacitação e o treinamento para atores do setor privado e funcionários públicos são considerados críticos em todos os mercados, reconhecer e adaptar o treinamento ao contexto local (e para empresas de todos os tamanhos) é crucial, especialmente considerando que os padrões globais emergentes nem sempre encontram um espaço claro localmente.

A adoção generalizada de práticas de relatórios de sustentabilidade exigirá uma abordagem dupla que integre perfeitamente a regulamentação governamental necessária e modelos de negócios convincentes baseados no dever dos investidores e outros incentivos impulsionados pelo mercado, entre outros fatores de “atração”.

Nesse sentido, no que concerne à iniciativa privada, a forma legal de Benefit Corporation e a alteração dos deveres fiduciários dos diretores apresentam uma estrutura consistente e uma prática empresarial confiável - evidenciada em quase duas décadas de Empresas B Certificadas, que também influenciaram políticas públicas de Benefit Corporation em 44 estados dos EUA e outros 8 países - ao exigir a medição e relato do desempenho social e ambiental de forma transparente e clara, promovendo a confiança com as partes interessadas e permitindo uma tomada de decisão informada: investidores podem avaliar o compromisso de uma empresa com a sustentabilidade, consumidores podem fazer escolhas informadas com base no impacto social de uma empresa, e comunidades podem acompanhar as contribuições positivas das empresas em sua esfera local.

A ênfase no impacto mensurável cria um novo nível de responsabilidade e deve ser complementada pela prática e ampliar o conceito tradicional de dever fiduciário e incluir impactos sociais e ambientais, responsabilidade com as partes interessadas e compromissos. É uma questão complexa, porém absolutamente relevante para alinhar expectativas e abrir caminho para a conduta prefixada, que, em última análise, muda a estrutura e promove mudanças comportamentais e culturais ao promover a sustentabilidade a longo prazo, alterar as expectativas dos investidores/acionistas, incluir os interesses das partes interessadas no processo de tomada de decisão; mitigar externalidades negativas; demonstrar compromisso com impacto social e ambiental positivo, reforçar a confiança pública.

Ainda assim, há uma necessidade urgente de uma solução mais confiável e eficiente para atender às crescentes demandas de partes interessadas e reguladores, já que as práticas de relatórios atuais são atormentadas por problemas de inconsistência de dados, falta de transparência e suscetibilidade a fraudes e manipulações, tornando os relatórios de sustentabilidade cada vez mais complexos e intensivos em dados.

O blockchain emerge como uma tecnologia promissora e melhor prática capaz de enfrentar esses desafios e inaugurar uma nova era de transparência, responsabilidade e sustentabilidade na governança econômica global, podendo melhorar a transparência, comparabilidade, integridade e segurança dos dados, enquanto descentraliza o controle sobre os

dados de sustentabilidade em suas divulgações e leva a maior eficiência e rentabilidade pela automação das tarefas de verificação e validação de dados, eliminando a necessidade de intervenção manual e removendo intermediários, reduzindo assim os custos de transação.

Para além de suas características tecnológicas, o blockchain representa uma importante ferramenta de transição entre dados puramente auto-declarados e mecanismos mais avançados de governança pública e corporativa. Ao refletirem sobre a importância de comunicar seus impactos em sustentabilidade para o mundo utilizando uma tecnologia imutável, segura e permanente, empresas ao redor do mundo terão um incentivo imediato para divulgar dados fidedignos, adequados aos padrões globais e a mecanismos comparativos setoriais. Para avançarmos na mitigação e adaptação de mudanças climáticas, é necessário que os impactos ambientais sejam adequadamente medidos.

Ao mensurá-los de maneira definitiva, descentralizada e segura, podemos compreender os reais gargalos na transição rumo a uma economia de baixo carbono. Podemos, também, recompensar os setores e empresas que estejam, comprovadamente, liderando esta transição.

Por se tratar de uma tecnologia descentralizada e de viés prático, a construção de capacidades em blockchain é possível de ser realizada fora de instituições e processos formais de ensino. A abundância de soluções no-code, de processos formativos e capacitações online e gratuitas, e de startups atingindo níveis de escalabilidade sem precedentes, incluindo aquelas advindas de países em desenvolvimento, demonstra a possibilidade de democratização desta tecnologia.

Neste contexto, a blockchain é uma ferramenta que já existe como realidade nos países do G20, e que pode também ser adaptada para avançar a agenda de accountability e transparência nos relatórios de sustentabilidade realizados por empresas atuantes nestes países.

04.

Financiar Soluções baseadas na Natureza

A coalizão G20 pelo Impacto oferece duas recomendações elaboradas pelos especialistas em finanças climáticas e normativas para novos modelos econômicos **The B Team** e o **Instituto AYA et al**¹¹ e os co-presidentes do **Grupo de Trabalho 9 - Filantropia e Desenvolvimento Sustentável do C20**¹² à **Prioridade 4** definida pelo Sustainable Finance Working Group para endereçar o desafios do crescimento do financiamento em Soluções baseadas na Natureza, e consequentemente contribuir para o aumento da biodiversidade, da resiliência, adaptabilidade e justiça climática aliado ao progresso social equitativo das comunidades locais.

4.1. Identificar e desbloquear incentivos - os incentivos fiscais, em particular, serão cruciais - para aumentar o fluxo de capital para financiar Soluções Baseadas na Natureza e uma transição justa e inclusiva para um futuro regenerativo, por meio da (i) definição de um preço para o carbono via coordenação multilateral; (ii) redefinição e redirecionamento de subsídios, o que reverterá recursos para o sistema; (iii) promoção da divulgação corporativa e adoção de regulamentações adequadas; (iv) eliminação da dívida paralisante que impede muitos governos de acessar o financiamento necessário para investir em um futuro sustentável. [The B Team]

4.2. Criação de ambiente favorável ao financiamento de Soluções baseadas na Natureza por (i) Replicar boas práticas e fortalecimento de iniciativas existentes como os Certificados de Recebidos do Agro (CRA) e contratos adaptados para agricultores familiares, que devem ser replicadas em territórios com alto potencial de conservação ambiental e geração de emprego; (ii) incluir seguradoras em investimentos sustentáveis e em investimentos verdes, com desfecho focado não apenas na redução de emissões e na regeneração ambiental, mas também no bem-estar e a inclusão das populações originárias e de comunidades locais. [Instituto AYA et al]

4.3. Fortalecer a qualidade e escala de Plataformas *Multi-Stakeholder* (MSPs) existentes, as redes com o setor filantrópico, e investir no estabelecimento de novas parcerias Público-Privadas-Filantrópicas-Populares (PPPPs), por meio das autoridades governamentais em todos os níveis, incentivando a participação significativa de diversas organizações filantrópicas, incluindo fundações comunitárias e corporativas, para melhorar e aumentar o financiamento misto e mobilizar capital catalítico privado para ação sistemática, coletiva e plurilateral sobre questões climáticas e desigualdades sociais. [C20 Grupo de Trabalho 9 sobre Filantropia e Desenvolvimento Sustentável¹³]

Apesar do entendimento geral quanto à importância das Soluções baseadas na Natureza (NbS) como estratégia crucial para a mitigação e adaptação das mudanças climáticas, as NbS ainda estão sub financiadas. O mais preocupante é que o cenário não é apenas de sub-financiamento a este tipo de solução, mas de contra fluxo, uma vez que trilhões de dólares anualmente são direcionados a soluções de impacto negativo à natureza, por meio de investimentos e subsídios.

Está claro que redirecionar os fluxos de finanças negativas para a natureza para o financiamento a soluções baseadas na Natureza é a melhor maneira de deter e reverter a perda de biodiversidade e endereçar a mudança climática de maneira eficaz.

Reorientar os recursos no sistema atual e desbloquear investimentos para superar essa lacuna exigirá uma verdadeira mudança de paradigma, redirecionando o capital e unindo esforços de diferentes stakeholders chave para superar barreiras e escalar Soluções baseadas na Natureza.

Essa mudança de paradigma e reorientação do fluxo financeiro podem ser alcançadas definindo o preço global do carbono de maneira coordenada e cooperativa entre múltiplos países, utilizando os mecanismos e recursos disponíveis no sistema, ao mesmo tempo em que eliminamos gradualmente os subsídios

11. Instituto Arapyau, Instituto Clima e Sociedade (iCS), Instituto Igarapé, Instituto Itaúsa, Open Society Foundations (OSF) e Uma Concertação pela Amazônia

12. Os presidentes do Grupo de Trabalho 9 do C20 são o GiFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas); o IIED International Institute for Environment and Development; e o WINGS rede global de filantropia

13. Os presidentes do Grupo de Trabalho 9 do C20 são o GiFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas); o IIED International Institute for Environment and Development; e o WINGS rede global de filantropia

aos combustíveis fósseis, que atingiram um recorde de USD 7 trilhões, incluindo USD 1,3 trilhão em subsídios explícitos, em 2022.¹⁴

O estudo realizado pela Potential Energy em parceria com Yale Program on Climate Change Communication, The Mellore Foundation e Zero Ideas com +57 mil pessoas em 18 países do G20 e publicado em novembro de 2023 aponta que 58% dos entrevistados apoiam o fim de subsídios a poluidores e 65% apoiam o aumento de impostos aos poluidores e subsidiem empresas produtoras de energia limpa.

Além disso, ao acabar com a dívida paralisante dos países de baixa renda e/ou alta desigualdade fará com que os recursos destinados ao pagamento de dívidas sejam transferidos para iniciativas que endereçam a mudança e a resiliência climática como Soluções Baseadas na Natureza. Em 2023, o setor privado arrecadou USD 68 bilhões¹⁵ em juros e pagamentos de principal do que empréstimos concedidos ao mundo em desenvolvimento.

Para atender essas recomendações, os países membros do G20 deverão adotar Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) ambiciosas respaldadas por políticas domésticas que estimulem a inovação e acelerem a transição justa, inclusiva e regenerativa.

É importante considerar também que a filantropia tem um papel em demonstrar a viabilidade dos investimentos em Soluções Baseadas na Natureza e moldar as percepções de mercado, pois as organizações filantrópicas estão bem equipadas para adotar modelos de financiamento incomuns e fornecer financiamento flexível, adaptável e de longo prazo.

Devido à sua flexibilidade, as organizações filantrópicas também estão bem posicionadas para apoiar as comunidades locais na catali-

sação de esforços de filantropia local/comunitária, com o objetivo de apoiar as comunidades na elevação de seus próprios recursos e capacidade de enfrentar suas necessidades autodefinidas, com uma visão de longo prazo para a sustentabilidade, modelos financeiros inovadores e o papel da filantropia em apoiar e elevar movimentos e iniciativas filantrópicas em nível comunitário.

Ao criar um quadro atrativo para a filantropia se juntar a novas parcerias com governos, ferramentas e metodologias podem ser desenvolvidas para avaliar tanto os retornos financeiros quanto os resultados sociais dos investimentos para as organizações filantrópicas, que podem então ser publicados com dados oficiais sobre o impacto do financiamento da filantropia na sociedade civil mais ampla.

14. International Monetary Fund, IMF Fossil Fuel Subsidies Data: 2023 Update <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2023/08/22/IMF-Fossil-Fuel-Subsidies-Data-2023-Update-537281>

15. The Institute of Economic Growth, Capital outflows from developing countries 2023

IV. CONCLUSÃO

A necessidade da transição para uma nova economia baseada em princípios que levam em consideração a vida digna para todos em um planeta saudável está mais do que evidente.

O Sustainable Finance Working Group tem a importante missão de estabelecer os fundamentos das estruturas - financeiras, legais, culturais e normativas - que permitirão a viabilização da nova economia mais inclusiva, equitativa e regenerativa.

Existe uma premência de ações coordenadas, baseadas em evidências e estruturadas para aprimorar, implantar e dar continuidade às iniciativas já iniciadas presentes no Sustainable Finance Roadmap.

As recomendações aqui apresentadas dialogam com as prioridades definidas de forma clara e concreta trazendo soluções práticas de quem atua nesse ecossistema e se debruça sobre temáticas de como viabilizar de forma perene e estruturante uma visão de modelo socioeconômico que emerge da necessidade de ultrapassar as adversidades existentes por conta visão vigente - e agora inadequada - de crescimento e desenvolvimento a qualquer custo.

Não imaginávamos que nos custaria tão caro pagar esta conta, porém estamos diante de momento único e, sem margens de manobra, de reverter essa situação.

Os membros da coalizão G20 pelo Impacto trazem as suas contribuições e continuam incansavelmente trabalhando propositivamente

ao lado das lideranças que almejam um mundo melhor e justo para todos.

Estas e outras importantes soluções estão colocadas na mesa. Agora resta aos líderes do planeta colocá-las em prática.

A hora de mudar o paradigma econômico e de valores de nossa sociedade é JÁ.

Estamos com vocês neste desafio sem precedentes na história da humanidade.

Membros do G20 pelo Impacto

V.

MEMBROS COALIZÃO


























































PARCEIROS
COMUNICAÇÃO

VI. APÊNDICE

POLICY BRIEFS

01.

Go! Blended, uma iniciativa da Din4mo Lab

O maior desafio do século 21 é fazer cumprir os direitos humanos de 10 bilhões de pessoas, garantindo um ambiente seguro, digno e justo para toda a humanidade e, ao mesmo tempo, protegendo os sistemas planetários que sustentam a vida. Essas são as condições para se viabilizar uma economia equitativa e regenerativa.

Este desafio está na agenda de governos, sociedade civil organizada, academia e mercado. Movimentos com diferentes nomes (mas bastante semelhantes quando analisados com mais cuidado) apontam a necessidade de uma nova economia e um novo pacto civilizatório. Alguns exemplos desses movimentos são **Great Reset, Capitalismo de Stakeholders, Sistema B, Capitalismo Consciente, Business Roundtable, ESG, Impact Investing, Economia de Francisco**, todos debatidos em fóruns como ONU, Fórum Econômico Mundial, G20, Pacto Global e afins.

Sob o ponto de vista da demanda de capital, a apresentação de diagnósticos, objetivos e metas para a transição já são, há algum tempo, páginas viradas. Para simplificar a conversa: o Acordo de Paris e os 17 ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para 2030, estão postos na mesa desde 2015, e se estima que o gap de capital para financiá-los seja de USD 6.4 trilhões ao ano, totalizando quase US\$ 52 trilhões nos próximos sete anos.¹⁶

Em termos da potencial oferta de capital, em pesquisa realizada em 2023 pelo banco UBS, a riqueza global total foi estimada em US\$473 trilhões, com previsão para atingir US\$629 trilhões em 2027¹⁷. Deste volume, aproximadamente US\$350 trilhões são ati-

vos financeiros e US\$270 trilhões estão sob gestão privada.

Uma conta simples nos revela que a demanda para se atingir todos os ODS equivale a aproximadamente 1% a.a. do estoque total e 1,3% do estoque privado; apesar do baixo percentual demandado, no ritmo de financiamento atual as metas da Agenda 2030 serão cumpridas apenas em 2100.

Entendemos que para avançar nessa agenda devemos protagonizar a construção das condições necessárias para a convergência. Nos parece improvável que um único ator – seja público, privado ou social – possa implementar esta pauta isoladamente.

Diante dos números, pode-se afirmar que não há falta de recursos financeiros em níveis globais, mas sim um desafio de alocação e, portanto, de decisões. Quando se trata de encarar os desafios globais, estamos frente a um extraordinário desalinhamento entre oferta e demanda de capital.

Dito isso e cientes da urgência, a pergunta essencial é: Como financiar a transição, ou, em outras palavras, quais as soluções para mobilizar o capital necessário no tempo necessário? É neste contexto que *Blended Finance*, ou Financiamento Misto, emerge como relevante.

O *Blended Finance*, para além de uma ferramenta de mitigação de risco de crédito, é uma alavanca estratégica de *de-risking* sistêmico que equaliza a atratividade para riscos multidimensionais – macroeconômico, político, regulatório, mercadológico, cambial, de liquidez, governança, inovação, técni-

16. World Investment Report 2023 - UNCTAD

17. Global Wealth Report 2023 - UBS

co – vis-a-vis as variáveis que impactam um modelo de retornos esperados – maturidade do projeto, natureza, escopo, expectativa retorno na saída do investimento, *spread*, taxa de crescimento e alavancagem, entre outras. Ao fazer isso, torna o ativo alvo disponível para investimento.

Para os investidores privados do capital comercial, modelos de *Blended Finance* são uma atrativa chance de reposicionamento das estratégias de alocação: representam a ampliação do portfólio de oportunidades de investimento sustentáveis e com captura de benefícios, tanto econômicos quanto reputacionais, alinhados aos movimentos citados no início desta introdução.

A alavancagem desse capital comercial e adequação dos ativos para se serem “comercialmente autônomos” se dá através do capital catalítico. Este investimento é aquele mais paciente em termos de prazos, flexível em termos de retorno, tolerante quanto ao risco e sensível em relação ao impacto, sendo o mais adequado às fases iniciais de desenho de projeto e *de-risking* dos ativos.

Quando nos perguntamos o porquê das estratégias de *Blended Finance* serem positivas e interessantes para os investidores de recursos catalíticos, sejam eles sociais filantrópicos ou públicos, a resposta mais contundente é a seguinte: **com R\$1,00 de capital catalítico, o mundo têm demonstrado a capacidade de originar R\$4,00 adicionais de capital comercial.** A capacidade de gerar mais impacto cresce exponencialmente e acelera o êxito das causas ou políticas públicas objeto dos seus respectivos mandatos.

Para que a estrutura de *Blended* seja realizada em prol do desenvolvimento de iniciativas que alavancam impacto socioambiental positivo, é essencial mobilizar capital catalítico. A importante participação do setor público na oferta deste tipo de capital, no entanto, ainda é baixa, o que limita o potencial de financiamento da Agenda 2030 da ONU via estruturas *Blended*.

Assim, sob o ponto de vista dos Governos, nasce aqui a oportunidade de formular políticas de financiamento público indutoras da agenda de transição através de estratégias e arquiteturas *Blended* que, se bem aplicadas, terão o potencial de aprofundar a eficiência de alocação de capital público.

Em busca de criar alternativas que permitam uma mobilização de capital para impacto em maiores escalas monetárias e com agilidade, propõe-se através deste Policy Brief, a estruturação de um **Fundo Blended Rotativo Global, para prover capital catalítico em larga escala.** Este fundo será exclusivamente dedicado ao fornecimento de capital catalítico às estruturas de financiamento *Blended* para projetos ao redor do mundo.

O Fundo Catalítico será capitalizado por meio do depósito de um percentual combinado dos recursos de DFIs globais e/ou regionais. Os DFIs participantes serão indicados pelos países membros do G20. A partir disso, a governança do Fundo será composta por 1 representante de cada um dos DFIs delimitados, que definirão as regras de gestão e operação.

Através do capital mobilizado, o mandato do Fundo será de realizar financiamentos catalíticos por meio de, prioritariamente, mas não exclusivamente, 4 estruturas financeiras possíveis:

- **Estrutura de Investimento subordinadas e mezanino (*Equity* ou *Dívida*):** em alguns cenários, o Fundo poderá seguir com estruturas de investimento através de contratos de dívida, sob acordos de taxa de juros abaixo dos padrões do mercado, ou, contratos de *equity*.
- **Estrutura de Garantia:** essa estrutura permitirá que mais projetos se qualifiquem aos formatos e exigências de investimentos comerciais, permitindo que haja um instrumento de proteção e redução do risco financeiro.
- **Estrutura de Seguro:** em caso de projetos de risco mais elevado, o financiamento via seguros poderá viabilizar a entrada de novos investidores comerciais, que terão conforto e confiança de que seus direitos estão sob responsabilidade do Fundo Catalítico, estrutura com liquidez confortável e baixo risco.
- **Estrutura de *Hedge*:** será constituído um “colchão cambial” a ser utilizado tanto para operações de *equity*, quanto para mitigar riscos envolvendo o *spread* cambial nas transações, o que poderá desbloquear novas oportunidades de investimento internacionais aos projetos.

Com o êxito das operações, os retornos obtidos com os financiamentos aos projetos irão retroalimentar o próprio Fundo, garantido sua perenidade sem novos desembolsos dos próprios DFIs.

Como explicitado anteriormente, o problema da agenda de impacto não é escassez de recursos, mas sim, a necessidade de realocação para projetos de cunho ambiental e social. Em 2023 o estoque estimado de capital comercial no mundo era de US\$473 trilhões, enquanto a demanda financeira, anual, para impacto, é de US\$6 trilhões. O fluxo de investimentos não está sendo direcionado para o sucesso de objetivos como a Agenda 2030.

Os recursos catalíticos, através das estratégias *de-risking*, tornam os ativos mais atrativos aos investimentos comerciais. Ou seja,

esse tipo de capital deve ser utilizado como uma essencial via de articulação e alocação do capital comercial em projetos alinhados à uma Economia mais regenerativa e equitativa. Assim, por meio desta proposta, objetiva-se que os projetos apoiados pelo Fundo consigam preparar-se o suficiente para mobilizar, pelo menos, 3 a 4 vezes o valor do capital catalítico em forma de capital comercial tradicional.

Os entes públicos e os DFIs serão importantes promotores e catalisadores de investimentos no modelo Blended, permitindo o desenvolvimento sustentável de iniciativas que alavancuem impacto socioambiental positivo, rumo ao avanço no cumprimento da Agenda 2030 da ONU e a transição para uma Economia de Impacto global.

02.

Instituto Ethos

A ambição do G20 é enfrentar as grandes questões da humanidade: a mudança climática, a governança global, a pobreza e as desigualdades.

Para combater a pobreza e as desigualdades, propomos ao G20 a criação de um fundo administrado por governos e organizações da sociedade civil, e operacionalizado pela ONU, com recursos provenientes de uma taxa anual sobre as despesas militares de cada país.

De acordo com o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, essas despesas chegará a USD 2.2 trilhões em 2023¹⁸.

A taxação de 20% renderá o considerável valor de USD 440 bilhões anuais, com a possibilidade de facilitar a mensuração e de recolher os recursos, sendo um critério com legitimidade, já que a quase totalidade das despesas militares está concentrada nos países que fazem parte do G20.

18. The Military Balance 2024 - International Institute for Strategic Studies

03.

The Wellbeing Economy Alliance

Os frameworks de políticas de bem-estar reorientam o propósito da economia para proporcionar bem-estar humano e ecológico, com regras e incentivos econômicos desenhados para alcançar o objetivo da justiça social em um planeta saudável. Tais frameworks seriam definidos através de processos participativos locais e nacionais, permitindo que

a sociedade em geral, incluindo perspectivas indígenas e diversas em termos étnicos e de gênero, imagine o tipo de bem-estar que a economia deve proporcionar em seus contextos e de acordo com seus valores culturais.

Os de medição do bem-estar servem a múltiplos propósitos (Abdallah et al., 2024):

- Concretizam a visão de bem-estar, especificando como se parecem os bons resultados para cada um dos resultados desejados em alto nível.
- Ajudam a identificar áreas de desafio, bem como áreas de força. Por sua vez, essas percepções podem ser usadas para informar as prioridades do orçamento governamental.
- Podem ser usados para monitorar o progresso e avaliar intervenções políticas.
- Servem como uma ferramenta de responsabilidade com a qual os cidadãos podem avaliar o progresso em direção aos objetivos declarados.

Nas últimas duas décadas, uma abundância de frameworks e índices internacionais de medição do bem-estar foram desenvolvidos, incluindo os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, o framework de Bem-Estar da

OCDE, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Indicador de Progresso Genuíno (GPI), entre muitos outros. A nível nacional, um número crescente de governos também desenvolveu seus próprios frameworks de medição de bem-estar para guiar o desenvolvimento de suas políticas.

Nos últimos 50 anos, vários acadêmicos, institutos científicos influentes, ONGs e cidadãos propuseram alternativas ao PIB e como elas poderiam guiar as políticas governamentais e medir o sucesso econômico de maneira diferente.

Existem mais do que suficientes métricas alternativas e mais abrangentes, sintetizadas em dois documentos de políticas produzidos pela **Wellbeing Economy Alliance** em colaboração com organizações membros: "[Measuring the Wellbeing Economy](#)" e "[This is the Moment to Go Beyond GDP](#)". Agora, precisamos galvanizar esse conhecimento em um conjunto coerente de métricas que possam ser implementadas em todo o mundo...

04.

The Schwab Foundation for Social Entrepreneurship

Em 2024 – pouco mais de meio caminho para o prazo de 2030, desde que as metas foram adotadas em 2015 – o progresso está fora do trilho, com apenas 15% das metas projetadas para serem cumpridas até 2030. Cerca de 48% dessas metas mostram desvios significativos do caminho pretendido, e 37% não demonstraram qualquer progresso, ou até regrediram abaixo dos valores de base de 2015¹⁹.

A interligação das desigualdades socioeconômicas e dos riscos ambientais, tecnológicos, econômicos e geopolíticos globais coloca desafios sem precedentes ao sistema econômico mundial. Estas ameaças levantam questões sobre a capacidade do atual modelo econômico para responder de forma adequada e a tempo, bem como realçam o papel do status quo econômico no fomento dessas crises.

O descompasso entre os cenários atuais e as alavancas macroeconômicas disponíveis para o enfrentar desencadeou um foco renovado em modelos inclusivos de desenvolvimento

econômico que constroem a coesão social e abordam as desigualdades sociais.

Durante décadas, as empresas sociais, as cooperativas e as organizações sem fins lucrativos inovadoras e empreendedoras deram prioridade ao valor social e ambiental e fizeram a diferença onde é importante: na linha de frente, entre os milhões de comunidades e ecossistemas naturais que enfrentam danos e perdas. Estes atores adotam objetivos sociais e modelos de governança explícitos e trabalham com grupos que enfrentam barreiras devido ao gênero, raça, capacidade e classe econômica. Comumente referidas como economia social ou de impacto, criam um desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável.

De acordo com o relatório "The State of Social Enterprise: A Review of Global Data 2013–2023, Insight Report, 2024", publicado recentemente pelo Fórum Econômico Mundial e pela Schwab Foundation for Social Entrepreneurship em colaboração com a Fundação Bertelsmann, existem aproximadamente 10 milhões de empresas sociais em todo o

19. Divisão de Estatística das Nações Unidas, "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Gráfico de Progresso": <https://unstats.un.org/sdgs/report/2023/progress-chart/>

20. Fórum Econômico Mundial, "Relatório de Risco Global, 2021" <https://www.weforum.org/publications/the-global-risks-report-2021/>

21. Fórum Econômico Mundial, "O Estado da Empresa Social: Uma Revisão dos Dados Globais 2013–2023, Relatório Insight, 2024"

22. Fórum Econômico Mundial, "O Estado da Empresa Social: Uma Revisão dos Dados Globais 2013–2023, Relatório Insight, 2024" <https://www.weforum.org/publications/the-state-of-social-enterprise-a-review-of-global-data-2013-2023/> <https://www.weforum.org/publications/the-estado-da-empresa-social-uma-revisão-dos-dados-globais-2013-2023/>

23. Statista, "Vestuário – Mundial", 2024: <https://www.statista.com/outlook/cmo/apparel/worldwide>

24. Statista, "Publicidade – Mundial", 2024: <https://www.statista.com/outlook/amo/advertising/worldwide>

25. A Global Impact Investing Network (GIIN) atualizou a sua estimativa de dimensionamento do mercado de investimento de impacto para 715 mil milhões de dólares em 2019, com uma taxa composta de crescimento anual estimada em 9%. Fonte: Rede Global de Investimentos de Impacto, Impacto Anual. Pesquisa com Investidores 2020, 2020, <https://thegiin.org/research/publication/impinv-survey-2020>.

mundo, representando mais de 3% de todas as empresas. Elas geram coletivamente cerca de US\$ 2 trilhões em receitas anualmente e criando quase 200 milhões de empregos. A empresa social é maior do que a indústria de vestuário de USD 1,79 trilhão e quase o dobro do tamanho da indústria publicitária de USD 1,01 trilhão.

Entretanto, cresce o capital disponível que exige um retorno além do lucro monetário. O mercado de investimento de impacto totalizou cerca de USD 715 bilhões em ativos sob gestão em 2019. Se estes ativos crescessem a uma taxa de 9% ao ano, poderíamos prever que só este mercado crescerá para 1,845 bilhões de dólares até 2030.

Em todo o mundo, os governos estão adotando leis e políticas para incentivar a economia social a enfrentar os desafios nacionais e globais, à medida que são elaborados planos de recuperação, transição e adaptabilidade para enfrentar as questões contemporâneas. Também em nível internacional há um interesse crescente na economia social. Em Abril de 2023, a Assembleia Geral da ONU adotou uma Resolução "Promover a Economia Social e Solidária para o Desenvolvimento Sustentável" incentivando os Estados-Membros a promover e implementar estratégias nacionais, locais e regionais para melhorar a economia social e solidária.

Este reconhecimento e estratégias de apoio são fundamentais, uma vez que as economias sociais e de impacto em todo o mundo enfrentam barreiras comuns que dificultam o seu crescimento, tais como a visibilidade limitada, a falta de estruturas jurídicas e regulamentares de apoio e o acesso restrito aos mercados.

Para desbloquear o seu potencial são necessárias duas ações:

- Promover a economia social existente através do desenvolvimento de um ecossistema de apoio.

- Aproveitar o potencial da economia social para recalibrar a economia mais ampla e dominante para ser mais orientada para o valor.

Para ajudar a concretizar a primeira ação, apresentamos cinco prioridades políticas concretas que os governos podem desenvolver para construir economias mais inclusivas e resilientes:

- **Reconhecer a economia social e construir marcos regulatórios de apoio.**

O reconhecimento político dos atores da economia social, o diálogo regular com eles e o desenvolvimento de ambientes regulatórios de apoio revelaram-se vitais para o crescimento do setor.

- **Criar incentivos para financiamento, tributação e investimento**

Os governos podem fazer crescer a economia social por meio de investimentos públicos, tributação favorável e incentivos ao investimento privado no setor. Os mecanismos incluem incentivos fiscais, alívio de barreiras regulatórias, alavancagem de estruturas fiscais, eliminação de riscos de financiamento privado e desenvolvimento de mecanismos híbridos que combinem investimento público e privado.

- **Expandir a educação e a pesquisa**

Expandir e melhorar a educação e a investigação sobre inovação social, empresas sociais e economia social nas escolas e universidades pode aumentar a visibilidade da economia social e atrair conhecimento e talento.

- **Tornar os canais de contratação pública e privada mais inclusivos**

O setor público pode optar por adquirir bens e serviços de empresas que ofereçam valor social e ambiental ou que sejam lideradas por mulheres, grupos

minoritários ou pessoas com deficiência. Desta forma, os contratos públicos tornam-se um veículo para alcançar objetivos que vão além da entrega de produtos ou serviços, como a reintegração de indivíduos desempregados de longa duração nos mercados de trabalho e a integração de grupos excluídos ou vulneráveis em redes de emprego e de apoio social. Os governos também podem criar incentivos fiscais para o setor privado se envolver na economia social.

- **Colete, meça e visualize dados de impacto**

Para aumentar a visibilidade do setor, os governos são incentivados a medir e apresentar sistematicamente estatísticas sobre a economia social que vão além dos indicadores tradicionais (por exemplo, contribuição para o crescimento econômico e a criação de emprego) e capturar os impactos sociais e ambientais da economia social, incluindo métricas além PIB.

A segunda mudança vai além do avanço do setor da economia social existente no sentido de recalibrar a economia mais ampla e

dominante para ser mais orientada a valores. Os atores da economia social têm sido frequentemente pioneiros em inovações sociais e ambientais e têm um histórico no co-desenvolvimento de soluções que são posteriormente adotadas pela economia dominante. Eles podem trazer contribuições socialmente justas e inclusivas para as transições ecológica e digital e podem servir de fonte de inspiração para o setor privado nos seus objetivos ESG.

Por meio da adoção de estruturas de responsabilização, taxonomias de relatórios sociais e modelos empresariais e de governança mais participativos, a economia social pode contribuir para a transformação estrutural do nosso atual modelo econômico e dos seus desafios persistentes.

Ao fazer agora as transições necessárias, a economia social pode ajudar a acelerar as economias existentes rumo a um futuro mais inclusivo e sustentável. Isto ajudará a evitar trilhões de dólares de custos que, de outra forma poderiam surgir, devido à incapacidade de garantir uma maior coesão social, de combater as desigualdades sistêmicas e de mitigar as alterações climáticas e os seus impactos.

05.

Catalyst 2030

O Grupo dos Vinte (G20) é o principal fórum de cooperação econômica internacional. Ele desempenha um papel importante na formação e fortalecimento da arquitetura e governança globais em todas as principais questões econômicas internacionais.²⁵ É um espaço chave para o desenvolvimento e harmonização de políticas globalmente. Os Líderes do G20 se comprometeram com a cooperação para “recuperação econômica global, enfrentar desafios globais e lançar uma base para um crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo.”

Ao final do G20 de 2023, houve um compromisso de acelerar o crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo, ao mesmo tempo em que se acelera a implementação efetiva da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.²⁶

O tempo mostrou que, quando os inovadores sociais são incluídos no desenho e im-

plementação de soluções, uma abordagem muito mais eficaz e eficiente para o desenvolvimento pode ser adotada. Portanto, à luz do compromisso do G20, as preparações para a próxima Cúpula devem incluir a provisão de um novo Grupo de Engajamento para Inovadores Sociais de todo o mundo, permitindo que compartilhem soluções comprovadas e inovadoras entre si e, crucialmente, com os formuladores de políticas nos mais altos níveis.

Este novo Grupo de Engajamento de inovadores sociais, conhecido como SI20, pode ser apoiado pela organização global **Catalyst 2030**. Nos últimos três anos, o **Catalyst 2030** tem sido a principal rede global de membros para inovadores sociais se encontrarem, colaborar e mudarem sistemas em uma missão compartilhada para acelerar o progresso em direção ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030.

26. <https://www.g20.org/en/about-g20/>

27. https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty_new/document/G20-New-Delhi-Leaders-Declaration.pdf

Assim, está posicionado para ser um parceiro de conhecimento chave para o G20, assegurando o engajamento e o diálogo de inovadores sociais com o entendimento e a experiência para fornecer soluções críticas em conversação com líderes e formuladores de políticas globais.

Este Grupo de Engajamento deve permitir a permeação de inovadores sociais por toda a Cúpula, trazendo um assento à mesa e um envolvimento substantivo nas discussões e resultados da Cúpula do G20.

G20 e SI20

Em cada Cúpula do G20, são solicitadas contribuições de Grupos de Engajamento compostos por participantes não governamentais de cada membro do G20. Esses grupos fornecem recomendações aos Líderes do G20 e contribuem para o processo de formulação de políticas²⁷.

Ao final da Cúpula do G20 de 2022, a Declaração dos Líderes reconheceu “crises multidimensionais sem precedentes”, incluindo a pandemia de Covid-19, mudanças climáticas, recessão econômica, pobreza, a guerra na Ucrânia e outros fatores inter-relacionados que prejudicaram a economia global e “obstruíram a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.”

Na convocação da próxima Cúpula do G20, essas preocupações contínuas são proeminentes. Assim como foram solicitadas contribuições de academias nacionais de ciências, sociedade civil, representantes de cidades, jovens e outros, os inovadores sociais devem ser destacados na Cúpula do G20 para contribuir com suas perspectivas únicas no processo de formulação de políticas.

Empreendedores sociais em todo o mundo desenvolveram soluções únicas e transversais para problemas prementes através de modelos de negócios com objetivos e prioridades sociais explícitas.

Esses modelos valorizam o meio ambiente, a inclusão na governança e a colaboração com grupos enfrentando estratificação por

gênero, habilidade, classe e outros. Eles são únicos em relação aos outros grupos de engajamento, pois abrangem múltiplos grupos de partes interessadas e servem como um elo crítico entre eles. Eles não são sociedade civil, nem negócios, nem academia; os inovadores sociais são uma amalgamação única de todos esses elementos e, portanto, uma peça indispensável.

Nos grupos de colaboração e capítulos nacionais do **Catalyst 2030**, empreendedores e inovadores sociais desenvolveram, compartilharam e comprovaram os resultados de soluções para educação, mitigação de mudanças climáticas a nível comunitário, respostas à Covid-19, ajuda de emergência para Ucrânia, Turquia e Síria, para citar apenas alguns.

Assim, o SI20, como um encontro de inovadores sociais de todo o mundo, estaria bem equipado para contribuir significativamente para o trabalho do G20 e ajudar os governos a incorporar a economia social nos próximos anos.

Deve-se prever a criação do SI20 para fornecer recomendações políticas aos diferentes grupos de trabalho do G20 e um assento à mesa para os inovadores sociais.

Os inovadores sociais têm um forte histórico de alcançar a última milha na prestação de serviços. Eles têm demonstrado trazer as soluções mais inovadoras e transversais para a mesa. Vários Grupos de Engajamento não governamentais foram iniciados ao longo dos anos, incluindo o Business20, Civil20, Startup20, Women20 e Youth20. Um grupo similar reconhecendo os Inovadores Sociais (SI20) beneficiará a agenda do G20 através da convenção de uma plataforma comum para inovadores sociais que já estão desenvolvendo soluções escaláveis e comprovadas para desafios globais identificados.

Assim, a inclusão de inovadores sociais deve permear toda a Cúpula, trazendo um assento à mesa que reconheça as conquistas e o potencial dos inovadores sociais e eleve as oportunidades para que eles aconselhem e colaborem de forma significativa no processo de formulação de políticas.

28. <https://www.g20.org/en/workstreams/engagement-groups/>

06.

29. BCG (2023). BCG Global Wealth Report 2023: Resetting the Course

30. Bloomberg. "Global ESG assets predicted to hit \$40 trillion by 2030, despite challenging environment, forecasts Bloomberg Intelligence." Bloomberg, 8 February 2024, Available at: <https://www.bloomberg.com/company/press/global-esg-assets-predicted-to-hit-40-trillion-by-2030-despite-challenging-environment-forecasts-bloomberg-intelligence/>. Accessed 21 March, 2024.

31. OECD (2023). Bottlenecks to Access Sustainable Development Goals Finance for Developing Countries OECD (2023). Bottlenecks to Access Sustainable Development Goals Finance for Developing Countries

Conclusão

A Inovação Social é um conceito que pode ajudar a alcançar um crescimento regenerativo e equitativo através de um modelo centrado na comunidade.

Ao focar em oportunidades locais e soluções lideradas por inovadores sociais, o crescimento econômico e o desenvolvimento podem ser incentivados e espalhados mais amplamente dentro das sociedades, alcançando comunidades da última milha e grupos tipicamente menos favorecidos, como mulheres, jovens e populações minoritárias.

GSG Impact I

Como o G20 pode contribuir para mobilizar capital institucional para alcançar a Neutralidade de Carbono sem deixar alguém para trás

A atual crise climática é o desafio mais determinante e universal do nosso tempo. É necessário agir prementemente para reduzir as emissões líquidas de CO₂ a zero até 2050 e limitar o aquecimento global a 1,5°C ou 2°C. No entanto, qualquer solução climática que se concentre apenas em alcançar o Net Zero não é suficiente. Uma Transição Justa requer abordar os impactos socioeconômicos negativos da crise climática e reconhecer seus diferentes e específicos efeitos entre regiões e comunidades.

Para alcançar uma transição inclusiva no ritmo necessário, é fundamental que haja mobilização de capital em larga escala. Do lado positivo, o capital privado está disponível em abundância, com mais de \$270 trilhões alocados²⁸ nos mercados financeiros e mais de \$30 trilhões de ativos globais sob gestão alinhados com objetivos ESG²⁹ até 2022.

No entanto, a magnitude do desafio é tal que os fundos existentes alocados para financiamento verde ou social ainda são insuficientes. O hiato de investimento anual para tornar verde a economia global permanece em \$5,3 trilhões, enquanto o hiato de finan-

ciamento anual para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável apenas nos países em desenvolvimento até 2030 está em, pelo menos, \$4 trilhões.³⁰

Introduzir o tópico da Inovação Social no G20 sinalizará o interesse e o compromisso com a inovação social no desenvolvimento econômico e social e ajudará a acelerar o compromisso assumido por todos os membros de acelerar a realização dos ODS, ao mesmo tempo em que incentiva o crescimento inclusivo.

Para realizar uma Transição Justa que integre objetivos sociais e ambientais, bem como a participação comunitária, o capital precisa ser mobilizado para onde é mais necessário: os EMDEs (países em desenvolvimento e economias emergentes) e iniciativas que garantam melhoria ambiental e equidade social.³¹

DFIs (Instituições Financeiras de Desenvolvimento) e MDBs (Bancos Multilaterais de Desenvolvimento) permanecem as organizações mais bem posicionadas para mobilizar capital privado no ritmo e escala necessários, e têm as ferramentas necessárias à sua disposição. No entanto, é necessário repensar seus mandatos para priorizar uma maior mobilização de capital e assumir níveis mais altos de risco financeiro e, assim, ampliar seu potencial. Além disso, é necessário o uso sistemático e mais eficiente de mecanismos de redução de riscos, incluindo a ampliação de iniciativas bem-sucedidas existentes, para alavancar o investimento de capital privado e aumentar o número, o tamanho e a qualidade das oportunidades de investimento nos EMDEs.

É necessário um maior contingente de capital catalítico utilizado de maneira mais intelligen-

32. For more information on how to mobilise institutional capital towards the SDGs and a Just Transition see <https://www.impact-taskforce.com/media/xe5dsend/workstream-b-full-report.pdf> For more information on how to mobilise institutional capital towards the SDGs and a Just Transition see <https://www.impact-taskforce.com/media/xe5dsend/workstream-b-full-report.pdf>

te possível para atrair capital privado para impacto nos 90% dos EMDEs que não têm status de grau de investimento.

O GSG apoia o G20 pelo Impacto como uma iniciativa fundamental para qualificar e avançar o debate global sobre finanças sustentáveis e investimento de impacto.

As percepções e recomendações da GSG são informadas e apoiadas pela nossa rede de Conselhos Consultivos Nacionais (NAB) em mais de 40 países, abrangendo mais de dois terços da população mundial. Nossos NABs visam impulsionar a criação de economias orientadas pelo impacto tanto localmente quanto globalmente, desenvolvendo e implementando abordagens e produtos inovadores que direcionam investimentos para impacto positivo.

Além disso, as recomendações fornecidas neste documento derivam do relatório Time To Accelerate, um documento que resulta dos esforços do *Impact Task Force's Workstream B*, focado na Mobilização de Capital Privado para uma Transição Justa. A Força-Tarefa de Impacto (ITF), órgão independente liderado pelo setor privado estabelecido em 2021, reúne líderes dos mundos de investimento, finanças, governo e organizações internacionais para acelerar o volume e a eficácia do capital privado que busca ter impacto positivo.

Os países do G20, como acionistas majoritários de muitos dos maiores Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs) e Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFIs) do mundo, têm o potencial de desbloquear a mobilização de capital privado em grande escala para uma Transição Justa - principalmente os \$154 trilhões detidos por investidores institucionais globalmente.

Recomendamos que os líderes dos países membro do G20:

a) Façam da mobilização de capital um objetivo central das instituições de financiamento ao desenvolvimento, reformando os mandatos dessas instituições para tornar a mobilização de capital privado um objetivo de peso igual ao investimento no balanço patrimonial;

b) Aumentem a oferta e a eficácia do capital catalítico, incluindo garantias, estruturas de financiamento misto, subsídios catalíticos, subsídios, capital concessional, contratos de seguro e pagamentos por resultados, para alavancar o investimento de capital privado e aumentar o número, tamanho e qualidade das oportunidades de investimento alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos EMDEs;

c) Criem facilidades de capital catalítico regionais e/ou temáticas, ou ampliem as existentes bem-sucedidas, para impulsionar estruturas de financiamento e iniciativas lideradas e desenvolvidas por partes interessadas locais nos EMDEs para avançar nos planos de Transição Justa, especialmente em PMEs criadoras de empregos;

d) Aumentem a colaboração e desenvolvam uma compreensão melhor compartilhada do que funciona em termos de uso de finanças catalíticas e concessões em um amplo espectro para ajustar perfis de risco e, assim, mobilizar capital privado em grande escala para áreas de alto impacto.

33. For more information on how to mobilise institutional capital towards the SDGs and a Just Transition see <https://www.impact-taskforce.com/media/xe5dsend/workstream-b-full-report.pdf>

34. ILO (2022). Just Transition Policy Brief. Available at: https://webapps.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/documents/publication/wcms_860617.pdf

35. Ibid

36. ILO (2019). Skills for a greener future. A global view. Available at: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_732214.pdf

Uma análise detalhada das recomendações:

A - Fazer da mobilização de capital um objetivo central das instituições de financiamento ao desenvolvimento

As cifras de mobilização de capital privado não aumentaram significativamente nos últimos dois a cinco anos. A escala do desafio requer uma reforma urgente nos mandatos, com salvaguardas adequadas, metas claras e incentivos. Os acionistas do G20 dos MDBs e DFIs devem trabalhar para reformar os mandatos dessas instituições para tornar a mobilização de capital privado um objetivo de peso igual ao investimento no balanço patrimonial. Essa mudança deve ser seguida pela definição de metas e estrutura de mecanismos de incentivo que promovam que cada dólar mobilizado receba pelo menos o mesmo reconhecimento que cada dólar investido por si só.

B - Aumentar a oferta e a eficácia do capital catalítico, fundamental para desbloquear impacto atraindo investimento adicional

Mitigação de riscos e aprimoramento de crédito são necessários como um meio para ajudar investidores institucionais a reconciliar o risco privado dos EMDEs com seus frameworks de risco e encargos de capital. Aqui, propomos o capital catalítico em sua forma mais ampla, abrangendo o “kit de ferramentas” completo de subsídios catalíticos, subsídios, garantias, estruturas de financiamento misto, capital concessional, contratos de seguro e pagamentos por resultados. O capital catalítico pode vir de diferentes fontes, incluindo governos, filantropos, empresas, family offices e companhias de seguros. O objetivo comum é mudar a dinâmica do

mercado e - no caso do capital concessional - transformar a investibilidade de projetos de alto impacto.

C - Criar instalações de capital catalítico regionais e/ou temáticas, ou ampliar as existentes bem-sucedidas

Para impulsionar estruturas de financiamento e iniciativas lideradas e desenvolvidas por partes interessadas locais nos EMDEs que avancem os planos de Transição Justa, especialmente em PMEs criadoras de empregos, recomendamos a criação de novas instalações regionais de capital catalítico que complementaríamos o financiamento mezanino dos DFIs e MDBs. Estas podem ser criadas re-propositando orçamentos existentes e explorando novas fontes de financiamento e ferramentas catalíticas.

D - Aprimorar a colaboração e desenvolver uma compreensão compartilhada melhor do que funciona em termos de uso de finanças catalíticas e concessões

Fomentar o diálogo com outros DFIs, PDBs e fontes filantrópicas de capital catalítico para compartilhar aprendizados sobre sucessos e fracassos no uso de finanças catalíticas e concessões em um amplo espectro para ajustar perfis de risco é essencial para garantir alocação eficiente de recursos.

Outcomes Partnerships as a key instrument to deliver Net-Zero, leaving no one behind

Para realizar uma Transição Justa que integre objetivos sociais e ambientais, bem como o engajamento comunitário, é necessário mobilizar capital para onde ele é mais necessário - particularmente para os mercados emer-

gentes e economias em desenvolvimento (EMDEs) - e para iniciativas que garantam a melhoria ambiental e a equidade social.³²

Educação, treinamento e desenvolvimento de habilidades são fundamentais para uma Transição Justa inclusiva, garantindo que comunidades e indivíduos em todas as fases de suas vidas possam desfrutar dos benefícios das novas oportunidades de emprego criadas, sem deixar ninguém para trás.³³

Alcançar uma Transição Justa, portanto, depende da disponibilidade de habilidades demandadas por novos empregos que atualmente não estão disponíveis no mercado de trabalho, bem como da integração da transição verde na educação técnica e vocacional³⁴. Priorizar o investimento no desenvolvimento de habilidades e na educação para uma Transição Justa é crucial para atender a esses novos requisitos.³⁵

Para atender efetivamente a esse propósito, não é apenas necessário alavancar capital privado em grande escala para investir mais, mas também investir melhor. Nesse contexto, os governos enfrentam um desafio crescente: oferecer serviços públicos de alta qualidade sem sobrecarregar os contribuintes com aumentos fiscais.

Os governos gastam porções consideráveis de seus orçamentos para fornecer serviços públicos visando melhorar as condições de vida dos cidadãos, com foco nas atividades realizadas em vez dos resultados alcançados. A mudança da despesa pública atual de um gasto baseado em insumos para o pagamento pela entrega de resultados mensuráveis, especialmente nas áreas de desenvolvimento de habilidades e educação, tem o potencial

de mobilizar os fundos necessários por meio de parcerias público-privadas para desenvolver habilidades verdes e preparar as pessoas para os empregos do futuro, fundamental para alcançar uma Transição Justa que não deixe comunidades para trás.

Na última década, vimos uma crescente inovação no campo da educação e requalificação, particularmente no financiamento e entrega de melhores resultados. Isso inclui a estruturação de "parcerias baseadas em resultados" (OPs, na sigla em inglês) público-privadas, que permitem maior rigor na contratação para resultados e inovação na entrega com capital de giro fornecido pelo setor privado e reembolsado por "fundos de resultados".

As OPs são "programas que mudam o foco do pagamento por insumos ou atividades específicas para o pagamento por resultados específicos e mensuráveis", um novo paradigma de contratação governamental.

Implementar OPs (ou seja, pagar por resultados, em vez de meros insumos) mostrou um potencial notável para impulsionar melhorias na prestação de serviços, alcançar melhores resultados e maximizar o valor do dinheiro investido. Em alguns casos, esses esquemas podem gerar economias de custos para os governos ao garantir que os fundos só sejam gastos se os resultados forem alcançados.

Evidências mostram o potencial das OPs para gerar valor: um estudo³⁶ no Reino Unido sobre 72 contratos de resultados mostrou que os projetos financiados geraram £1,4 bilhão de valor a partir de £139 milhões gastos, com uma relação benefício-custo de 10,2 (ou seja, para cada £1 gasto, £10,2 de valor público

37. https://bsc.cdn.ngo/media/documents/ATQ_SOC_Social_value_report.pdf

foram gerados). As OPs podem gerar economias de custos para os governos ao garantir que os fundos só sejam gastos se os resultados forem alcançados.

Educação, treinamento e desenvolvimento do mercado de trabalho são áreas-chave para uma Transição Justa Social onde as parcerias baseadas em resultados (OPs) têm se mostrado bem-sucedidas, com mais de 290 Impact Bonds emitidos, arrecadando mais de 700 milhões de dólares em todo o mundo.³⁷

Da mesma forma, o Fundo de Resultados em Educação (EOF), uma organização que visa reunir pelo menos 1 bilhão de dólares em fundos de ajuda e filantropia até 2030 para ajudar a transformar a vida de mais de 10 milhões de crianças e jovens, liderou a implementação de uma série de programas baseados em resultados na educação e na formação para empregabilidade, demonstrando o potencial desses instrumentos.

O **GSG Impact** acolhe e apoia a iniciativa G20 for Impact como um meio fundamental para avançar a conversa global em torno do financiamento sustentável e do investimento de impacto.

Os insights e recomendações do GSG são informados e apoiados pela sua rede de Conselhos Consultivos Nacionais (NAB) em mais de 40 países, cobrindo mais de dois terços da população mundial. Seus NABs têm como objetivo impulsionar a criação de economias orientadas para o impacto, tanto local quanto globalmente, desenvolvendo e implementando abordagens e produtos inovadores que direcionam investimentos para impactos positivos.

No contexto da educação e do desenvolvimento de habilidades, o GSG também tem acesso à expertise líder mundial no desenvolvimento de estruturas financeiras inovadoras para criar melhores resultados sociais ou ambientais por meio de comissionamento e financiamento baseados em resultados. Um testemunho dessa expertise é o papel fundamental do GSG, juntamente com a Education

Commission, na criação do mencionado Fundo de Resultados em Educação (EOF).

Com foco na Prioridade 2 do Sustainable Finance Working Group: Avançar planos de Transição Justa credíveis, robustos e justos, fazemos um apelo ao G20 para:

1. Reconhecer o potencial das parcerias baseadas em resultados como um modelo comprovado de colaboração público-privada para mobilizar mais capital privado em áreas de alto impacto e para uma Transição Justa (incluindo educação e requalificação)

2. Tomar medidas promovendo ambientes institucionais e regulatórios que possibilitem estruturas de financiamento baseadas em resultados e estabelecendo fundos de resultados para catalisar mudanças

38. Government Outcomes Lab (2024). "March 2024 Impact Bond Landscape". Available at: <https://golab.bsg.ox.ac.uk/community/news/march-2024-impact-bond-landscape/>

07.

Purpose Foundation

Por que a propriedade importa para uma transição confiável, robusta e justa

À medida que as economias globais continuam a se esforçar para mitigar as mudanças climáticas e transitar para emissões baixas ou nulas de GEE e economias resilientes, o papel das empresas como atores-chave nessa transição torna-se cada vez mais prevalente.

Para estabelecer as empresas como parceiras na busca por uma transição justa, é imperativo abordar os aspectos fundamentais do comportamento corporativo. Atualmente, inúmeras intervenções como regras e regulamentos, sistemas de classificação e certificação, autorregulação e diretrizes internas são empregadas para mitigar as externalidades negativas do comportamento corporativo.

Embora essas medidas sejam importantes, por si só não são suficientes. Para impactar verdadeiramente a conduta corporativa, devemos também abordar as dinâmicas de poder subjacentes, o design profundo das empresas – a causa raiz e o motor do comportamento empresarial: a estrutura de propriedade das empresas. Mais importante ainda, redesenhar os dois princípios centrais ali manifestados: quem detém o poder sobre uma empresa, por quê? E quem se beneficia do valor criado, por quê?

Kate Raworth, autora de “Doughnut Economics”, destaca sucintamente a importância de repensar a propriedade: “Mais do que o design de produtos ou serviços específicos, o que mais importa é o design profundo da própria organização.” Essa perspectiva enfatiza o papel crítico que as estruturas de propriedade desempenham na formação das ações e prioridades corporativas, sugerindo que mudanças transformadoras nos modelos de propriedade podem levar a uma transformação econômica mais ampla.

O grupo de trabalho de finanças sustentáveis priorizou o avanço de planos de transição credíveis, robustos e justos para fomentar uma economia mais inclusiva, equitativa e regenerativa. Uma abordagem transforma-

dora para alcançar esses objetivos é promover o modelo de propriedade corporativa de *steward-ownership*: “Isso não é capitalismo woke, é o futuro dos negócios”, Ryan Gellert, CEO da Patagonia, sobre sua estrutura de propriedade.

Por que o Steward-Ownership é Essencial para Corporações e Instituições Financeiras que Buscam uma Transição Justa:

O *steward-ownership* vai além das iniciativas tradicionais de propriedade, repensando fundamentalmente o núcleo de uma empresa para priorizar objetivos sociais, ecológicos e econômicos sobre a maximização do lucro dos acionistas.

Este modelo garante permanentemente que os ativos corporativos e o valor criado dentro da empresa sejam usados para promover a missão da empresa, em vez de serem extraídos para ganho individual. Isso protege o propósito da empresa contra pressões externas e o curto-prazismo.

Além disso, as estruturas de *steward-ownership* proporcionam estabilidade operacional e inovação ética, permitindo que as empresas tomem decisões alinhadas com a criação de valor a longo prazo e o benefício social, em vez de responder a demandas de mercado flutuantes e expectativas de investidores. Ao mesmo tempo, combina espírito empreendedor, flexibilidade e tomada de decisão com orientação para o propósito e responsabilidade clara, garantindo que o poder sobre a empresa sempre permaneça com pessoas intimamente ligadas à empresa e suas operações.

Isso torna o *steward-ownership* um bloco de construção integral para corporações e instituições financeiras em uma transformação justa. Garante que, em um nível estrutural, o poder de decisão sobre as empresas não seja alocado via compras especulativas (“quem coloca mais dinheiro na mesa tem mais poder”), mas permaneça com pessoas que assumem responsabilidade e prestação de contas pelas ações e impacto da empresa no

mundo. Ao mesmo tempo, garante que o valor criado dentro da empresa não contribua para a desigualdade de riqueza, mas sirva ao propósito da empresa de resolver problemas para seus clientes, sociedade e/ou planeta.

Assim, o *steward-ownership* é uma alternativa à primazia do valor do acionista que desvincula poder e dinheiro a longo prazo.

- **Sustentabilidade a Longo Prazo:**

O *steward-ownership* tem demonstrado compelir as empresas a se focarem na sustentabilidade a longo prazo em vez da maximização de lucros a curto prazo, alinhando as operações empresariais com as necessidades mais amplas da sociedade, como a sustentabilidade ambiental e a equidade social.

- **Alinhamento de Lucros e Propósito:**

Este modelo garante que os lucros sejam reinvestidos para promover a missão central da empresa, evitando a extração de lucros para benefício privado. Isso alinha as operações da empresa com o bem-estar social e ambiental, que é cada vez mais valorizado por consumidores, funcionários e comunidades.

- **Resiliência Econômica:**

Pesquisas de regiões como a Dinamarca ilustram que empresas de *steward-ownership* fortalecem a estabilidade econômica, demonstrando resiliência aprimorada durante crises e apoiando consistentemente o emprego e a atividade econômica. Isso é crucial para mitigar possíveis consequências econômicas negativas dos planos de transição.

- **Inovação Empresarial Ética:**

Ao liberar as empresas das pressões financeiras imediatas impostas pelos acionistas, o *steward-ownership* incentiva uma cultura corporativa que defende práticas éticas e inovação. Isso permite

que as empresas invistam na criação de valor a longo prazo.

- **Ações Propostas para Aperfeiçoar o *steward-Ownership*:**

Mesmo com seus benefícios comprovados para a empresa e a sociedade, hoje o *steward-ownership*, apesar de já estabelecido e comprovado em muitos exemplos corporativos, não é amplamente conhecido. Além disso, em muitas regiões é muito complicado e caro de estabelecer para as empresas e, conseqüentemente, muitas vezes muito difícil de financiar e apoiar por instituições financeiras.

Nossa recomendação aos Líderes Globais do G20 para a Prioridade 2 do SFWG é, portanto, promover e fortalecer o modelo de propriedade corporativa de *steward-ownership*, facilitando e incentivando a educação pública e a defesa desse modelo, bem como estabelecendo frameworks legais e regulatórios para empresas que desejam fazer a transição para *steward-ownership*. Como um modelo de propriedade que garante legalmente que as empresas permaneçam orientadas para seu propósito e independentes a longo prazo, *steward-ownership* desafia o paradigma da primazia do acionista. Como demonstrado em exemplos históricos, é um modelo adequado, credível e robusto para iniciativas corporativas impactantes e positivas para o clima.

Ações Concretas para os Líderes do G20 Recomendadas para Promover o Steward-Ownership e, com isso, uma Economia Mais Inclusiva, Equitativa e Regenerativa:

- **Frameworks Legais e Regulatórios:**

Recomendamos aos Líderes Globais do G20 apoiar e estabelecer frameworks legais que reconheçam e facilitem empresas de *steward-ownership*, minimizem obstáculos legais e/ou apoiem a

criação de formas legais específicas para o *steward-ownership*, a fim de estabilizar e incentivar a adoção deste modelo pelas empresas.

- **Educação Pública e Defesa:**

Recomendamos aos Líderes Globais do G20 apoiar e facilitar iniciativas que construam a conscientização e compreensão pública em torno do *steward-ownership* através de campanhas educacionais e informativas. Estabelecê-lo como um modelo de propriedade ao lado dos modelos orientados para o valor do acionista existentes fortalecerá o apoio ao *steward-ownership*. Mostrar exemplos de sucesso e articular os benefícios dessa estrutura de governança nutrirá um ecossistema de apoio.

- **Impulso Global e Demanda por Steward-Ownership:**

Muitas empresas pioneiras que são precursoras em negócios sustentáveis, como Patagonia (EUA), Ecosia (ALE), Banca Ética Latinoamericana (CL), Organically Grown Company (EUA), Novo Nordisk (DIN) e muitas outras ao redor do mundo, já fizeram a transição para modelos de *steward-ownership*, demonstrando uma demanda crescente no mercado, bem como uma adequação para iniciativas corporativas sustentáveis.

Além disso, o apoio de um conjunto diversificado de atores políticos e ações políticas em várias regiões sublinha sua relevância crescente – por exemplo:

- A Alemanha está trabalhando ativamente para estabelecer uma forma legal oficial para *steward-ownership*. O chanceler Olaf Scholz enfatizou essa iniciativa, afirmando: "Isso é de extrema importância para a coesão de nossa sociedade."
- Os Países Baixos iniciaram uma moção para desenvolver um framework legal adequado para *steward-ownership*.

- Nos Estados Unidos, estruturas como o Perpetual Purpose Trust estão se tornando mais proeminentes.

- A Dinamarca continua a liderar com uma infraestrutura bem desenvolvida para empresas de *steward-ownership*, especialmente a forma legal de uma Fundação Industrial, permitindo que muitas empresas se transformem e hoje representem aproximadamente 60% da capitalização do mercado de ações dinamarquês.

- O Comissário Europeu para a Justiça, Didier Reynders, destacou o *steward-ownership* como uma oportunidade significativa para construir uma economia sustentável e justa, afirmando que "para garantir nosso futuro sustentável, precisamos focar em promover investimentos a longo prazo e governança sustentável. É por isso que vejo um papel claro para o *steward-ownership*. [Os] modelos existentes colocam você em uma posição privilegiada para ajudar a liderar a transição que nossos cidadãos necessitam."

- Na América Latina, uma iniciativa para *steward-ownership*, incluindo o ex-Ministro da Economia do Chile, Alejandro Ferreiro, entre outros líderes econômicos, está atualmente defendendo mudanças políticas na região: "O *steward-ownership* permite a criação e desenvolvimento de empresas que podem prosperar enquanto orientadas para um propósito a longo prazo e contribuindo para o bem comum. Um framework legal adequado é necessário."

Adotar o *steward-ownership* pode transformar empresas em entidades que não apenas são bem-sucedidas economicamente, mas também benéficas para a sociedade e o meio ambiente a longo prazo. Esta abordagem oferece um plano estratégico para reestruturar nossa paisagem econômica para melhor servir às necessidades globais.

Para mais insights detalhados sobre *steward-ownership* e seus benefícios, por favor, visite a [Purpose Economy](#).

08.

Aliança Empreendedora

Promover a criação de ecossistemas de empreendedorismo socialmente inclusivos com políticas que integrem programas de assistência social com iniciativas de desenvolvimento econômico, especialmente focadas em grupos vulneráveis.

Essa recomendação poderá ser implementada por meio de:

- **Desenvolvimento de Políticas Integradas:** Criar legislação que promova a interação entre assistência social e empreendedorismo, com um enfoque especial na inclusão de mulheres e jovens.
- **Parcerias Estratégicas:** Formar parcerias entre ministérios de desenvolvimento social, agências de desenvolvimento econômico e organizações não governamentais para implementar e monitorar essas políticas.
- **Programas Piloto:** Iniciar programas piloto em comunidades com altas taxas de desemprego e exclusão social, utilizando feedback para ajustar políticas antes de uma implementação nacional mais ampla.

Implementar políticas de microcrédito produtivo orientado (acesso a empréstimos de pequeno valor que garantem o fomento e financiamento da atividade), com foco no empreendedorismo feminino e apoio técnico integrado.

Essa recomendação poderá ser implementada por meio de:

- **Desenvolvimento de um Modelo Específico de Concessão de Crédito para Mulheres Empreendedoras:** Utilizar e adaptar as estruturas existentes dos bancos regionais e programas governamentais, como o CrediAmigo no Brasil, para oferecer condições favoráveis específicas para negócios liderados por mulheres.

- **Simplificação dos Processos de Análise de Crédito e Modificação das Garantias Exigidas:** Alterar os procedimentos padrão de análise de crédito para torná-los menos burocráticos e mais acessíveis a mulheres empreendedoras, substituindo a necessidade de garantias convencionais por contratos de garantia solidária, que permitem a formação de grupos de mutuantes.

- **Inclusão de Assessoramento Técnico para Empreendedoras:** Oferecer assistência técnica por meio de instituições públicas e privadas, proporcionando treinamento focado em habilidades financeiras e operacionais.

- **Criação de Fundos Garantidores de Crédito acessíveis às Instituições de Microfinanças:** Criar marco legal que permita Instituições Micro financeiras já reguladas e com carteiras saudáveis, acessarem Fundos Garantidores específicos

Obs: Os principais tomadores de decisão para a implementação dessa política incluem ministérios da economia, bancos públicos de desenvolvimento, e agências de fomento ao empreendedorismo.

Expansão do financiamento para a infraestrutura de serviços sociais básicos, com o fortalecimento das políticas de adaptação e mitigação das mudanças climáticas.

Essa recomendação poderá ser implementada por meio de:

- **Aumentar o financiamento destinado a serviços sociais e estratégias de para mitigar a mudança climática, enfatizando a inclusão produtiva em regiões altamente vulneráveis.** Este enfoque busca não somente responder aos impactos das mudanças climáticas, mas também promover o fortalecimento econômico das comunidades envolvidas.

09.

Preta Hub

- Formular políticas que conectem serviços sociais com inclusão produtiva e sustentabilidade ambiental, criando um ambiente propício para o desenvolvimento comunitário que seja economicamente viável e ambientalmente sustentável.
- Implementar programas de educação que ensinem práticas sustentáveis e gestão eficaz de recursos naturais, incorporando a inclusão produtiva para aumentar a resiliência das comunidades diante

Desenvolver e incentivar, de maneira positiva, um ecossistema de empreendedorismo regenerativo, socialmente inclusivo e com propósito, por meio de sistemas de compras e cadeias sustentáveis, tanto pelo setor público quanto o privado, focado em negócios liderados por pessoas afrodescendentes e/ou pertencentes a povos originários (ou descendentes). Para que esses processos de incentivo e desenvolvimento ocorram de maneira plena, devem ser criados(as):

Políticas Integradas:

- (a) para que haja alteração de legislação de contratações públicas, com isso será possível ocorrer a discriminação positiva para as contratações públicas, a fim de fomentar, incentivar e desenvolver de maneira positiva um ecossistema de empreendedorismo regenerativo, socialmente inclusivos e com propósito, focado em políticas de contratação exclusiva ou de incentivo a esses negócios.
- (b) Para que haja a alteração de leis ou regulações de liberdades econômicas, prevendo o desenvolvimento de compras sustentáveis dentro da cadeia privada, por meio de incentivos regulatórios e eventualmente fiscais para tal.
- (c) Para que haja regulamentação do processo de contratação pública em diferentes níveis dentro do País, conforme a sua organização de Estado (federativo, unitário...).
- (d) Para que se regulamente e penalize a discriminação racial algorítmica e de crédito,

de desafios climáticos. Estes programas também devem capacitar os indivíduos a aproveitarem oportunidades econômicas adaptadas às suas realidades locais. Promover a criação de ecossistemas de empreendedorismo socialmente inclusivos. Isso inclui políticas que integrem programas de assistência social com iniciativas de desenvolvimento econômico, especialmente focadas em grupos vulneráveis.

prevendo sanções administrativas a situações existentes, seja na esfera privada ou pública.

(e) Para que haja a criação ou manutenção de crédito e microcrédito a esses grupos, devendo obrigar agências públicas a terem e garantirem tais linhas e incentivar agências privadas a oferecerem tal modalidade.

(f) Para que se permita que instituições de microcrédito possam acessar fundos e investimentos do setor privado (mercado de capitais), oferecendo produtos diferenciados para essas pessoas.

(g) Para que haja a criação de linhas de incentivo para que esses créditos sejam ainda mais incentivados para mulheres dentro desses grupos.

Parcerias estratégicas e relação público-privado:

- (a) Formar parcerias entre organizações governamentais, agências de desenvolvimento econômico e organizações não governamentais para implementar e monitorar essas políticas, em todos os níveis de Estado do país.
- (b) Criar e fomentar sistemas privados de parceria entre grupos incentivados e grupos já estabelecidos não pertencentes à categoria incentivadas;
- (c) Co-desenvolvimento de assistência técnica e capacitação focada em habilidades financeiras e operacionais.

Incentivo a co-regulação e autorregulação sobre o tema:

Criar grupos de trabalhos para auxiliar no desenvolvimento de organizações privadas para se auto-regularem sobre a temática de compras sustentáveis e incentivo ao empulsonamento de cadeia de valor relacionada ao empreendedorismo liderado por pessoas afrodescendentes e/ou pertencentes (ou descendentes) a povos originários.

Programas Piloto:

Sandbox ou regulação experimental visando testar modelos e formas de incentivo.

Os negócios liderados por pessoas afrodescendentes e/ou pertencentes a povos originários (ou descendentes) enfrentam problemas em comum, como as dificuldades de: (a) acesso a crédito (micro ou não), (b) acesso aos mercados incentivados por leis de incentivo, (c) acesso a mercados incentivados e fomentados por meio de contratação pública (direta e indireta), (d) acesso a ecossistemas que já são fomentados (como mercados de startups e de inovação), (e) desenvolvimento de um ecossistema seguro e inclusivo, que lhe traga proteção do processo histórico-social de exclusão dessas pessoas dos sistemas produtivos e de autonomia dos respectivos países.

No Brasil, por exemplo, o SEBRAE (2021) aponta alguns desses gargalos e desafios, como o fato de que apenas 24% das empreendedoras negras e 20% dos empreendedores negros são formalizados, isto é, possuem pessoa jurídica estruturada e regularmente aberta.

A Small Business Administration (2017) indica que instituições financeiras brasileiras negam três vezes mais financiamento para empresários negros do que não negros, mesma diferença também apontada pelo SEBRAE em 2021. Nos EUA, o Global Entrepreneurship Monitor (GEM) aponta que afrodescendentes possuem o dobro de intenção de empreender quando comparados a pessoas não afrodescendentes, mas que também possuem as taxas mais baixas de maturidade de seus negócios, sendo esse o meio que muitos acreditam para lhe dar independência e superar barreiras históricas (GEM, 2021: 63 e ss.).

Ainda, nos EUA, empreendedores afrodescendentes receberam apenas 1% do capital destinado às startups em 2022, sendo que

em números reais, fundadores de startups que são afrodescendentes arrecadaram US\$ 2,254 bilhões, dos US\$ 215,9 bilhões do capital de risco dos EUA alocados no ano passado em jovens empresa, destacando, assim, a dificuldade de acesso desses a mercados regulados (Exame, 2022).

Isso se coaduna com o fato de que parte dos empreendedores afrodescendentes em geral, nos EUA, são desencorajados a buscar financiamento para seus negócios, seja pelo excesso de burocracia, seja pela discriminação existente no mercado e o fato de a classificação de risco de crédito ser maior que o de pessoas não afrodescendentes (Small Business Credit Survey – Federal Reserve Banks, 2023: 1-16). Em momentos de crise, como durante a COVID-19, por exemplo, as primeiras áreas e gastos a serem encerrados são os fundos em diversidade racial (Exame, 2022).

O Banco Mundial, aponta que: “um em cada quatro latino-americanos se identifica como afrodescendente, formando a minoria política mais invisibilizada da América Latina. Com cerca de 133 milhões de pessoas, a maioria dessa população está concentrada no Brasil, Venezuela, Colômbia, Cuba, México e Equador” (World Bank, 2018).

Tais situações se aplicam também a pessoas pertencentes (ou descendentes) a populações originárias, que são grupos invisibilizados e impedidos de acessar as estruturas de independência, fomentos e autonomia ao desenvolvimento econômico, por decisões políticas e legais que impediram o acesso dessas pessoas a tais incentivos.

O Fórum Econômico Mundial (2022) aponta que: “[o] acesso ao financiamento é uma das barreiras mais urgentes à expansão dos negócios indígenas, e as limitações no acesso dos povos indígenas ao capital permanecem por vários motivos, desde a incapacidade de usar terras tradicionais de propriedade coletiva como garantia para empréstimos bancários, até a percepção de risco.

A inclusão dos povos indígenas nos acordos comerciais aumentará o seu envolvimento nos canais de investimento estrangeiro direto, mas até a data, os interesses indígenas raramente foram convidados a participar desses processos”. Ainda, destaca o Fórum Econômico Mundial (2022) que esses negócios são mutuamente benéficos, pois a inovação indígena inclui elementos de empreendedo-

rismo social e isso impacta de sobremaneira comunidades, bem como o meio ambiente, além de ter a preocupação de impactar positivamente gerações futuras.

É fato historicamente reconhecido as condições sócio-históricas que foram conduzidas por sistemas legais pensados para a exclusão de pessoas afrodescendentes e/ou pertencentes (ou descendentes) de povos originários, que impediram (e impedem) o acesso dessas pessoas a bens materiais produtivos que permitiram o desenvolvimento econômico e sustentável de diversos grupos sociais, bem como impediu o acesso a políticas de incentivo ao empreendedorismo; isso é o que geram as dificuldades de superação de barreiras ao desenvolvimento desses negócios e, conseqüentemente, de acesso a formas de superação às desigualdades.

O Relatório Afrodescendentes na América Latina (2018), do Banco Mundial, aponta que afrodescendentes têm 2,5 vezes mais chances de viver em condições de pobreza crônica, pois ainda que tenham os mesmos níveis de educação e experiência, eles ganham menos e têm menos oportunidades.

Segundo dados do projeto “Números da Discriminação Racial: Desenvolvimento Humano”, aplicados ao Brasil, de Michael e França, Et Al (2023), há uma diferença de 14,25% de renda entre brancos e negros, mesmo após políticas de educação de mais 40 anos. Ainda, constatam os referidos autores que há um lapso temporal muito maior de gerações, para que uma família negra pobre saia da zona da pobreza, comparando à realidade de família não-negras, o que também é confirmado na América Latina de maneira geral, conforme o relatório citado do Banco Mundial.

Alguns países do G20 e outros já aplicam políticas e incentivos ao desenvolvimento e fomento desses negócios liderados por pessoas afrodescendente e/ou pertencentes (descendentes) a povos originários.

Os EUA da América, por exemplo, criaram o ECOA (The Equal Credit Opportunity Act),

que prevê o dever de combater a discriminação racial negativa no oferecimento de créditos a pessoas, bem como incentiva à criação de créditos pensados para o acesso de pessoas afrodescendentes.

O Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia possuem políticas de incentivo e fomento de negócios de pessoas pertencentes (descendentes) a povos originários. O Canadá criou Conselho de âmbito nacional, que busca apoiar empreendedores indígenas a realizar conexões, propor políticas e levantar dados sobre a atividade empresarial indígena; criou um fundo de investimento de 153 milhões de dólares, para esses pequenos e médios negócios e; incentivou a criação de associações indígenas na busca por crédito (CCAB)³⁹.

A Austrália criou uma política nacional (Indigenous Procurement Policy) focada na contratação direta de empresas lideradas por pessoas indígenas, e acompanha o seu desenvolvimento (Niia)³⁹.

Por fim, a Nova Zelândia incentivou e criou o sistema de parceria “Māori 50-50” com a empresa japonesa de frutos do mar Nippon Suisan Kaisha Limited (Nissui) no Sealord Group Limited, conectando empresas indígenas e não-indígenas para o fomento e manutenção dessas (Sealord)⁴⁰. Esses países também criaram o “The Indigenous Peoples Economic and Trade Cooperation Arrangement”, com o objetivo de incentivar e conectar negócios indígenas com oportunidades de negócios e investimentos internacionais⁴¹.

Exemplos como esses citados, apesar de importantes, não são suficientes para mudar a grande realidade global sobre o tema, e, por isso, para mudar o problema histórico que gera impacto a essas(as) empreendedoras(as) é necessário pensar em políticas de impulso desses negócios, para que continuem a crescer e auxiliem ainda os diversos países do G20 na construção de uma economia mais justa, equitativa e democrática.

39. Disponível em: <https://www.ccab.com/about-ccab/>. Acesso em: 29 abr. 2024.

40. Disponível em: <https://www.niaa.gov.au/indigenous-affairs/economic-development/indigenous-procurement-policy-ipp>.

41. Disponível em: <https://www.sealord.com/about-us/our-story-heritage/>. Acesso em: 29 abr. 2024.

42. Disponível em: https://www.international.gc.ca/trade-commerce/indigenous_peoples-peoples_autochtones/ipetca_overview-acecpa_apercu.aspx?lang=eng. Acesso em: 29 abr. 2024.

10.

Healthcare Without Harm

Avançar com planos de transição credíveis, robustos e justos para o setor de saúde nos países do G20 e além é imperativo para promover a equidade na saúde no contexto de um clima em mudança, contribuindo significativamente para uma economia global mais inclusiva e regenerativa. Este resumo de políticas apresenta evidências para apoiar a necessidade de construir sobre os compromissos do G20 feitos sob a presidência da Índia e apoiar uma transição justa para um atendimento de saúde resiliente ao clima, que seja de baixo carbono (ou zero emissões) e adaptável ao clima.

Declaração dos Líderes de Nova Délhi.

Na [Declaração dos Líderes de Nova Délhi](#) de 2023 (parágrafo 28 iii), os chefes de estado do G20 se comprometem a “apoiar o desenvolvimento de sistemas de saúde resilientes ao clima e de baixo carbono”. Implementar este compromisso pode ajudar a alcançar metas globais de saúde e clima, e deve ser um componente central de uma Transição Justa.

A declaração diz o seguinte:

28. Permanecemos comprometidos em fortalecer a arquitetura global da saúde, com a Organização Mundial da Saúde (OMS) no seu núcleo, e construir sistemas de saúde mais resilientes, equitativos, sustentáveis e inclusivos para alcançar a Cobertura Universal de Saúde, implementar a abordagem de Uma Só Saúde, melhorar a preparação para pandemias e fortalecer os sistemas de vigilância de doenças infecciosas existentes. Para alcançar isso, iremos...

iii. Melhorar a resiliência dos sistemas de saúde e apoiar o desenvolvimento de sistemas de saúde resilientes ao clima e de baixo carbono em colaboração com Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs), e apoiar o trabalho da Aliança para Ação Transformadora em Clima e Saúde (ATACH) liderada pela OMS.

Esta declaração se baseia em uma crescente base de evidências da vulnerabilidade do setor de saúde à crise climática e sua contribuição para ela. Também reflete um impulso significativo e crescente para a ação climática na saúde e representa a primeira vez que os chefes de estado abordaram coletivamente o clima e a saúde.

Contexto—A Crise Climática é uma Crise de Saúde.

Um crescente corpo de evidências científicas demonstra que a [mudança climática representa uma das ameaças mais significativas](#) à saúde pública global no século XXI. É uma crise de saúde imediata e crescente.

[A mudança climática representa um risco significativo para a saúde humana](#), impactando não apenas o ambiente natural, mas também os sistemas sociais, econômicos e de saúde. A crise climática já está causando danos generalizados à saúde, minando a entrega e a infraestrutura de cuidados de saúde, enquanto [ameaça a realização da cobertura universal de saúde \(CUS\)](#).

A mudança climática atua como um multiplicador de ameaças, aumentando os impactos na saúde devido à disseminação de doenças transmitidas por vetores, aumento do calor, secas, tempestades severas e inundações, bem como a migração em massa de refugiados climáticos. À medida que todos esses problemas são exacerbados pela mudança climática, suas consequências para a saúde afetarão desproporcionalmente as populações mais vulneráveis e marginalizadas e aumentarão em intensidade ao longo do tempo.

Em todas as áreas, a [mortalidade e a carga de doenças atribuíveis à mudança climática](#) estão aumentando dramaticamente, assim como a [disseminação de doenças infecciosas com potencial pandêmico](#). Sem ação concertada, a mudança climática pode potencialmente [arrastar mais de 100 milhões de pessoas de volta à extrema pobreza até 2030](#), desfazendo anos de progresso em saúde pública.

blica. [Um relatório recentemente publicado pelo Fórum Econômico Mundial](#) estima que, até 2050, a mudança climática pode levar a 14,5 milhões de mortes adicionais, aumentar significativamente a carga global de doenças e causar perdas econômicas globais de US\$ 12,5 trilhões.

A mudança climática também está [agravando as desigualdades globais](#) em saúde. Embora todos os países experimentem impactos de saúde significativos e crescentes devido à mudança climática, seus efeitos já estão sendo mais agudamente sentidos na África, Ásia, América Latina e nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. Países de baixa e média renda, que são os menos responsáveis pelo problema, continuarão a ver os piores impactos, pois são os mais vulneráveis às mudanças climáticas e os menos capazes de se adaptar, devido a sistemas de saúde fracos e infraestrutura precária. Seja um pequeno estado insular enfrentando a elevação do nível do mar, um país de baixa renda enfrentando a insegurança alimentar induzida pelo clima, ou uma comunidade empobrecida localizada na linha de cerca de uma refinaria de petróleo e respirando ar tóxico, os impactos da mudança climática na saúde e suas forças motrizes não serão suportados de maneira igual ou justa. [Os mais vulneráveis—incluindo comunidades de baixa renda, mulheres, povos indígenas, idosos e crianças—suportarão o peso dos impactos climáticos.](#)

“Saúde para Todos” simplesmente não é possível em um mundo com +1,5°C. Esta realidade exige que os líderes de saúde em todos os países e em todos os níveis desempenhem um papel urgente em alinhar metas de clima e saúde. Isso é crucial para atender às ambições combinadas do Acordo de Paris, Cobertura Universal de Saúde (UHC em inglês), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030 e Uma Só Saúde.

O setor de saúde na era da mudança climática. Hospitais, centros de saúde e trabalhadores de saúde pública são os primeiros a responder aos efeitos da mudança climática na saúde. Alguns dos sistemas de saúde mais pobres do mundo são frequentemente os mais vulneráveis—em perigo e sem ferramentas e recursos para se protegerem. A “falta de progresso até o momento na redução de emissões e na construção de capacidade adaptativa ameaça” não apenas vidas humanas, de acordo com a [Contagem Re-](#)

[gressiva da Lancet sobre Saúde e Clima](#), mas também tem “o potencial de interromper a infraestrutura central de saúde pública e sobrecarregar os serviços de saúde”, colocando pressão adicional em sistemas de saúde nacionais já sobrecarregados, particularmente no Sul Global.

Uma [análise recente dos riscos climáticos para a infraestrutura de saúde global](#) descobriu que, sem uma rápida eliminação dos combustíveis fósseis, até 1 em cada 12 hospitais em todo o mundo estará em alto risco de fechamento total ou parcial devido a eventos climáticos extremos até o final deste século.

Em todo o mundo, sistemas de saúde em ambientes urbanos e rurais estão enfrentando desafios crescentes para responder aos inúmeros impactos crescentes da mudança climática na saúde. Eles devem se preparar para e construir resiliência aos impactos do clima extremo na infraestrutura de saúde, nos próprios sistemas de saúde e nas comunidades que atendem. Uma transição justa do setor de saúde deve, portanto, apoiar a adaptação da capacidade instalada atual e construir resiliência por design em novos desenvolvimentos, particularmente focando nas populações vulneráveis no Sul Global que enfrentam acesso limitado a cuidados de saúde de qualidade entre os riscos climáticos crescentes. Por exemplo, [alimentar instalações de saúde com energia renovável descentralizada](#) pode ajudar a alcançar os objetivos de CUS, salvar vidas e construir sistemas de saúde resilientes ao clima e de baixo carbono.

Paradoxalmente, o próprio setor de saúde contribui para o problema e é responsável por entre [4,4% e 5,2% das emissões globais líquidas](#). Se o setor de saúde fosse um país, seria o [quinto maior emissor de gases de efeito estufa do planeta](#). Os países do G20 são responsáveis por mais de 75% dessas emissões do setor de saúde, com as nações do G7 responsáveis pela maior parte. As projeções indicam uma [triplicação da pegada climática do setor de saúde](#) até 2050, sob um cenário de negócios como de costume.

O setor precisa urgentemente reduzir sua própria contribuição para a mudança climática. O setor de saúde tem um enorme potencial para ajudar a impulsionar a transição para uma economia líquida zero até 2050, transformando-se e aproveitando seu poder de compra para influenciar outros setores por meio de sua cadeia de suprimentos

global, que representa mais de 70% de sua pegada climática.

No contexto da justiça climática e de uma Transição Justa, os países devem seguir [trajetórias distintas](#) para a descarbonização dos cuidados de saúde, baseadas no princípio das negociações climáticas de Responsabilidades Comuns, Mas Diferenciadas e Capacidades Respectivas; os países ricos e com altas emissões precisarão liderar o caminho, mitigando primeiro e mais rapidamente. Além disso, uma transição justa do setor de saúde requer a mobilização de financiamento internacional, transferência de tecnologia e capacitação para que os países em desenvolvimento também possam transformar seus sistemas de saúde, aumentando a cobertura de saúde e promovendo a equidade na saúde.

A pandemia de COVID-19 deixou claro que, quando se trata de saúde global, somos tão fortes quanto nosso elo mais fraco. Portanto, apoiar o fortalecimento do sistema de saúde em todos os países é fundamental para a segurança da saúde e prosperidade econômica globalmente. Além disso, se equitativa, a transição para cuidados de saúde resilientes ao clima e de baixo carbono oferece múltiplos co-benefícios para uma economia mais inclusiva e regenerativa, como aumento da utilização de energia renovável e redução das emissões de gases de efeito estufa e poluição do ar, que, por sua vez, diminuem os riscos de doenças respiratórias e outras doenças sensíveis ao clima. Além disso, populações mais saudáveis são mais resilientes aos impactos climáticos, o que pode potencialmente reduzir os gastos nacionais com saúde.

Grupo de Trabalho de Saúde do G20 e Mudança Climática: A liderança do G20 em clima e saúde é crucial para o bem-estar da população mundial de 7,84 bilhões de pessoas, particularmente em países de baixa e média renda. Países em desenvolvimento com infraestrutura de saúde limitada e modelos tradicionais de prestação de serviços de saúde estão menos equipados para lidar com os impactos da mudança climática na saúde e para reduzir a contribuição do setor de saúde para a mudança climática. À medida que a saúde é cada vez mais reconhecida no centro da mudança climática, planos de adaptação e mitigação climática focados na saúde precisam ser trazidos para o centro do palco.

Desde a COP 26 em Glasgow, o ímpeto cresceu entre governos, agências internacionais e atores não estatais para alinhar o desenvolvimento do setor de saúde com a ambição do Acordo de Paris. Em Glasgow, 52 ministérios nacionais de saúde se comprometeram com sistemas de saúde resilientes, sustentáveis e de baixo carbono por meio do [Programa de Saúde da COP 26](#). Em 2022, a Organização Mundial da Saúde estabeleceu a [Aliança para Ação Transformadora em Clima e Saúde \(ATACH\)](#) para realizar a ambição estabelecida na COP 26 e construir sistemas de saúde resilientes ao clima, sustentáveis e de baixo carbono, usando o poder coletivo dos Estados Membros da OMS e outros interessados. Hoje, a ATACH foi endossada por 84 países, com 25 se comprometendo com sistemas de saúde de emissão zero.

Em maio de 2022, [os ministros da saúde do G7](#) declararam seu objetivo de “construir sistemas de saúde ambientalmente sustentáveis e climaticamente neutros até 2050 e apoiar outros países nesse esforço”. Em novembro de 2023, a Presidência da COP28 dos Emirados Árabes Unidos e a OMS organizaram o primeiro Dia da Saúde em uma Conferência da UNFCCC; o evento de alto nível foi assistido por mais de 50 ministros nacionais da saúde e a [Declaração dos Emirados Árabes Unidos sobre Clima e Saúde](#) foi endossada por 148 governos nacionais. Muitas instituições também endossaram um conjunto de Princípios Orientadores para o [financiamento de soluções climáticas e de saúde](#).

A Presidência do G20 da Índia construiu e contribuiu para esse impulso, propondo cinco [“Princípios de Alto Nível para Ação Climática na Saúde”](#) em um evento co-marcado com o Banco Asiático de Desenvolvimento e o Ministério da Saúde e Bem-Estar Familiar em abril de 2023. Esses princípios são:

- Priorizar o desenvolvimento de saúde resiliente ao clima.
- Construir sistemas de saúde sustentáveis e de baixo carbono que ofereçam cuidados de saúde de alta qualidade. Descarbonizar a cadeia de suprimentos de cuidados de saúde.
- Mobilizar financiamento para sistemas de saúde resilientes, sustentáveis e de baixo carbono.
- Facilitar a colaboração em desafios de saúde humana, animal e climática.

Em agosto de 2023, os Ministros da Saúde do G20 e, um mês depois, os Líderes de Estado do G20 refletiram esses princípios na [Declaração dos Líderes de Nova Délhi](#), citada na íntegra anteriormente neste brief..

Seguindo isso, o Brasil fez da mudança climática uma das quatro prioridades do [Grupo de Trabalho de Saúde do G20](#), com forte ênfase na equidade em saúde e na abordagem das necessidades das populações vulneráveis. Também existem fortes elementos climáticos dentro das outras prioridades do HWG: preparação para pandemias, saúde digital e equidade em saúde. A proposta da Presidência do Brasil de fomentar uma aliança global para a produção local e regional de medicamentos, vacinas e suprimentos estratégicos de saúde também pode ter fortes elementos de resiliência climática e baixo carbono alinhados com os Princípios estabelecidos sob a presidência da Índia.

Nesse contexto, os países do G20 podem desempenhar um papel crucial na aceleração da transição justa para cuidados de saúde resilientes ao clima, de baixo carbono e adaptáveis.

Recomendações para o G20. Nossa recomendação geral para o G20 é construir sobre os princípios endossados no ano passado pelos Chefes de Estado do G20 para garantir que o setor de saúde seja uma parte integrante da transição justa da economia global. Especificamente, recomendamos o seguinte para a Presidência do Brasil e os governos do G20:

- Integrar os Princípios de sistemas de saúde resilientes ao clima, sistemas de saúde de baixo carbono, cadeias de suprimentos descarbonizadas, financiamento para clima e saúde, e Uma Só Saúde para o clima no quadro mais amplo de equidade e inclusão em saúde proposto

pela Presidência do G20 do Brasil no Grupo de Trabalho de Saúde.

- Integrar cuidados de saúde resilientes ao clima e de baixo carbono e a descarbonização das cadeias de suprimentos de cuidados de saúde na narrativa mais ampla da Transição Justa no Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis, a fim de contribuir para uma economia mais inclusiva, equitativa e regenerativa.
- Estabelecer um mecanismo para relatórios anuais por governos e organizações observadoras no Grupo de Trabalho de Saúde sobre o progresso na implementação de cada um dos cinco princípios.
- Mobilizar recursos financeiros de financiamento climático, assistência ao desenvolvimento em saúde, orçamentos nacionais de saúde e do setor privado para apoiar a transformação do setor de saúde em todo o mundo, especialmente no Sul Global. A mobilização de recursos deve ser informada pelo conjunto de Princípios Orientadores para o Financiamento de Soluções Climáticas e de Saúde, propostos pelo Fundo Global, pelo Fundo Verde para o Clima, pela Organização Mundial da Saúde e pela Fundação Rockefeller.
- Investir em pesquisa e desenvolvimento para melhor entender e monitorar os impactos da mudança climática na saúde, e desenvolver soluções inovadoras que facilitem a transição dos sistemas de saúde para estarem melhor preparados para suportar os impactos da crise climática enquanto se alinham aos objetivos de emissão zero do Acordo de Paris, promovendo simultaneamente a equidade em saúde e fortalecendo a preparação para pandemias.

11.

Global Mental Health Action Network et al⁴²**Desenvolvimento sustentável**

Proteção dos Direitos Humanos: Indivíduos com problemas de saúde mental e as suas famílias enfrentam frequentemente estigma, discriminação e vitimização. Políticas e leis eficazes orientadas para os direitos humanos são essenciais para prevenir abusos e proteger os direitos.

Acesso equitativo e cobertura universal de saúde: O acesso aos cuidados de saúde mental continua inadequado para a maioria dos indivíduos que sofrem de problemas de saúde mental, com muitos incorrendo em custos elevados de tratamento. A integração dos serviços de saúde mental nos cuidados primários financiados publicamente e a utilização da partilha de tarefas com prestadores não especializados são estratégias recomendadas para melhorar o acesso e a disponibilidade financeira.

Promoção da resiliência ambiental: O aumento da resiliência da saúde mental prepara as comunidades para lidar melhor com o stress causado pelas alterações climáticas, apoiando assim práticas ambientais sustentáveis e a preparação para catástrofes. Ajuda a mitigar os efeitos adversos das crises económicas no bem-estar mental, melhorando a estabilidade social ([Wahlbeck e McDaid, 2012](#)). Proteger as populações indígenas e vulneráveis, garantindo o acesso a cuidados de saúde mental e programas para prevenir o suicídio ([Araújo, 2023](#)).

Capacitar os jovens: construir mentes, construir futuros: Investir na saúde mental de crianças e jovens é uma estratégia transformadora que cria resiliência, aumenta a produtividade e estimula a inovação social. A integração dos jovens neste processo de transformação inovador é benéfica em vários domínios ([McCabe, 2022](#)). Incluindo os jovens e promovendo um sentido de envolvimento, apropriação e compromisso, resultando em intervenções mais inovadoras, relevantes e eficazes para aumentar a literacia mental e construir gerações futuras mais resilientes e informadas para liderar o esforço para um planeta mais sustentável e uma sociedade produtiva.

Garantir o acesso à Justiça: Ao adoptar e domesticar a CDPD, as nações combaterão a desigualdade e a exclusão das pessoas com deficiência intelectual e psicossocial e a disponibilização de adaptações adequadas garantirá que o Estado de direito seja administrado de forma eficaz nas esferas dos direitos humanos.

Empoderamento socioeconómico por meio da saúde mental:

Satisfação de vida: Estratégias abrangentes de saúde mental melhoram o bem-estar individual, a felicidade e a capacidade de gerir eficazmente os desafios da vida.

Acesso Equitativo: Responder às necessidades de saúde mental ajuda a capacitar todos os indivíduos, que podem enfrentar desafios únicos de saúde mental devido às desigualdades sociais e económicas. Priorizar o investimento na Saúde Mental, especialmente em ambientes comunitários, garante um acesso mais amplo e reduz as desigualdades na prestação de cuidados de saúde mental ([McDaid e Parque, 2019](#))

Pobreza e saúde mental estão intrinsecamente ligados numa relação bidirecional onde a pobreza pode aumentar o risco de doença mental e vice-versa, causando um ciclo vicioso ([Ridley et al., 2020](#)). Aqueles que vivem na pobreza são mais suscetíveis a distúrbios de saúde mental, como depressão, ansiedade e estresse psicológico grave ([Kuruville e Jacob, 2007](#)) ([Eles, 2008](#)), com impactos particularmente profundos em crianças, adolescentes ([Dashiff et al., 2009](#)) ([Yoshikawa, Aber e Beardslee, 2012](#)) e grupos vulneráveis como mulheres e minorias ([Gilroy et al., 2015](#)). Abordar este ciclo requer intervenções abrangentes que incluam apoio psicossocial e serviços de saúde mental acessíveis para aliviar os sintomas e combater os factores económicos subjacentes ([Wahlbeck et al., 2017](#)). A pobreza tem um impacto significativo na saúde mental, com um efeito particularmente grave nas populações vulneráveis. Compreender esta relação é crucial para o desenvolvimento de intervenções específicas que não só abordem os sintomas, mas também as causas profundas desta interação.

43. Global Mental Health Action Network Working Group also represented by, Soulbeegood and Vertentes Ecosystema de Saúde Mental (Mental Health Ecosystem)

Deixando ninguém para trás: Enfatizando o compromisso inequívoco de todos os Estados-membros da ONU em erradicar a pobreza em todas as suas formas, acabar com a discriminação e a exclusão e reduzir as desigualdades e vulnerabilidades que deixar as pessoas para trás e minar o potencial dos indivíduos e da humanidade como um todo. ([E, 2017](#))

Educação de qualidade: O apoio à saúde mental em ambientes educacionais aumenta a frequência e o desempenho escolar, contribuindo para a prosperidade das gerações futuras ([Eisenberg e Raghavan, 2019](#)) [Austrália](#).

Fardo económico: Os transtornos mentais são responsáveis por 10% da carga global de doenças. Eles levam a perdas económicas significativas, com um aumento de custo estimado de 2,5 em 2010 para 6 bilhões de dólares a nível mundial até 2030, atingindo até 8% do PIB global até 2030. Perda anual de saúde mental global de 1 bilhão de dólares devido à perda de produtividade. ([Árias, 2022](#)).

Custo-benefício: Existem estratégias acessíveis, escalonáveis e eficazes para prevenir e tratar doenças mentais com alto ROI. Investir em saúde mental tem um alto retorno do investimento (ROI) em vários ambientes. ([OMS, 2021](#)) Pode evitar perdas económicas significativas decorrentes da deficiência e do fardo das doenças, prevenindo-se que economizem milhares de milhões em perdas de produção económica ([Chisholm, 2015](#)). A análise custo-benefício global concluiu que o impacto da falta de resposta às necessidades de saúde mental e de apoio psicossocial das crianças e adolescentes dos 10 aos 17 anos afectados por emergências humanitárias resultaria no equivalente a uma perda global de 203 mil milhões de dólares de potencial ganhos vitalícios. ([Unicef, 2023](#))

Aumento da produtividade e redução do desemprego: Ao investir na saúde mental, os indivíduos ganham maior resiliência emocional e psicológica, aumentando a sua produtividade e empregabilidade. Isto reduz as taxas de desemprego e a dependência económica, principais impulsionadores da pobreza e da fome ([Chisholm et al., 2016](#)).

Reforma da Governança Global

Influenciando a Política em Níveis Globais para a Incorporação nas Agendas Globais: Ao defender a saúde mental como um as-

pecto central da saúde pública em fóruns como o G20, este manifesto apoia a reforma da governação da saúde global para incluir a saúde mental como uma prioridade global. A saúde mental torna-se parte da diplomacia da saúde global, incentivando as nações a comprometerem-se com objectivos mútuos e desafios partilhados, reformando assim a forma como as questões de saúde globais são abordadas de forma colaborativa.

Colaboração intersetorial: Promove a integração da saúde mental em diferentes setores e organismos internacionais, promovendo estruturas de governação global mais abrangentes e eficazes.

Fortalecimento da Cooperação Internacional e do Impacto Coletivo: Facilita o intercâmbio de políticas e práticas inovadoras de saúde mental entre as nações, melhorando as estratégias e a cooperação globais de saúde.

Avanços tecnológicos em saúde mental cuidados de saúde, como a IA, a telemedicina e as plataformas digitais, podem aumentar o acesso e o impacto das intervenções, a relação custo-eficácia e a satisfação dos pacientes, abordando barreiras relacionadas com a logística e o estigma ([Fletcher et al., 2018](#)).

Consolidando a Democracia: A verdadeira coexistência democrática é sustentada pelo respeito pela igualdade e dignidade de todas as pessoas. O respeito absoluto pela dignidade humana, independentemente das circunstâncias pessoais, familiares ou sociais, é uma espinha dorsal fundamental dos princípios democráticos.

Chamada para ação

- **Priorizar a saúde mental e o bem-estar psicossocial** como parte integrante do reforço da resiliência às alterações climáticas e da resposta aos impactos das alterações climáticas para proteger as pessoas, as comunidades e as economias. Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda a integração de considerações sobre as alterações climáticas nas políticas e programas de saúde mental, incorporando a saúde mental e o apoio psicossocial (MHPSS) nas políticas climáticas e de saúde, aproveitando os compromissos globais, adoptando abordagens multisectoriais e comunitárias para reduzir as vulnerabilidades, e abordando lacunas significativas de financiamento para ambos saúde mental e respostas de saúde relacionadas com o clima.

- **Integrar a saúde mental na resiliência às alterações climáticas e na preparação para pandemias**, garantir o acesso ininterrupto a serviços essenciais e promover o bem-estar psicossocial. Instamos os países de elevado rendimento e os doadores a apoiarem as nações vulneráveis, especialmente os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID), na abordagem dos impactos na saúde mental relacionados com o clima. A nossa abordagem inclui a integração da saúde mental nos sistemas nacionais de alerta precoce, nos planos de ação contra o calor e nas estratégias de adaptação, com o envolvimento das crianças e daqueles com experiência vivida. Desenvolveremos planos de ação abrangentes para a resiliência climática e sanitária, alinharemos com acordos internacionais e apoiaremos a integração da saúde mental nas contribuições determinadas a nível nacional (NDC) e nos planos nacionais de adaptação à saúde (HNAPS). (Resumo de defesa da GMHAN)

- **Saúde Mental é um Direito Humano:** Acesso universal ao apoio e serviços de saúde mental Protege os direitos humanos e contribui para alcançar a saúde e o bem-estar globais, impactando a agenda de desenvolvimento internacional de todos os ODS (Escritório Executivo da ONU, 2020)(OMS, 2022). Comprometer-se a conceder Cobertura Universal de Saúde e a integrar políticas de saúde mental baseadas em evidências em todos os sectores, contextos, agendas e planeamento de políticas.

- **Financiamento:** Atribuir financiamento adequado aos serviços de saúde mental para

expandir o acesso e a qualidade, seguindo as diretrizes da Comissão Lancet sobre a alocação de investimento em saúde mental de pelo menos 5% dos orçamentos de saúde para a saúde mental nos países de baixa e média renda. (Cosgrove et al., 2019) Instamos, portanto, os governos a aumentarem as suas despesas internas com a saúde mental dentro dos orçamentos relevantes, incluindo saúde, educação e serviços sociais, bem como a aumentarem o financiamento para a saúde mental e o apoio psicossocial no âmbito da ajuda internacional ao desenvolvimento. Isto inclui financiamento direcionado para crianças e jovens.

- **Colaboração Global para Inovação Social:** Implementar um Fundo Global de Saúde Mental para colmatar a lacuna de investimento e ajudar a priorização da saúde mental dos PRMB, para catalisar a colaboração intersectorial e ecossistemas de impacto social para a investigação e desenvolvimento de sistemas e soluções sociais inovadoras de saúde mental com base em indicadores globais de saúde mental e sistemas de monitorização.

- **Quadro Financeiro e Apoio Político:** Implementar e apoiar políticas públicas baseadas em evidências. Conceber estratégias e modelos de financiamento inovadores para apoiar a implantação de investimentos, especialmente em LMINC e em ambientes sub financiados. Incluir a saúde mental nos programas existentes sobre saúde materna (foco para a maioria dos PRMB), serviços de saúde primários, VBG, regimes de benefícios sociais. Projetar e implementar uma estrutura para apoiar a implementação de políticas públicas e a transparência e eficácia translacional.

12.

GSG Impact II

Making Sustainability Disclosure Standards Work for All

Estamos em um momento crucial. O dinheiro público e a filantropia nunca serão suficientes para cobrir o déficit anual de financiamento de mais de US\$ 4 trilhões necessários para alcançar os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) até 2030⁴³, proporcionando uma transição justa para economias de zero emissões líquidas que não deixem ninguém para trás.

No entanto, o capital privado está disponível em abundância, com mais de US\$ 270 trilhões alocados em mercados financeiros e mais de US\$ 30 trilhões em ativos globais sob gestão alinhados com objetivos Ambientais, Sociais e/ou de Governança (ESG) em 2022 (uma cifra que se prevê chegar a US\$ 40 trilhões até 2030)⁴⁴.

Portanto, um grande desafio reside em alinhar ainda mais o capital com o propósito, encontrando maneiras mais eficazes de mobilizar capital de investimento em larga escala para gerar impacto real onde é mais necessário, enquanto atendemos às expectativas de retorno ajustado ao risco dos investidores.

Para aumentar a mobilização de capital de impacto, é necessário que mais e melhores informações comparáveis globalmente sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e impacto estejam disponíveis para investidores e outros atores-chave do mercado. Historicamente, e apesar dos esforços de diferentes padrões globais e outras organizações nos últimos 10-15 anos, tais informações não foram medidas nem relatadas de forma consistente, e, portanto, não foram gerenciadas ou valorizadas pelos mercados.

Precisamos agir urgentemente para transformar a qualidade e a utilidade das informações sobre impacto disponíveis para os tomadores de decisão de investimento, bem como para aqueles que os responsabilizam. Aproveitar o poder da “transparência de impacto” é fundamental para alcançar essa mudança comportamental e trabalhar em direção a um fu-

turo em que as decisões de investimento, por empresas e investidores institucionais, sejam tomadas através da lente tripla de risco, retorno e impacto.

Organizações líderes, como a IFRS Foundation, estão fazendo progressos consistentes para criar uma base global para relatórios de sustentabilidade, visando divulgações harmonizadas e comparáveis globalmente que atendam às necessidades de informações de investidores e outras partes interessadas. No entanto, permanecem questões sobre a prontidão do mercado para a adoção de tais padrões em EMDEs (economias emergentes e em desenvolvimento), especialmente de pequenas empresas que fazem parte de cadeias de suprimento regionais e/ou globais, bem como sobre o nível de engajamento dos principais stakeholders do chamado “Sul Global” no desenho da base.

Por exemplo, enquanto o “Sul Global” abriga mais de 85% da população mundial e mais de 50% da biodiversidade planetária só nos trópicos⁴⁵, supostamente apenas uma fração das respostas submetidas à primeira consulta da ISSB sobre seus padrões IFRS-S1 e IFRS-S2 (agora finais) vieram de stakeholders em EMDEs – levantando questões sobre a “representatividade global” dos padrões, apesar dos esforços da IFRS-ISSB para conduzir um processo aberto e transparente. No futuro, serão necessários esforços adicionais para aumentar o engajamento de jurisdições do sul, especialmente à medida que os padrões de divulgações “sociais” avançam.

Esforços pela inclusividade, especialmente em EMDEs, também devem considerar as realidades das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs), que tipicamente carecem de capacidades e, portanto, correm o risco de ficar para trás. As MPMEs são a espinha dorsal das economias emergentes, contribuindo com pelo menos 40% da renda nacional⁴⁶ e entre 70% e 95% das novas oportunidades de emprego⁴⁷, embora esses números possam ser ainda maiores se incluídas as MPMEs que operam na economia informal. Na América Latina, por exemplo, 99,5% dos negócios

44. United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). “SDG Investment Trends Monitor (Issue 4) (UNCTAD/DIAE/MISC/2023/6).” 14 Sep 2023. Accessed March 1st at https://unctad.org/system/files/official-document/diaemisc2023d6_en.pdf

45. <https://www.bloomberg.com/company/press/global-esg-assets-predicted-to-hit-40-trillion-by-2030-despite-challenging-environment-forecasts-bloomberg-intelligence/>

46. <https://journals.sagepub.com/doi/>

47. World Bank (October 16, 2019). Small and Medium Enterprises (SMEs) Finance. World Bank. <https://www.worldbank.org/en/topic/sme-finance>

48. IFC. MSME Finance. International Financial Corporation. <https://www.ifc.org/en/what-we-do/sector-expertise/financial-institutions/msme-finance>

49. IADB (2020). MSME Financing Instruments in Latin America and the Caribbean During COVID-19. Available at: <https://publications.iadb.org/en/msme-financing-instruments-in-latin-america-and-the-caribbean-during-covid-19>

50. Muiruri Muriithi, S. (2017). African Small and Medium-Sized Enterprises. Contributions, challenges and solutions European Journal of Research and Reflection in Management Sciences. 5 No. 1, 2017.

51. ILO (2014). Policies for the formalization of micro and small enterprises. Notes on Policies for the Formalization of Micro and Small Enterprises. Programme for the Promotion of Formalization in Latin America and the Caribbean. Regional Office for Latin America and the Caribbean, Lima.

são MPMEs, que explicam 60% do emprego total e respondem por cerca de 25% do PIB⁴⁸. Na África, as MPMEs representam mais de 90% dos negócios e contribuem com cerca de 50% do PIB⁴⁹.

Embora não sejam necessariamente “entidades de relatório” por si mesmas, essas pequenas empresas correm o risco de serem negativamente afetadas por requisitos aumentados de divulgação de sustentabilidade, dado o papel crucial que desempenham nas cadeias de suprimento de corporações maiores e os recursos e capacidade limitados que têm para responder a tais requisitos. Por essas razões, são necessárias maior inclusividade, proporcionalidade e análise detalhada para desenvolver ainda mais os padrões de divulgação de sustentabilidade que funcionem para todos.

Focando nas áreas específicas onde o GSG pode ser verdadeiramente adicional, conforme nossas áreas de maior expertise e construindo sobre a singularidade de nossa abordagem “de baixo para cima” - comprometidos em elevar as vozes de uma ampla gama de stakeholders chave em EMDEs que envolvemos através de nossa vasta rede global de Conselhos Consultivos Nacionais para Investimento de Impacto e como parte de um esforço de capacitação e conscientização na América Latina, África e Sudeste Asiático que implementamos durante janeiro-março de 2024, apresentamos cinco mensagens principais emergentes relacionadas à Prioridade #3 do G20 para Impacto e uma série de recomendações para o G20.

INFORMALIDADE E CADEIAS DE VALOR GLOBAIS

Na África Subsaariana, o setor informal contribui com ≈55% do PIB e 80% de todos os empregos são não-registrados, enquanto na América Latina, MPMEs operando na economia informal respondem por mais de 30% do PIB, com mais de 60% de informalidade no mercado de **trabalho**⁵⁰. Esses negócios precários e vulneráveis enfrentam desafios diferentes e/ou desproporcionais em relação

aos pequenos negócios em países desenvolvidos, como: acesso limitado (ou caro) a financiamento, infraestrutura inadequada, proteção legal fraca, capacidades comerciais, de pesquisa e outras essenciais limitadas, estruturas empresariais ineficientes, habilidades empreendedoras e de gestão deficientes e incapacidade/desinteresse em cumprir os requisitos legais e regulatórios.

Embora todas as MPMEs, formais ou informais, em economias desenvolvidas ou emergentes, tenham capacidades relativamente limitadas para acessar, reunir e agregar dados e, portanto, responder aos crescentes requisitos de relatórios de sustentabilidade como parte das cadeias de valor e suprimento de entidades de relatório maiores (atualmente mais claro ao observar os requisitos para relatar emissões de escopo 3), em EMDEs a prevalência da informalidade apresenta desafios adicionais, pois as empresas são formalmente “invisíveis” (embora em muitos casos cruciais) para as entidades de relatório, que negociam direta ou indiretamente com elas, e/ou os “ambientes de dados” (públicos) estão longe de ser perfeitos.

Essa particularidade deve ser mais explorada, tanto por ser inerente à realidade de muitas cadeias de suprimento em EMDEs, quanto porque requisitos de relatórios maiores podem resultar em maior desincentivo para a formalização (tipicamente um objetivo governamental primário em EMDEs) e/ou marginalização de negócios informais, com significativas implicações sociais negativas.

ADOÇÃO E ADAPTAÇÃO

Com base em anúncios recentes e declarações de apoio, várias jurisdições em EMDEs parecem ser favoráveis à adoção da base global da ISSB. Embora as discussões sobre a necessidade de adaptação dos padrões globais à especificidade nacional continuem, elas parecem estar inclinadas para se os países deveriam propor cronogramas de adoção diferenciados de acordo com as necessidades e capacidades dos atores locais do mercado (ou seja, ao invés de se diferentes

versões, mais leves, da base global precisam ser definidas).

As instituições globais de definição de padrões estão se direcionando para a convergência e interoperabilidade. Notavelmente, os esforços para alinhar a base global da ISSB com e/ou complementar GRI, TFCO e ESRS da UE e outros padrões e estruturas (domésticas), juntamente com a crescente disposição das EMDEs para adotar a base global como está, sinalizam um horizonte promissor onde a informação de sustentabilidade é mais fácil de preparar, processar e comparar por todos os atores do mercado. Abrir a possibilidade e promover a implementação de diferentes caminhos para a adoção da base global permitirá que as jurisdições integrem gradualmente os requisitos de divulgação de sustentabilidade, incorporando gradualmente novos setores industriais ou entidades de relatório de diferentes tamanhos à regulamentação, sem alterar a natureza e o conteúdo das informações a serem divulgadas. Nesse sentido, as diretrizes jurisdicionais futuras da ISSB são um passo na direção certa.

INCENTIVOS OU PUNIÇÕES?

Nossas pesquisas e esforços de consulta indicam que, particularmente em EMDEs, a adoção generalizada de práticas de relatórios de sustentabilidade exigirá uma abordagem dual que integre “aplicação de cima para baixo” através da muito necessária regulamentação governamental (incluindo em jurisdições onde a conformidade é geralmente menor e menos propensa a ser punida por autoridades com capacidade relativamente limitada) e um “caso de negócios” convincente enraizado na “disciplina” dos investidores e outros incentivos impulsionados pelo mercado, entre outros fatores “pull”. Portanto, a questão sobre a necessidade de “Cenouras ou Paus” como meio de promover a adoção de práticas de relatórios de sustentabilidade resulta em uma falsa dicotomia - pois ambos são necessários e complementares para influenciar o comportamento e a mentalidade de uma ampla gama de atores do mercado consultados ao longo da imple-

mentação de nosso projeto. A próxima fase de nosso esforço aprofundará esse assunto, aproveitando testemunhos do terreno e análise técnica para equilibrar tanto a aplicação “de cima para baixo” quanto a aceitação “de baixo para cima”.

CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

A conscientização e as capacidades insuficientes entre os stakeholders em EMDEs (e entre as MPMEs globalmente) provavelmente dificultarão a adoção efetiva e ampla de padrões de relatórios de sustentabilidade. A complexidade percebida desses padrões, juntamente com os custos adicionais antecipados (sistemas de dados, treinamento, equipe), apresenta desafios adicionais para entidades que carecem de expertise ou recursos.

Embora a capacitação e o treinamento para atores do setor privado e funcionários públicos sejam considerados críticos em todos os mercados (e alguns esforços já estejam em andamento), reunimos opiniões divergentes sobre quem deveria liderar esse processo (com visões que variam de governo, organizações internacionais, bancos multilaterais de desenvolvimento ou outras entidades relevantes).

Notavelmente, esforços coordenados e multi-stakeholder devem prestar atenção especial à forma como os reguladores abordam os desafios dos relatórios de sustentabilidade em EMDEs e localizar o treinamento para abordar diversas interpretações das regras nas jurisdições do G20.

Reconhecer e adaptar o treinamento ao contexto local (e para empresas de todos os tamanhos) é crucial, especialmente considerando que os padrões globais emergentes nem sempre encontram um espaço claro localmente, dados os já existentes quadros domésticos e setoriais (bancários, bolsa de valores, etc.) e a confusão generalizada sobre metodologias percebidas como rivais ou sobrepostas.

IMPORTE-SE COM O SOCIAL

A capacitação e o engajamento mais amplo dos stakeholders em EMDEs precisarão prestar atenção especial às divulgações sociais (e de desigualdade), naturalmente mais sensíveis ao contexto do que, por exemplo, as relacionadas ao clima – e, portanto, necessitando de adaptação e, possivelmente, suporte personalizado, dada a capacidade relativamente menor nessas jurisdições.

Com quase 700 milhões de pessoas atualmente vivendo em extrema pobreza (subsistindo com menos de US\$ 2,15 por dia, e principalmente concentradas na Ásia do Sul populosa e no Oriente Médio e Norte da África⁵¹) o processo de moldar padrões sobre divulgações relacionadas ao social deve começar com uma participação muito maior de vozes de onde os desafios sociais prementes, incluindo desigualdade e condições de mercado de trabalho precárias, são mais prevalentes⁵².

Como os padrões sociais estão apenas começando a ser discutidos em órgãos como o IFRS-ISSB, é o momento exato para aumentar o engajamento das EMDEs nas discussões globais, um esforço em que o G20 pode desempenhar um papel fundamental. Como um stakeholder em um de nossos workshops na África colocou: “Nós, como representantes do Sul Global, talvez não tenhamos sido tão vocais e engajados quanto necessário na definição dos padrões gerais de sustentabilidade e relacionados ao clima; mas se com 85% da população ficarmos inertes na próxima geração de divulgações relacionadas ao social e desigualdade, isso significará que a chamada base global está indo na direção errada.”

Com base nas descobertas e insights de atores-chave do mercado em EMDEs descritos acima, e reconhecendo a necessidade urgente de desenvolver padrões de divulgação de sustentabilidade que proporcionem mais transparência de impacto de maneira integral e inclusiva, apelamos aos governos do G20 para:

- adotar a base global de relatórios desenvolvida pela IFRS-ISSB seguindo caminhos que levem em conta as realidades dos atores locais do mercado, especialmente das MPMEs que podem ser desproporcionalmente afetadas, dada sua limitação de recursos e capacidade para cumprir com os requisitos crescentes de divulgação;
- promover maior participação dos principais atores locais do mercado no desenvolvimento dos padrões de divulgação de sustentabilidade, aproveitando o poder de influência e amplificação das redes setoriais nacionais, regionais e globais existentes (por exemplo, associações industriais, câmaras de comércio, entre outras), para garantir que futuros padrões reflitam uma diversidade maior de vozes e realidades;
- auxiliar os atores locais do mercado fornecendo orientação técnica para a implementação dos padrões de divulgação de sustentabilidade;
- desenvolver ferramentas práticas para diminuir o ônus de medição e relatório para as MPMEs, incluindo a incorporação de soluções tecnológicas, como calculadoras de GEE, mapas de riscos ambientais, etc.

52. World Bank. (2023, October 17). Poverty Overview. World Bank. <https://www.worldbank.org/en/topic/poverty/overview>

53. World Bank (2023). March 2023 global poverty update from the World Bank. Available at: <https://shorturl.at/gqOU2>

13.

Nossa Terra Firme

A prestação de contas da sustentabilidade é um pilar na governança econômica global, servindo como um mecanismo vital para as corporações comunicarem seu desempenho ambiental, social e de governança (ESG) aos stakeholders. Em uma era em que as empresas são cada vez mais examinadas por seu impacto no planeta e na sociedade, a transparência e a responsabilidade proporcionadas pela prestação de contas da sustentabilidade desempenham um papel fundamental em fomentar a confiança e impulsionar práticas comerciais responsáveis. No entanto, em meio à crescente demanda por divulgações de sustentabilidade, às práticas tradicionais de relatórios muitas vezes não conseguem fornecer informações precisas, confiáveis e oportunas.

Entra a tecnologia blockchain, uma força disruptiva pronta para revolucionar o cenário da prestação de contas da sustentabilidade. A blockchain oferece um sistema de registro descentralizado e transparente que promete melhorar a integridade e a confiabilidade dos dados de sustentabilidade. Ao registrar transações de forma imutável e garantir transparência de dados, a blockchain tem o potencial de resolver as deficiências dos métodos de relatórios convencionais e elevar os padrões de transparência e responsabilidade nas divulgações corporativas.

No entanto, apesar de seu potencial transformador, a adoção da blockchain na prestação de contas da sustentabilidade ainda é limitada, com vários desafios dificultando sua implementação generalizada. As práticas de relatórios atuais são prejudicadas por questões de inconsistência de dados, falta de transparência e susceptibilidade a fraudes e manipulações. À medida que a prestação de contas da sustentabilidade se torna cada vez mais complexa e intensiva em dados, há uma necessidade urgente de uma solução mais confiável e eficiente para atender às crescentes demandas de stakeholders e reguladores. Neste contexto, a blockchain surge como uma tecnologia promissora capaz de enfrentar esses desafios e inaugurar uma nova era de transparência, responsabilidade e sustentabilidade na governança econômica global.

13.1. Compreensão da Tecnologia Blockchain

A tecnologia blockchain oferece uma infraestrutura digital robusta, verificável por terceiros, onde os dados e comandos incluídos são definitivos - conhecidos como contratos inteligentes. Em termos simples, ela fornece uma estrutura para registrar vários tipos de dados (financeiros, geográficos, científicos, imagens, vídeos) em um ambiente virtual seguro, definitivo e descentralizado. Ao contrário de outros métodos de armazenamento de dados, os registros da blockchain não residem em uma única fonte ou reservatório; em vez disso, as cadeias de dados são divididas em blocos com capacidade limitada de armazenamento de dados, ligados cronologicamente em uma cadeia de blocos.

Essas cadeias não são armazenadas por uma única entidade, mas são distribuídas de forma descentralizada em estruturas digitais em todo o mundo, conhecidas como "nós". Para que uma entrada faça parte da blockchain, ela deve ser verificada de forma independente por essa rede distribuída de nós. Uma vez verificada, ela se torna virtualmente imutável, preservando e executando dados e comandos de forma autônoma.

As blockchains públicas também aumentam a transparência do processo, já que todas as alterações e inserções nesta cadeia de dados são acessíveis a todos os que interagem com o sistema. Isso significa que qualquer alteração na história dos dados, conteúdo do contrato inteligente ou condições para emissão de um certificado, token ou moeda específica são rastreáveis não apenas pelos administradores, mas por qualquer pessoa em todo o mundo, a qualquer momento. Essa lógica se aplica a vários tipos de produtos e ativos digitais, desde certificações ambientais até moedas descentralizadas com objetivos de impacto ou não.

13.1.1. Aplicações da Blockchain na Prestação de Contas da Sustentabilidade:

Papel na Integridade dos Dados:

A blockchain garante a integridade dos dados de sustentabilidade fornecendo registros à prova de violação.

Cada entrada de dados é criptograficamente vinculada à anterior, tornando virtualmente impossível alterar dados históricos sem detecção.

Essa característica aumenta a confiabilidade dos relatórios de sustentabilidade e reduz o risco de manipulação ou fraude de dados.

Papel na Transparência:

A blockchain promove a transparência na prestação de contas da sustentabilidade fornecendo um livro-razão transparente e imutável.

Os stakeholders podem acessar e verificar os dados de sustentabilidade em tempo real, aumentando a transparência e a responsabilidade.

As blockchains públicas permitem uma maior transparência, já que todas as transações são visíveis a todos os participantes, promovendo a confiança entre os stakeholders.

Papel na Descentralização:

A blockchain descentraliza o controle sobre os dados de sustentabilidade, eliminando a necessidade de autoridades ou intermediários centralizados.

Essa natureza descentralizada garante que nenhuma entidade única tenha controle sobre o conjunto de dados, reduzindo o risco de manipulação ou viés de dados.

A descentralização também aumenta a resiliência e a confiabilidade dos sistemas de prestação de contas da sustentabilidade, pois não há um único ponto de falha.

13.2. Vantagens da Blockchain para a Prestação de Contas da Sustentabilidade

13.2.1. Transparência e Imutabilidade:

A transparência e a imutabilidade da blockchain desempenham um papel crucial em garantir a integridade e a autenticidade dos dados de sustentabilidade. Ao registrar cada transação de forma à prova de violação, a blockchain cria um livro-razão transparente e auditável de informações de sustentabilidade. Essa transparência fomenta a confiança

entre os stakeholders, incluindo investidores, reguladores e consumidores, pois podem verificar a precisão e confiabilidade dos relatórios de sustentabilidade. Além disso, a imutabilidade dos registros da blockchain impede alterações não autorizadas nos dados históricos, mantendo a integridade das divulgações de sustentabilidade ao longo do tempo. Como resultado, a blockchain aprimora a credibilidade da prestação de contas da sustentabilidade e fortalece a responsabilidade das empresas em relação aos seus compromissos ambientais e sociais.

13.2.2. Descentralização:

A descentralização é uma vantagem-chave da tecnologia blockchain na prestação de contas da sustentabilidade, pois reduz a dependência de autoridades centralizadas e promove a confiança entre os stakeholders globais. Ao distribuir dados em uma rede de nós, a blockchain elimina a necessidade de intermediários ou entidades centralizadas para supervisionar os processos de prestação de contas da sustentabilidade. Esse enfoque descentralizado garante que nenhuma entidade única tenha controle sobre o conjunto de dados, mitigando o risco de manipulação ou viés de dados. Além disso, a descentralização aumenta a resiliência e a confiabilidade dos sistemas de prestação de contas da sustentabilidade, pois não há um único ponto de falha que possa comprometer a integridade dos dados. Como resultado, a blockchain facilita práticas de prestação de contas da sustentabilidade mais transparentes, responsáveis e inclusivas, que estão alinhadas com os princípios de boa governança e engajamento de stakeholders.

13.2.3. Segurança Avançada de Dados:

A tecnologia blockchain oferece segurança avançada de dados para informações sensíveis de sustentabilidade por meio do uso de técnicas criptográficas. Ao criptografar cada entrada de dados na blockchain, a blockchain garante que apenas partes autorizadas possam acessar e modificar os dados, protegendo-os contra acesso ou manipulação não autorizados. Esse nível de segurança de dados é particularmente importante para a prestação de contas da sustentabilidade, onde a confidencialidade e a integridade das informações são fundamentais. Os recursos robustos de segurança da blockchain miti-

gam o risco de violações de dados, fraudes e manipulações, protegendo a credibilidade e confiabilidade dos relatórios de sustentabilidade. Como resultado, empresas e stakeholders podem ter confiança na precisão e confiabilidade das divulgações de sustentabilidade, contribuindo para uma maior transparência e responsabilidade nas práticas de relatórios corporativos.

13.2.4. Eficiência e Economia de Custos:

A blockchain otimiza os processos de prestação de contas da sustentabilidade e reduz as cargas administrativas para empresas multinacionais, levando a uma maior eficiência e economia de custos. Por meio da automação de tarefas de verificação e validação de dados, a blockchain elimina a necessidade de intervenção manual, economizando tempo e recursos para as empresas. Além disso, ao remover intermediários e reduzir os custos de transação, a blockchain reduz os gastos gerais associados à prestação de contas da sustentabilidade. Essa economia de custos não apenas beneficia as empresas ao reduzir os custos operacionais, mas também torna a prestação de contas da sustentabilidade mais acessível e econômica para pequenas empresas e organizações. Em geral, a blockchain aprimora a eficiência e a acessibilidade da prestação de contas da sustentabilidade, tornando-a uma ferramenta valiosa para promover a transparência, a responsabilidade e a responsabilidade ambiental e social na governança corporativa.

13.3. Estudos de Caso e Histórias de Sucesso

A tecnologia blockchain demonstrou seu potencial para revolucionar a prestação de contas da sustentabilidade por meio de implementações bem-sucedidas em países membros do G20 e além. Esses estudos de caso mostram os benefícios tangíveis da blockchain na melhoria da transparência, responsabilidade e confiança nas práticas de prestação de contas da sustentabilidade. Ao destacar as lições aprendidas com essas iniciativas, os stakeholders podem obter insights valiosos sobre o impacto potencial da blockchain nos esforços globais de sustentabilidade.

Um estudo de caso digno de nota vem da Austrália, onde o Commonwealth Bank colaborou com um grupo de produtores agrícolas para implementar um sistema de rastre-

amento da cadeia de suprimentos baseado em blockchain para exportações de carne bovina. Ao registrar métricas importantes de sustentabilidade, como emissões de carbono, uso de água e práticas de bem-estar animal na blockchain, a iniciativa melhorou a transparência e a rastreabilidade ao longo da cadeia de suprimentos. Como resultado, os consumidores ganharam maior confiança na sustentabilidade e na origem ética da carne bovina australiana, levando a um aumento na demanda de mercado e preços premium para os produtores.

Além disso, os Emirados Árabes Unidos (EAU) são pioneiros no uso da blockchain no comércio de energia renovável por meio de sua iniciativa "Smart Dubai". Ao alavancar a tecnologia blockchain, a Autoridade de Eletricidade e Água de Dubai (DEWA) estabeleceu uma plataforma descentralizada para o comércio de créditos de energia solar entre usuários residenciais e comerciais. Essa abordagem inovadora não apenas incentivou a adoção de energia renovável, mas também promoveu transparência e responsabilidade no consumo de energia e na prestação de contas de emissões.

Esses estudos de caso ilustram o potencial transformador da blockchain na prestação de contas da sustentabilidade, oferecendo exemplos práticos de como a tecnologia pode impulsionar mudanças positivas em diversos setores e indústrias. Ao adotar a blockchain, os países membros do G20 podem desbloquear novas oportunidades para melhorar a transparência, a responsabilidade e a confiança nas práticas de prestação de contas da sustentabilidade, avançando assim os objetivos globais de sustentabilidade.

13.4. Estratégias de Implementação para o G20

A implementação da tecnologia blockchain para a prestação de contas da sustentabilidade dentro do framework do G20 requer esforços concertados e iniciativas estratégicas para garantir a adoção e o sucesso generalizados. As estratégias a seguir delineiam abordagens-chave para facilitar a integração da blockchain nas práticas de prestação de contas da sustentabilidade entre os países membros do G20:

13.4.1. Harmonização de Padrões:

Incentivar os países membros do G20 a adotar padrões e protocolos comuns para a pres-

tação de contas da sustentabilidade baseada em blockchain. Ao estabelecer diretrizes, frameworks e especificações técnicas harmonizadas, os países do G20 podem garantir consistência e interoperabilidade nas práticas de prestação de contas da sustentabilidade entre fronteiras. Essa harmonização promove transparência, comparabilidade e confiança nas divulgações de sustentabilidade, facilitando a colaboração e troca de dados entre fronteiras.

13.4.2. Capacitação:

Fornecer assistência técnica e programas de treinamento para apoiar a adoção e implementação da tecnologia blockchain entre os países membros do G20. As iniciativas de capacitação devem focar no aprimoramento do conhecimento e habilidades dos stakeholders, incluindo funcionários do governo, reguladores, empresas e organizações da sociedade civil. Ao oferecer workshops de treinamento, recursos educacionais e suporte prático, os países do G20 podem capacitar os stakeholders a aproveitar a blockchain de forma eficaz para a prestação de contas da sustentabilidade, impulsionando a inovação e adoção das melhores práticas.

13.4.3. Alinhamento Regulatório:

Facilitar a colaboração entre órgãos reguladores para criar um ambiente regulatório propício para a prestação de contas da sustentabilidade baseada em blockchain. Os países membros do G20 devem trabalhar juntos para desenvolver diretrizes e padrões regulatórios claros que abordem os desafios e oportunidades únicos da tecnologia blockchain. Esse alinhamento regulatório garante conformidade com as regulamentações existentes, ao mesmo tempo que fomenta a inovação e experimentação nas práticas de prestação de contas da sustentabilidade. Ao promover clareza e certeza regulatória, os países do G20 podem incentivar o investimento e a adoção de soluções baseadas em blockchain para o desenvolvimento sustentável.

13.4.4 Parcerias Público-Privadas:

Promover a colaboração entre governos, empresas e organizações da sociedade civil para impulsionar a inovação e adoção da blockchain na prestação de contas da sustentabilidade. Parcerias público-privadas de-

sempenham um papel crucial no fomento ao desenvolvimento do ecossistema, compartilhando recursos e escalando soluções impactantes. Os países do G20 devem facilitar diálogos multi-stakeholder, projetos piloto e iniciativas conjuntas para explorar o potencial da tecnologia blockchain em enfrentar desafios de sustentabilidade. Ao aproveitar a expertise e os recursos coletivos de stakeholders diversos, os países do G20 podem acelerar a adoção e a difusão de práticas de prestação de contas da sustentabilidade baseadas em blockchain, impulsionando impactos positivos em escala global.

13.5. Conclusão

Em conclusão, a tecnologia blockchain possui um enorme potencial como uma ferramenta transformadora para a prestação de contas da sustentabilidade dentro do framework do G20. Como demonstrado por estudos de caso bem-sucedidos e estratégias de implementação, a blockchain tem o potencial de melhorar a transparência, a responsabilidade e a confiança nas divulgações de sustentabilidade, impulsionando o progresso em direção aos objetivos globais de sustentabilidade.

É imperativo que os países membros do G20 priorizem a adoção da tecnologia blockchain como um catalisador para o avanço das práticas de sustentabilidade em escala global. Ao alavancar as capacidades da blockchain, os países do G20 podem revolucionar a prestação de contas da sustentabilidade, promover práticas comerciais responsáveis e enfrentar desafios ambientais e sociais urgentes.

Além disso, a colaboração contínua e o compartilhamento de conhecimento entre os stakeholders do G20 são essenciais para impulsionar a adoção e implementação de iniciativas de prestação de contas da sustentabilidade baseadas em blockchain. Ao trabalhar juntos, compartilhar melhores práticas e fomentar a inovação, os países do G20 podem desbloquear todo o potencial da blockchain para acelerar o progresso em direção a um futuro mais sustentável e resiliente para todos. Vamos nos unir em nosso compromisso de aproveitar o poder transformador da blockchain para o desenvolvimento sustentável e criar um mundo melhor para as gerações futuras.

14.

B Lab e Sistema B

Alterando as Regras do Jogo Rumo à Economia dos Stakeholders

A **B Lab** agradece a oportunidade de contribuir para o Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis (GTF) do G20 durante a Presidência do Brasil. A proposta aborda uma das prioridades acordadas pelos Vice-Ministros de Finanças e Bancos Centrais do G20 em 14 de dezembro de 2023: **Analisar os desafios de implementação relacionados aos padrões de relatórios de sustentabilidade, incluindo para PMEs e EMDEs.**

Estamos altamente a favor de recomendar as partes interessadas relevantes, conforme apropriado, para abordar os desafios para as PMEs e EMDEs implementarem relatórios de sustentabilidade que funcionem para todos.

Por essas razões, a **B Lab** sugere ao GTF do G20 que:

- Recomende uma forma legal para os países do G20 promoverem relatórios de sustentabilidade.
- Vincular o dever fiduciário dos administradores de empresas e investidores.

Benefit Corporation como uma Forma Legal

Esta recomendação insta o GTF do G20 a explorar abrangente e minuciosamente o potencial do framework de Benefit Corporation (BC) como uma ferramenta transformadora para todas as empresas. O framework BC pode incentivar as empresas a operarem com foco central no impacto positivo, responsabilidade perante as partes interessadas, e mensuração, gestão e relato transparente de seu desempenho social e ambiental.

Desbloqueando o Poder do Propósito:

Tradicionalmente, as corporações foram impulsionadas principalmente pela maximização do lucro para os acionistas. O framework BC interrompe isso incorporando os objetivos sociais e ambientais de uma empresa em seu DNA legal. Esta mudança obriga as empresas a considerarem o impacto mais amplo de suas operações em funcionários, clientes,

comunidades e meio ambiente. Ao consagrar o propósito em sua estrutura central, as BCs promovem uma abordagem mais holística e sustentável para os negócios, alinhando-se perfeitamente com os objetivos do G20 de promover a conduta empresarial responsável e enfrentar os desafios dos padrões de relatórios.

Além do Lucro: Ampliando a Responsabilidade

O framework BC vai além de simplesmente articular um propósito. Ele estabelece uma obrigação legal para as BCs considerarem os interesses de todas as partes interessadas. Esta responsabilidade mais ampla garante que as decisões sejam tomadas levando em consideração o bem-estar dos funcionários, que contribuem com suas habilidades e trabalho. Ele obriga a consideração das necessidades e satisfação dos clientes, promovendo confiança e lealdade. As comunidades onde as BCs operam se beneficiam de práticas comerciais responsáveis, e o meio ambiente é protegido por meio do foco na sustentabilidade. Esta abordagem centrada nas partes interessadas contrasta fortemente com o modelo tradicional de primazia dos acionistas, pavimentando o caminho para um ecossistema de negócios mais equilibrado e justo.

Transparência: Construindo Confiança por Meio da Mensuração

O framework BC não se limita a objetivos elevados e boas intenções. Ele exige que as BCs mensurem e relatem seu desempenho social e ambiental. Essa transparência promove a confiança com as partes interessadas e permite tomadas de decisão informadas. Os investidores podem avaliar o compromisso de uma empresa com a sustentabilidade, os consumidores podem fazer escolhas informadas com base no impacto social de uma empresa, e as comunidades podem acompanhar as contribuições positivas das empresas em sua esfera local. Este ênfase no impacto mensurável cria um novo nível de responsabilidade, garantindo que as BCs não só falem, mas também ajam de acordo.

Sugestão de Parágrafo ao SFWG do G20:

“A economia global está em uma encruzilhada. A necessidade de práticas comerciais sustentáveis é mais urgente do que nunca. O framework legal da Benefit Corporation oferece uma solução convincente, com potencial para ser adaptado a vários modelos e tamanhos de negócios, tornando-se uma ferramenta potencialmente universal. O G20, representando as principais economias do mundo, está em posição única para defender esta abordagem transformadora para que todas as empresas atuem com propósito, responsabilidade e transparência”.

Construindo a Ponte para um Futuro Sustentável:

O SFWG do G20 pode desempenhar um papel fundamental em inaugurar uma nova era de conduta empresarial responsável, através de:

- **Condução de uma Iniciativa de Pesquisa Rigorosa:** Comissionar um estudo abrangente para investigar a eficácia do framework BC na promoção de práticas comerciais sustentáveis em diferentes indústrias, regiões e em mais de 50 jurisdições existentes onde a forma corporativa é válida. Esta pesquisa fornecerá dados valiosos para orientar decisões políticas.
- **Desenvolvimento de um Programa Piloto:** Liderar um programa piloto em um grupo seletivo de países membros do G20. Este programa poderia explorar a adoção obrigatória ou voluntária do BC para avaliar sua viabilidade, impacto e desafios potenciais. As lições aprendidas com este programa piloto seriam inestimáveis para informar futuras implementações em larga escala.
- **Fomento de Ambientes Regulatórios de apoio:** Trabalhar colaborativamente com os países membros para identificar e abordar quaisquer obstáculos legais ou regulatórios que possam dificultar a adoção do BC. Isso poderia envolver a

criação de legislação BC padronizada, simplificação do processo de certificação e oferta de incentivos para empresas fazerem a transição para o modelo BC.

O framework BC detém um imenso potencial para impulsionar uma mudança de paradigma em direção a uma economia global mais sustentável e equitativa. Ao adotar ou incentivar um framework semelhante ao BC, o G20 pode dar um passo audacioso em direção a moldar um futuro onde as empresas não são apenas lucrativas, mas também atuam como forças para uma mudança social positiva. Esta liderança inspirará e capacitará empresas de todos os tamanhos e setores a abraçarem um futuro onde propósito e lucro caminham juntos.

Vincular o dever fiduciário dos administradores de empresas e investidores

A ideia de vincular o conceito tradicional de dever fiduciário para incluir impactos sociais e ambientais, responsabilidade com as partes interessadas e compromisso com relatórios de sustentabilidade é uma questão complexa e absolutamente relevante para alinhar expectativas e abrir caminho para condutas prefixadas, que, em última instância, alteram a estrutura e promovem mudanças comportamentais e culturais.

Ao emendar os deveres das empresas e dos investidores, os países do G20 podem alcançar:

- **Sustentabilidade a longo prazo:** O dever fiduciário tradicional frequentemente se concentra na maximização dos lucros financeiros a curto prazo. Isso pode entrar em conflito com a sustentabilidade a longo prazo. Vincular o dever fiduciário significa que os administradores devem considerar as consequências a longo prazo de suas decisões, protegendo assim a empresa e os acionistas de futuros riscos relacionados à instabilidade ambiental e social.

- **Mudança nas expectativas dos investidores:** Os investidores estão cada vez mais priorizando corporações com fortes registros ESG (ambiental, social e de governança). O vínculo do dever fiduciário alinha as corporações com essas expectativas em mudança, tornando-as mais atraentes para investimento.

- **Interesses das partes interessadas:** O modelo tradicional prioriza o retorno para os acionistas acima de tudo. Perspectivas modernas argumentam que as empresas têm responsabilidades éticas e práticas para com uma gama mais ampla de partes interessadas, incluindo funcionários, comunidades e meio ambiente. O vínculo do dever fiduciário traz essas considerações para o processo de tomada de decisão.

- **Mitigação de externalidades negativas:** As empresas podem causar 'externalidades negativas' - custos suportados pela sociedade em geral, como poluição ou desigualdade social. O vínculo do dever fiduciário obriga as empresas a internalizar esses custos, incentivando-as a encontrar formas mais éticas e sustentáveis de operar.

- **Confiança pública:** Demonstrar comprometimento com o impacto social e ambiental pode fortalecer a confiança pública e a reputação da marca. Isso pode levar a uma maior fidelidade do cliente, melhores relações públicas e benefícios de longo prazo para a empresa.

Alternativa concreta: A Exigência Legal da B Corp

As Corporações B Certificadas são legalmente obrigadas a considerar o impacto de suas decisões em suas partes interessadas. Como parte dos termos de sua Certificação, as Corporações B são solicitadas a incorporar considerações abrangentes das partes interessadas e um propósito de triplo resultado no DNA da empresa, seja fazendo uma emenda aos seus documentos estatutários ou tornando-se uma Benefit Corporation. O requisito exato depende da forma corporativa da empresa, país e/ou jurisdição.

Por meio disso, o framework legal da B Corp ajuda as empresas a proteger sua missão através de captações de capital e mudanças de liderança e dá aos empreendedores e di-

retores mais flexibilidade ao avaliar opções potenciais de venda e liquidez.

A Exigência Legal⁵³:

- Oferece proteção legal aos diretores e oficiais para considerar os interesses de todas as partes interessadas, não apenas acionistas, ao tomar decisões;
- Cria direitos adicionais para os acionistas para responsabilizar diretores e oficiais por considerar esses interesses; e
- Limita esses direitos expandidos exclusivamente aos acionistas.

Incluir as partes interessadas no processo de tomada de decisão

Construir um capitalismo de partes interessadas no qual o modelo econômico visa à prosperidade durável e compartilhável de todos levará inerentemente à governança das partes interessadas. Ao incluir as partes interessadas nos órgãos de governança das empresas, é provável que reduza a informação assimétrica entre as partes interessadas, qualifique e desregule a tomada de decisões e reduza os custos de transação na coleta de informações.

Compromisso com a transparência

Anualmente, os administradores, escolhendo os padrões de desempenho mais adequados, devem preparar e aprovar em sua reunião anual um relatório de impacto de gestão contabilizando as atividades realizadas para cumprir a obrigação de criar um impacto material positivo na sociedade e no meio ambiente. O relatório será elaborado sob normas independentes e internacionalmente reconhecidas, como o Relatório de Impacto B, os padrões GRI da Global Reporting Initiative, ou outros.

O padrão independente para a preparação do relatório de impacto de gestão pode estar sujeito a auditoria pelas autoridades locais competentes e deve observar, no mínimo, as seguintes características:

- **Compreensibilidade:** Os relatórios fornecerão informações completas e claras sobre a atividade realizada para cumprir a obrigação de gerar um impacto positivo na sociedade e no meio ambiente. Na metodologia de avaliação e rela-

54. Details on the legal requirement by country, jurisdiction and corporate form as well as the required timelines for adoption can be found here: <https://bcorporation.net/certification/legal-requirements>

tório, os efeitos dessa atividade devem ser analisados;

- **Independência:** A metodologia de avaliação e relatório deve ser desenvolvida por uma entidade que não seja controlada pela Benefit Corporation, ou por suas controladoras ou subordinadas. Da mesma forma, a avaliação deve ser realizada por uma entidade que não mantenha vínculos contratuais, ou em nível de propriedade, administração, responsabilidade de crédito ou resultados, com a Benefit Corporation, ou com suas controladoras ou subordinadas.
- **Confiabilidade:** Os impactos materiais positivos referidos nos relatórios serão mensurados, verificados e avaliados por uma entidade que tenha experiência em avaliar o impacto da atividade das empresas na comunidade e no meio ambiente, e usará metodologias que incluam um exame de diferentes perspectivas, atores, padrões e indicadores;
- **Transparência:** Os cidadãos serão informados sobre as informações sobre as normas independentes e sobre as entidades que as elaboram.

15.

The B Team

Construindo sobre o momentum e a ambição da Troika da COP, recomendamos que a Presidência brasileira do G20 identifique e desbloqueie incentivos para uma transição justa e inclusiva para um futuro regenerativo. Desbloquear incentivos fiscais, em particular, será crucial, e os principais meios para alcançar isso serão:

- Estabelecimento de um preço para o carbono por meio de coordenação multilateral.
- Redefinição e redirecionamento de subsídios, o que repurporá dinheiro no sistema.
- Estímulo à divulgação corporativa e adoção de regulamentação apropriada.

Sugestão de Parágrafo para o SFWG do G20:

“Os membros do G20 estão comprometidos em promover mudanças estruturais, comportamentais e culturais na forma como fazemos negócios. Entendemos que mitigar o impacto negativo já não é suficiente, mas criar um impacto social e ambiental positivo material como um todo deve fazer parte dos melhores interesses das empresas. Ao também considerar os interesses das partes interessadas, os administradores podem tomar decisões melhores e qualificadas. Tudo sustentado pelo uso de uma ferramenta de terceiros para mensurar, gerenciar e relatar o impacto”.

Conclusões

Ambas as propostas, forma legal da Benefit Corp e o vínculo dos deveres fiduciários dos diretores, são complementares e podem ser feitas de forma voluntária ou obrigatória. Nossas recomendações são sustentadas por evidências empíricas de quase duas décadas de Empresas B Certificadas, que também influenciaram políticas públicas da Benefit Corporation em 44 estados dos EUA e em outros 8 países. Tais recomendações visam a mudar em grande escala as estruturas de fazer negócios, o que levará a mudanças culturais e comportamentais em direção a um sistema econômico inclusivo, equitativo e regenerativo para todas as pessoas e nosso planeta.

Para complementar a adequação dos incentivos, recomendamos que os líderes do G20 acabem com a dívida paralisante que impede muitos governos de acessar o financiamento necessário para investir em um futuro sustentável.

O G20 no Brasil é um momento crítico para corrigir o rumo e desbloquear e incentivar trilhões para Baku, que dependerá de finanças sustentáveis. Portanto, nosso principal pedido ao G20 é claro: **Desbloquear incentivos para financiar um futuro econômico justo e inclusivo.** O desbloqueio de incentivos pode ser alcançado por meio de três meios principais:

- Promover coordenação e cooperação multilaterais para estabelecer um preço global para o carbono:

» Abordar radicalmente os incentivos perversos nos sistemas tributários, deslocando o ônus do imposto do trabalho para o consumo e extração, incluindo através de impostos sobre carbono.

» Fazer com que os poluidores paguem, alavancando taxas de carbono em setores difíceis de abater (aviação, transporte marítimo, combustíveis fósseis).

- Utilizar o dinheiro no sistema:

» Eliminar gradualmente o financiamento público e os subsídios para combustíveis fósseis, que custam aos contribuintes US\$ 7 trilhões globalmente, até 2030.

» Redirecionar e repurpor esses subsídios para energias renováveis e outras tecnologias de baixo carbono que contribuam para o desenvolvimento social e econômico, apoiando trabalhadores, comunidades e outras pessoas na transição, além de sistemas naturais, sistemas alimentares e agricultura.

- Promover responsabilidade corporativa e incentivar investimentos sustentáveis por meio de divulgação corporativa obrigatória:

» Promover a adoção dos padrões de relatórios de sustentabilidade e clima do International Sustainability Standards Board (ISSB) de forma consistente em todas as fronteiras, construindo com base no compromisso do Brasil de tornar obrigatórios os padrões do ISSB a partir de 2026.

Para complementar essas mudanças nos incentivos, instamos o G20 a acabar com a dívida paralisante: reconhecer que o sofrimento enfrentado por muitos países é sistêmico. Em 2023, o setor privado arrecadou USD 68 bilhões a mais em juros e pagamentos de principal do que empréstimos concedidos ao mundo em desenvolvimento. Devemos tomar medidas urgentes para reduzir o serviço da dívida a níveis compatíveis com a ação climática e o imperativo de investimento dos ODS, sujeitos a verdadeira responsabilidade perante os cidadãos desses países pelos fundos liberados.

Finalmente, um mecanismo importante para os países do G20 atenderem a esses pedidos será adotar Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) ambiciosas até fevereiro de 2025, que incluam uma estratégia robusta de financiamento sustentável. Além disso, essas NDCs precisam ser respaldadas por políticas domésticas que estimulem a inovação e acelerem uma transição justa e inclusiva.

Os parágrafos abaixo incluem os pontos compartilhados acima e os expande para incluir evidências que apoiem as ações recomendadas

Desbloquear incentivos para financiar o futuro

- Promover a coordenação e cooperação multilaterais para estabelecer um preço global do carbono:

» Abordar radicalmente os incentivos perversos nos sistemas tributários, deslocando o ônus do imposto do trabalho para o consumo e extração, incluindo através de impostos sobre carbono.

» Fazer com que os poluidores paguem, alavancando taxas de carbono em setores difíceis de abater (aviação, transporte marítimo, combustíveis fósseis).

Usar o dinheiro no sistema:

- Fasear o financiamento público e os subsídios para combustíveis fósseis, que custam aos contribuintes US\$ 7 trilhões globalmente, até 2030.

- Há um crescente apoio público para acabar com os subsídios:

» Quase 60% no Brasil, EUA e Índia, acima de 60% na maioria dos países europeus.

- Redirecionar e reaproveitar esses subsídios para energias renováveis e outras tecnologias de baixo carbono, apoiando trabalhadores, comunidades e outras pessoas na transição (ou seja, adaptação), sistemas naturais e alimentares e agricultura.

- Uma reforma radical e sistemática de todos os sistemas de subsídios é um

desafio complexo, mas que apresenta uma riqueza de oportunidades para governos, empresas e investidores. No entanto, precisa ser tratada com cuidado e inteligência para considerar os impactos potenciais completos. A reforma de subsídios deve ter em mente as várias forças econômicas e sociais que trabalham para mantê-los e a economia política da reforma, bem como o imperativo de uma transição justa.

- É essencial que os governos coloquem considerações sociais e ambientais no cerne da reforma. As pessoas já enfrentam o aumento dos preços de energia e commodities e a inflação. A reforma gerenciada com sensibilidade significa fornecer apoio para os lares mais pobres e comunidades mais vulneráveis, como por meio de transferências de dinheiro direcionadas. Isso é particularmente desafiador em países com baixa capacidade para administrar pagamentos de assistência social.

- Maior transparência é um pré-requisito para a reforma. Isso pode ser alcançado por:

- » Divulgação de todos os subsídios em primeiro lugar, o que ajudará a mapear os fluxos de subsídios.

- » Um processo de monitoramento claro e universal, tanto dos governos distribuindo subsídios quanto dos beneficiários, em particular empresas, que os recebem. Esse monitoramento deve ocorrer em todos os setores e sobre fronteiras políticas.

- Promover a responsabilidade corporativa e incentivar investimentos sustentáveis através da divulgação corporativa obrigatória; apoiar o trabalho da International Sustainability Standards Board e adotar seus padrões de relatórios de sustentabilidade e climáticos de forma consistente em todas as fronteiras.

- » Os mercados de capitais podem movimentar trilhões se forem adequadamente orientados e informados. Mas só podem desempenhar esse papel fundamental se operarem com informações de sustentabilidade de alta qualidade e comparáveis que possam ser confiáveis para tomar decisões de investimento.

- » Canadá, Japão e Singapura estão consultando sobre a introdução de divulgações relacionadas à sustentabilidade em seus respectivos arcabouços regulatórios através da adoção ou outro uso dos Padrões de Divulgação de Sustentabilidade do IFRS (Padrões ISSB). Jurisdições adicionais, como Austrália e Malásia, encerraram consultas semelhantes recentemente. Jurisdições, incluindo Brasil, Costa Rica, Sri Lanka, Nigéria e Turquia, já anunciaram decisões de adotar ou usar de outra forma os Padrões ISSB.

- Pôr fim à dívida paralisante: reconhecer que o sofrimento enfrentado por muitos países é sistêmico para eles e será para todos nós se significar que esses países não podem investir em suas crescentes populações jovens. Devemos tomar medidas urgentes para reduzir o serviço da dívida a níveis compatíveis com a ação climática e o imperativo de investimento dos ODS, sujeitos a verdadeira responsabilidade perante os cidadãos desses países pelos fundos liberados.

- » Mais de 43% da dívida externa africana é devida a credores privados, 23% a credores bilaterais e 34% a credores multilaterais.

- » A pandemia, choques econômicos e climáticos, somados a taxas de juros injustamente altas, criaram uma espiral de dívida nos países em desenvolvimento. Sobrecarregados com pagamentos de dívidas, os governos não conseguem investir em ações essenciais, desenvolvimento, natureza e mudança climática. Soluções inovadoras para tornar a dívida mais justa são urgentemente necessárias.

- » Os países de baixa renda gastam 5 vezes mais com dívidas do que com o enfrentamento das mudanças climáticas, e investir em resiliência economiza dinheiro a longo prazo: USD 1 gasto hoje economiza de USD 4 a USD 7 no futuro.

16.

Instituto AYA et al⁵⁴

Como parte dos esforços para impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono justa e inclusiva, organizações da sociedade civil brasileira – Instituto Arapyaú, Instituto AYA, Instituto Clima e Sociedade (iCS), Instituto Igarapé, Instituto Itaúsa, Open Society Foundations (OSF) e Uma Concertação pela Amazônia – apresentam os resultados do 1º Fórum Brasileiro de Finanças Climáticas, que antecedeu a reunião de ministros de Finanças do G20, entre os dias 26 e 27 fevereiro de 2024, em São Paulo. O Fórum aconteceu na esfera do G20 Social, buscando consolidar uma ponte entre o crescimento econômico inclusivo e a agenda de finanças climáticas em torno de cinco principais objetivos:

1. Financiamento climático internacional, com ênfase nos principais investidores mundiais;
2. Aprofundamento da integração entre finanças e natureza;
3. Participação na inovação da indústria e na transição energética;
4. Envolvimento da sociedade civil e alinhamento da agenda climática com as agendas de desenvolvimento social e econômico;
5. Inovação do Brasil no cenário internacional.

O Fórum de Finanças Climáticas faz parte de uma série de iniciativas desenvolvidas ao longo da presidência brasileira do G20, que começou em dezembro de 2023, e em preparação para a COP30, a ser realizada em novembro de 2025, em Belém (PA). O objetivo é promover discussões sobre financiamento climático internacional, reindustrialização verde, transição energética e garantir a participação ativa do Brasil em debates e decisões globais sobre o clima.

As recomendações debatidas no Fórum podem ser organizadas em seis temas principais:

1. Integração e Participação Social

Participação social nos projetos desde o início: garantir inclusão e acessibilidade nos projetos da agenda climática desde o início, buscando soluções que não restrinjam o acesso aos recursos para grupos vulneráveis.

Escuta ativa dos territórios na diversificação de instrumentos financeiros.

2. Coordenação e Governança

Coordenação interministerial integrada: promover coordenação eficaz entre ministérios envolvidos na bioeconomia. Isso não se limita aos ministérios nucleares, mas também outras entidades relevantes, como o BNDES e ministérios relacionados à agricultura, energia e desenvolvimento econômico.

Fomento à cooperação multistakeholder e à transparência: criar espaços permanentes e democráticos de consulta envolvendo diversos setores (público, privado, sociedade civil, academia, filantropia) para coordenar e governar a agenda de Soluções Baseadas na Natureza. Assim como fomentar a produção de dados confiáveis, de modo a superar desafios como a insegurança fundiária e estabelecer protocolos de implementação para direcionar capital e soluções efetivas.

Envolver parceiros estratégicos e criar legitimidade: o sucesso da agenda de finanças climáticas depende da participação e colaboração de diversos atores, incluindo governos, organizações da sociedade civil, setor privado e comunidades locais. É fundamental envolver parceiros estratégicos e criar legitimidade aos processos, comunicando de forma coerente os benefícios econômicos, sociais e ambientais. Isso inclui estabelecer mecanismos de governança inclusivos e participativos, garantindo que todas as partes interessadas tenham voz nas decisões relacionadas ao fundo.

55. Instituto Arapyaú, Instituto Clima e Sociedade (iCS), Instituto Igarapé, Instituto Itaúsa, Open Society Foundations (OSF) e Uma Concertação pela Amazônia

3. Ambiente Favorável para Investimentos

Construir um ambiente propício para investimentos com execução eficaz de recursos, por meio de alternativas de investimentos de impacto com volumes de dinheiro significativos e o desenvolvimento de iniciativas e capacidades locais de absorção financeira.

Foco na diversidade do Brasil e na ação coletiva: valorizar a sociobiodiversidade brasileira e promover esforço coletivo para transformação das cadeias de valor.

Inclusão das seguradoras em investimentos sustentáveis: integrar seguradoras em investimentos verdes, com um mercado que promova não apenas a redução de emissões, mas também o bem-estar e a inclusão das pessoas.

Replicação de boas práticas e fortalecimento de iniciativas existentes: replicar iniciativas bem-sucedidas e fortalecer projetos existentes do setor privado e do terceiro setor, como os Certificados de Recebidos do Agro (CRA) e contratos adaptados para agricultores familiares, que devem ser replicadas em territórios com alto potencial de conservação ambiental e geração de emprego.

4. Impacto Socioambiental

Redução de desmatamento e proteção da biodiversidade: reduzir desmatamento e mudança de uso da terra no Cerrado para manter os níveis de produção agrícola e proteger a biodiversidade. Políticas que desencorajem a conversão e promovam a restauração e proteção do habitat são essenciais para equilibrar produção e proteção.

Implementação de mecanismos financeiros e tecnológicos sustentáveis: implementar mecanismos financeiros e tecnológicos inovadores para práticas sustentáveis de modo a tornar os esforços de restauração e recuperação financeiramente atrativos e bem-sucedidos. Isso inclui incentivos para os produtores adotarem práticas sustentáveis, bem como investimentos em tecnologias que auxiliem na restauração do habitat.

Reconhecimento e valorização dos conhecimentos indígenas, quilombolas e

de comunidades tradicionais: reconhecer e valorizar conhecimentos tradicionais na proteção e uso sustentável da terra, incluindo práticas como agroflorestas e reflorestamento.

Respeito à Propriedade Intelectual das Comunidades Locais: garantir respeito e compensação justa pelo conhecimento das comunidades, com a implementação de medidas que protejam os direitos das comunidades tradicionais e populações locais e garantam que elas sejam justamente compensadas por suas contribuições para as bioeconomias e demais economias de baixo carbono, compatíveis com a floresta em pé.

Transferência de capital dos combustíveis fósseis para energia limpa: é essencial que haja uma transferência significativa de capital dos combustíveis fósseis para tecnologias de energia limpa. Isso pode acelerar a transição energética, impulsionar o crescimento de fontes de energia renovável e reduzir as emissões de carbono. Para isso, estratégias financeiras e políticas devem ser adotadas para direcionar investimentos para energia limpa.

Uso estratégico dos recursos naturais do Brasil: o país possui vantagens competitivas significativas em energia renovável, como hidroeletricidade, energia eólica e solar. Para aproveitar plenamente esses recursos, o Brasil deve evitar simplesmente exportar eletricidade e, em vez disso, usar essas fontes de energia para impulsionar o desenvolvimento de indústrias limpas e inovadoras. Isso requer políticas que promovam a criação de valor agregado e empregos locais, além de atrair investimentos para o setor de energia limpa.

Transformar Vantagens Energéticas em Valor Agregado: utilizar os recursos energéticos abundantes do Brasil, como energia renovável e biocombustíveis, para atrair investimentos e desenvolver indústrias limpas, criando empregos, aumentando o valor da economia e promovendo a justiça social.

Garantir o direcionamento de uma porcentagem significativa dos recursos para comunidades previamente sub-representadas, com uma distribuição mais equitativa dos benefícios.

5. Financiamento e Incentivos

Mobilização de recursos e mecanismos inovadores de financiamento: mobilizar recursos financeiros para investimentos em bioeconomia, pagamento por serviços ecossistêmicos e Soluções Baseadas na Natureza com mobilização de recursos financeiros públicos, privados e filantrópicos.

Destaque para o papel dos governos na catalisação de investimentos: É necessário estabelecer políticas públicas claras e incentivos governamentais para valorizar a natureza e atrair investimentos sustentáveis, evitando práticas de greenwashing e naturewashing.

Estímulo a Incentivos Financeiros e Tributação do Carbono: promover a implementação de incentivos financeiros para empresas que adotam práticas sustentáveis e buscar negociações para a taxação do carbono, tanto em nível nacional quanto global, para impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono.

Redução de Riscos e Atratividade de Investimentos: implementar medidas para reduzir os riscos associados aos investimentos no Brasil, como a variação cambial e o custo-país, para tornar o ambiente mais atrativo para o setor privado. Isso pode incluir iniciativas de proteção ao hedge cambial e outras medidas de mitigação de riscos.

Expansão do Financiamento para a Transformação Ecológica no Brasil: expandir o financiamento nacional e internacional do Plano de Transformação Ecológica, com foco em projetos de energia renovável e outras iniciativas sustentáveis. Isso envolve atrair investimentos privados economicamente viáveis e garantir a adequada distribuição dos recursos para maximizar o impacto social e ambiental positivo.

Estratégias de Transição Energética Personalizadas: reconhecer a necessidade de estratégias únicas de transição energética para cada país, considerando diferentes níveis de acesso a capital, tecnologia e rendimento, e adaptando políticas e incentivos para alavancar o potencial de energia limpa.

Mobilização de recursos para financiamento da floresta em pé: o Fundo Florestas Tropicais Para Sempre (FFTS) é exemplo de mecanismo inovador para atrair investimentos de múltiplas fontes, incluindo filantropias, fundos bilaterais e multilaterais, investidores privados e institucionais para o pagamento de serviços ecossistêmicos. É crucial desenvolver estratégias para mobilizar esses recursos de forma eficaz, criando incentivos financeiros para a conservação e expansão das florestas tropicais.

6. Engajamento do Setor Privado

Envolver o setor privado e criar mercados financeiros sustentáveis: mobilizar capital privado para investimentos em bioeconomia e criar mercados sustentáveis, como mercados de carbono e biodiversidade, e a mobilização de capital privado para investimentos em bioeconomia; garantir segurança jurídica e oferecer incentivos para atrair investimentos privados, promovendo assim o crescimento econômico sustentável; incentivar o engajamento contínuo do setor privado, com a criação de iniciativas para reduzir os riscos de investimentos no Brasil, entender as rotas tecnológicas viáveis e contornar o alto custo de capital em países em desenvolvimento.

Cooperação no setor privado: promover cooperação entre empresas para iniciativas sustentáveis de modo a construir uma narrativa consistente sobre o papel central do setor na implementação de iniciativas sustentáveis na Amazônia. Isso inclui a colaboração para viabilizar e amplificar os impactos das iniciativas até a COP 30.

Ao estruturar este Fórum, nossa intenção foi criar um espaço de diálogo e colaboração entre os setores com o propósito de mobilizar recursos para uma agenda climática que promova uma transformação econômica sustentável e equitativa. A participação ativa e continuada de líderes brasileiros e globais de todos os setores, bem como a contribuição de diversas perspectivas, serão fundamentais para alcançar esses objetivos.

17.

Grupo de Trabalho 9 do C20 Filantropia e Desenvolvimento Sustentável⁵⁶

Redes de filantropia, fundações corporativas e comunitárias, consultorias, organizações de apoio, centros acadêmicos, doadores individuais e outros financiadores de todo o mundo (doravante “filantropias”) podem se associar aos governos do G20 na tomada de riscos intersetoriais para respostas multissetoriais, transformadoras e estratégicas a esses desafios complexos da sociedade e do clima.

A filantropia internacional, regional e nacional brasileira, unida no Grupo de Trabalho sobre Filantropia e Desenvolvimento Sustentável do Civil 20, insta os governos do G20 a fortalecer a qualidade e a escala das Plataformas Multi-Stakeholder (MSPs) existentes, das redes com o setor filantrópico, e a investir no estabelecimento de novas parcerias Público-Privadas-Filantrópicas-Populares (PPPPs). O Grupo de Trabalho solicita aos líderes do G20 que ampliem as Parcerias Multi-Stakeholder e garantam que a filantropia tenha um lugar à mesa em suas iniciativas, seguindo o exemplo da Força-Tarefa do G20 para a Mobilização contra as Mudanças Climáticas (TF CLIMA).

Essas parcerias não apenas garantem a inclusão de organizações de base e de grupos marginalizados e em risco, para “não deixar ninguém para trás” nas principais decisões políticas e na governança de veículos para a mudança social (como as Parcerias para a Transição Justa de Energia). Elas também podem desempenhar um papel essencial na mobilização de novo capital catalítico de maneira transparente, responsável e justa, para abordar simultaneamente a policrise e desafiar as estruturas de diferentes desigualdades ambientais, climáticas, sociais e econômicas.

Parcerias Público-Privadas-Filantrópicas-Populares (PPPPs) - incluindo também “Pessoas” para garantir que a sociedade em geral e aqueles afetados pelas decisões estejam envolvidos - bem como arranjos de financiamento misto podem desempenhar um papel elevado. Algumas das parcerias mais bem-sucedidas são aquelas em que a filantropia é utilizada para reunir as partes interessadas

relevantes e reduzir o risco de investimentos subsequentes, provando e iniciando uma mudança de mercado ou sistema que pode então ser ampliada por recursos não filantrópicos, mas alinhados em valores (ajuda governamental, instituições financeiras de desenvolvimento).

A filantropia tem um papel em demonstrar a viabilidade de veículos financeiros inovadores, incluindo investimentos de financiamento misto, moldando assim as percepções de mercado. Além disso, por estarem bem equipadas para adotar modelos de financiamento inovadores e fornecer financiamento flexível, adaptável e de longo prazo, as organizações filantrópicas podem garantir que fundos e recursos sejam acessíveis e adaptados às necessidades e capacidades de movimentos de base locais e populações pertencentes a grupos historicamente marginalizados ou excluídos.

A filantropia não acontece apenas em nível global ou nacional. Devido à sua flexibilidade, as filantropias também estão bem posicionadas para apoiar as comunidades locais na catalisação de esforços de filantropia local/comunitária, com o objetivo de apoiar as comunidades na elevação de seus próprios recursos e capacidade de enfrentar suas necessidades autodefinidas, com uma visão de longo prazo para a sustentabilidade, modelos financeiros inovadores e o papel da filantropia em apoiar e elevar movimentos e iniciativas filantrópicas em nível comunitário.

A reforma do sistema financeiro – ou seja, mudanças na arquitetura financeira em nível global, regional e nacional – também abre oportunidades para parcerias de impacto, usando particularmente arranjos de financiamento misto para abordar questões de mudança climática e desenvolvimento sustentável. Como observou o presidente do Finance in Common, Remy Rioux: “Em termos de regulamentação, os participantes observaram o papel dos governos em facilitar as restrições e estabelecer incentivos para que as transações de financiamento misto sejam ampliadas, incluindo por meio de requisitos

56. Os presidentes do Grupo de Trabalho 9 do C20 são o GiFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas); o IIED International Institute for Environment and Development; e o WINGS rede global de filantropia.

de capital ajustados, metas específicas para os BPDs sobre o uso de capital catalítico e incentivos para as filantropias aumentarem sua parcela de investimentos de redução de riscos (ênfase adicionada).”

Os países do G20 e os bancos multilaterais de desenvolvimento já promovem o alinhamento conjunto de missão multisectorial (com a filantropia frequentemente desempenhando um papel fundamental). E a filantropia (de todos os tipos e em todos os países) tem sido uma parceira de longa data dos governos nacionais e no sistema multilateral para encontrar soluções inovadoras para os problemas mais urgentes. Aproveitando sua experiência, a filantropia pode trabalhar com o G20 durante todo o processo de formulação de políticas, desde a identificação de necessidades locais, regionais e nacionais até o apoio a uma implementação eficaz no terreno dos compromissos e ações do G20.

Esse papel que desempenha vai muito além do de “reduzidor de riscos” e “provedor de financiamento”, podendo trazer forças únicas para o design e implementação de políticas, programas (e ferramentas financeiras e de financiamento).

Em particular, deve-se notar que a filantropia pode:

- **ajudar a identificar soluções lideradas localmente, estabelecer prova de conceito e torná-las escaláveis, ao fazer parcerias com governos e outras partes interessadas importantes.** Ao

trazer maior conhecimento e inovação locais para as parcerias, a filantropia tem insights valiosos através do trabalho e investimentos passados sobre o que é necessário para uma parceria bem-sucedida com as comunidades locais.

- **contribuir para mecanismos financeiros inovadores e fornecer capital de risco.** Ao catalisar conversas e ações reais em torno da transformação dos sistemas econômicos, a filantropia desempenha um papel crucial na nova economia financeira internacional para garantir que novas arquiteturas econômicas sejam inclusivas e co-criadas por aqueles que vivem nelas.

- **eleva a voz do Sul Global.** Ao apoiar movimentos cívicos e alavancar recursos políticos, financeiros e legais para proteger o espaço cívico e mecanismos de responsabilidade, bem como forjar outras parcerias em áreas que o governo ou o setor privado podem não conseguir influenciar, a filantropia está construindo um ecossistema de mobilização de recursos locais e propriedade.

- **acelerar a inclusão de uma lente climática nas discussões sobre educação, gênero, inclusão social e saúde.** Criar mudanças duradouras nas comunidades sobre pobreza e desigualdades só pode ser alcançado através de financiamento local sustentável que se afaste de agendas de projetos de curto prazo de atores internacionais externos.

VII. EXPEDIENTE E AGRADECIMENTOS

Din4mo

Ágatha Garmes
Aron Davidovici
Beatriz Duarte Lanna
Bruna Mussoi
Fernanda Dativo
Gabriela Reis
Kaue Chihimi
Marcel Fukayama
Marco Gorini
Maria Helena Faller
Monica Pasqualin
Pedro Villares
Ricardo Ramos
Vitoria Junqueira

Designer Gráfico

Letícia Padua

Financiadores

International Development Research Centre (IDRC)
Juliana Friedrich
Klaus Gerdau Johannpeter
Skoll Foundation

Din4mo Lab

Rua Haddock Lobo 131 - cj 307
01414-001 São Paulo - SP - Brasil



G20 pelo Impacto

JUNTOS PARA MUDAR O MUNDO

RECOMENDAÇÕES:

Sustainable Finance Working Group

JUNHO, 2024



ENIMPACTO
Estratégia Nacional de
Economia de Impacto
Políticas públicas para uma nova economia

